

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Édina do Socorro Gomes Rodrigues

**UM ESTUDO SOBRE INTELLECTUAIS NEGROS NA ACADEMIA
ENTRE 1970 E 1990: trajetória acadêmica de Florentina Silva Souza**

Belém

2011

Édina do Socorro Gomes Rodrigues

**UM ESTUDO SOBRE INTELLECTUAIS NEGROS NA ACADEMIA
ENTRE 1970 E 1990: trajetória acadêmica de Florentina Silva Souza**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa Currículo e Formação de Professores – do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Professora Doutora Wilma Baía Coelho.

Belém
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

305.8968115

R696 e Rodrigues, Édina do Socorro Gomes.

Um estudo sobre intelectuais negros na academia entre 1970 e 1990: trajetória acadêmica de Florentina Silva Souza/ Édina do Socorro Gomes Rodrigues. -- 2011.

111 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2011.

Orientadora Prof^ª. Dr^ª. Wilma de Nazaré Baía Coelho.

1. Relações raciais. 2. Identidade negra. 3. Brasil – discriminação racial. 4. Souza, Florentina Silva. 5. Universidade – pesquisadores negros. I. Coelho, Wilma de Nazaré Baía, *orient.* II. Título.

ÉDINA DO SOCORRO GOMES RODRIGUES

**UM ESTUDO SOBRE INTELLECTUAIS NEGROS NA ACADEMIA
ENTRE 1970 E 1990: trajetória acadêmica de Florentina Silva Souza**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação – Linha de Pesquisa Currículo e Formação de Professores – do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Professora Doutora Wilma Baía Coelho.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Wilma de Nazaré Baía Coelho
IFCH/UFPA
ORIENTADORA

Prof.^o Dr. Cezar Luís Seibt
(ICED/ UFPA)

Prof.^o Dr.^o Agenor Sarraf Pacheco
(ICA/UFPA)

Prof.^a Dr.^a Josebel Akel Fares
(UEPA)

Apresentado em: ____/____/____

Conceito: _____

Belém
2011

Dedico este trabalho a todos os alunos que passaram por minha vida ao longo desses dezoito anos de magistério e contribuíram para que eu me tornasse a profissional que sou.

AGRADECIMENTOS

A Deus todo poderoso presente em todos os momentos de minha vida, de onde tirei forças para superar os períodos mais difíceis dessa caminhada;

À professora Doutora Wilma de Nazaré Baía Coelho, pelo compromisso e dedicação dispensados para a construção desta pesquisa. Agradeço especialmente por ter apostado em meu potencial. Minha eterna gratidão a essa grande mulher, exemplo de luta e de profissionalismo;

À professora Doutora Florentina Souza, pela gentileza com que me recebeu e concedendo a entrevista, sem a qual não seria possível o desenvolvimento desta dissertação;

Aos componentes da Banca examinadora, Professor Doutor Cezar Luís Seibt, Professor Doutor Agenor Sarraf Pacheco e a Professora Doutora Josebel Akel Fares, por acreditarem na relevância deste estudo e terem aceitado participar de um momento tão importante em minha vida;

A todos os professores do programa de Pós-Graduação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará;

Ao GERA – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais, no qual obtive grande aprendizado sobre relações raciais e educação no Brasil por meio de estudos, debates e apresentações de trabalhos, que foram muito importantes para as argumentações teóricas desenvolvidas nesta dissertação;

Aos meus colegas de turma do Mestrado 2009, Adiel, Eliane, Marcelo, Ildilene, Céres, Margarida, Cíntia, Andreson, Andréaa, Nairo, Natamias, Mariléia, Daiana, Renato, Márcio, Luís Otávio, pelas trocas de conhecimentos, que me permitiram crescer como profissional e, acima de tudo, pela lealdade e união;

Aos amigos Felipe Moraes e Rafaela Paiva Costa, pela amizade e pelas horas compartilhadas de estudo que foram muito profícuas;

Às amigas Samai Serique – que reencontrei depois de dez anos de afastamento – por todos os momentos que passamos juntas, dividindo angústias, tristezas e alegrias, sempre dando força uma para outra, sonhando com a conclusão de nossos trabalhos, e Lenise pelo apoio em todos os momentos em que precisei;

À amiga Rita Cabral pela força e orações constantes;

Aos meus queridos pais, sem os quais eu jamais teria chegado a esse momento em minha vida. Agradeço a eles por tudo que fizeram para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje;

Aos meus queridos irmãos Nildo, Léia e Célia que sempre acreditaram e torceram por mim;

Ao meu marido Júlio César, pela força e compreensão;

Aos meus queridos filhos: Julianne, por escutar pacientemente minhas explicações de textos e livros mesmo quando o assunto não era de seu domínio e pela força nos momentos de crise, e Erick Juliano, pelo apoio e compreensão nas horas de isolamento quando não pude lhe dar a devida atenção;

À filha do coração Elisa Pedreira, pela força e pela admiração que expressa por mim;

Às sobrinhas Ivna, Ivy Laura, Mayara, Maynara e Marynara por estarem sempre presentes na minha vida;

Aos meus colegas de trabalho da Escola Estadual D. Pedro I, que tanto torceram por mim;

À Secretaria de Educação (SEDUC) pela bolsa concedida;

Aos funcionários do programa de pós-graduação de ICED, pela gentileza dispensada;

Muito Obrigada!

RESUMO

Este estudo, a partir da descrição da trajetória acadêmica da professora Florentina da Silva Souza, apresenta como se deu a entrada dos pesquisadores negros na universidade nos cursos de Pós-Graduação. Buscou-se a partir da trajetória da pesquisadora compreender como os estudos desenvolvidos por intelectuais negros repercutem na luta contra a discriminação racial no Brasil, identificando algumas dificuldades encontradas pelos negros no espaço acadêmico ao trazer a questão racial como objeto central de suas análises. O recorte temporal da pesquisa centra-se no final da década de 1970 e as décadas de 1980 e 1990, período em que o Brasil entra em um processo de redemocratização, posterior a ditadura militar, momento em que o movimento negro se reorganizou e desenvolveu-se pressionando o governo para que a questão racial passasse a fazer parte da agenda política. Para descrever a trajetória acadêmica da professora Florentina da Silva Souza foi utilizado como aporte teórico às noções conceituais de Bourdieu (2008, 2009) mais especificamente *habitus*, *campo* e *capital cultural*, a fim de compreender as escolhas que direcionaram a vida da pesquisadora em termos profissionais. Como aporte metodológico, utilizou-se a Biografia e Contexto, desenvolvida por Giovanni Levi (2006), que ocorre quando se relaciona as particularidades da biografia e destaca-se a época, o meio ambiente, fatores capazes de justificar as atitudes de Florentina durante a trajetória como pesquisadora. Em síntese, constatou-se com este estudo que a experiência profissional de Florentina soma-se a de muitos negros de sua época e da atualidade que, apesar de ter ascendido socialmente e ingressado na universidade como professora pesquisadora, não a livrou de sofrer preconceitos, pois o lugar de subalternidade a que os negros foram submetidos, como demonstrado nas argumentações desta pesquisa, foi construído historicamente por meio de teorias que os colocavam como “seres inferiores”. Apesar de terem sido desqualificadas, essas teorias ainda persistem no imaginário social, trazendo como consequência o preconceito e a discriminação que se manifestaram nas diversas instâncias sociais do país.

Palavras-Chave: Relações Raciais; Movimento Negro; Florentina da Silva Souza.

ABSTRACT

This study from the description of the academic trajectory of professor Florentina da Silva Souza presents how was the entrance of the black researchers in the university courses of postgraduate. We sought from the trajectory of the researcher understand how the studies developed for black intellectuals had impacting in the fight against racial discrimination in Brazil, identifying some difficulties found by blacks in the academic space to bring the racial issue as the central object of their analysis. The clipping time of the research focuses on the end of the 1970s and the 1980s and 1990s, period in which Brazil enter into a process of democratization after military dictatorship, moment when the black movement was reorganized and developed pressuring the government for that racial issue would become part of the political agenda. In describing the academic trajectory of professor Florentina da Silva Souza was used as it arrives in port theoretical the conceptual notions of Pierre Bourdieu (2008, 2009), more specifically the concepts of *habitus*, *field* and *cultural capital* in order to understand the choices that guided the life of the researcher in professional terms. As the methodological approach was used the concepts of biography and context, developed by Giovanni Levi (2006), that occurs when the particulars of biography and stands in the season, the environment, factors capable to justify the attitudes of Florentina during career as a researcher. In summary, it was found with this study that the professional experience of Florentina adds to many blacks of his time and today, that although to have ascended socially and entered on the university as professor researcher, did not exempt to suffer it preconceptions, because the place of inferiority that blacks were submitted, as demonstrated in the arguments of this research was built historically by theories that placed them as "inferior beings". Although to have been disqualified, these theories still persist in the social imaginary, bringing as a consequence the preconception and discrimination which is manifested in various social institutions of the country.

Keywords: Racial Relations; Black Movement; Florentina da Silva Souza.

LISTA DE SIGLAS

ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais
CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNB – Frente Negra Brasileira
GERA – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEP – Instituto de Educação do Pará
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MNU – Movimento Negro Unificado
MNUCDR – Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial
MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TEN – Teatro Experimental Negro
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHC – União dos Homens de Cor
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo I – APRESENTANDO O CONTEXTO.....	34
1.1 O PANORAMA HISTÓRICO POLÍTICO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1990 E O MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO.....	35
1.2 AS REVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO NO CAMPO EDUCACIONAL.....	44
Capítulo II – A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DA INTELLECTUAL FLORENTINA DA SILVA SOUZA.....	50
2.1 AS RAZÕES DA ESCOLHA PELA PROFISSÃO DOCENTE.....	50
2.2 AS PESQUISAS DE FLORENTINA DA SILVA SOUZA E A TEMÁTICA RACIAL.....	57
Capítulo III – A TEMÁTICA RACIAL COMO CENTRO DAS PESQUISAS DE FLORENTINA DA SILVA SOUZA.....	68
3.1 A ENTRADA DOS PESQUISADORES NEGROS NAS UNIVERSIDADES.....	68
3.2 AS BARREIRAS ACADÊMICAS.....	76
3.3 A PRODUÇÃO DE FLORENTINA DA SILVA SOUZA.....	86
CONCLUSÕES.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
ANEXOS.....	112

INTRODUÇÃO

A motivação para desenvolver esta pesquisa, que traz a temática étnico-racial como recorte, surgiu após a participação como aluna especial de uma disciplina do programa de Mestrado em Antropologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) na Universidade Federal do Pará (UFPA), chamada Relações Raciais no Brasil, ministrada pela professora doutora Mônica Prates, no ano de 2004. Nesta disciplina, tivemos a oportunidade de entrar em contato com trabalhos que nos inseriram na discussão acerca da questão racial no Brasil. O principal foco de estudo era fazer a análise de como racismo se estruturou ao longo da história e como o tema era tratado por parte do Estado e da sociedade. Para isso foram estudados autores como Gilberto Freyre (1933) Oracy Nogueira (1985), Florestan Fernandes (1995) Carlos Hasenbalg (1994), dentre outros.

As leituras iniciais pela temática aguçaram nossa curiosidade científica, levando-nos a ir à busca de um maior aprofundamento sobre a questão racial no Brasil, pois nosso nível de compreensão sobre o assunto ainda estava no senso comum, já que acreditávamos realmente que em nosso país a questão racial não era um problema.

Na tentativa de buscar aprofundamento no assunto, nossa atividade profissional – docência na rede Pública Estadual do Estado do Pará – nos motivou a fazer apreciações de algumas bibliografias que traziam a temática racial no campo educacional.

Uma das leituras a que tivemos acesso foi o livro de Coelho (2009), o qual analisa a formação de professores do Instituto de Educação do Pará (IEP) entre as décadas de 1970 e 1980.

Por meio de um amplo exame sobre a ausência da discussão racial na formação de professores, esta pesquisadora demonstra a invisibilidade do tema étnico-racial no currículo das disciplinas que faziam parte da grade curricular de formação de professores desse instituto de educação, evidenciando a ausência do próprio negro como ator social. Faz ainda, uma análise com os egressos do IEP, mostrando como sua formação influenciou no tratamento do tema, trazendo como consequência a repetição de pressupostos em relação à questão racial em sua prática profissional.

Outro estudo que nos deu subsídios para entender como a discriminação acontece no espaço escolar, foi o de Cavalleiro (2005), que a partir dos dados de uma pesquisa em escolas na cidade de São Paulo, discute a discriminação sofrida pelas crianças negras em sala de aula. Este estudo demonstra que o sistema educacional brasileiro apresenta-se imerso em atitudes e práticas racistas, provocando na criança negra um sentimento de marginalização e desvalorização, o que dificulta sua permanência ou entrada na escola, sendo levada a incorporar equivocada ideia de que não é merecedora de respeito e dignidade. Isso faz com que essas crianças adotem muitas vezes uma atitude introvertida, por medo de serem rejeitadas ou ridicularizadas por seu grupo.

De acordo com essa autora, muitos aspectos que fazem parte da estrutura educacional contribuem para que a criança se sinta discriminada, tornando o ambiente escolar hostil e limitador da aprendizagem. A exemplo disso temos o currículo, o material didático e a prática pedagógica utilizada pelo professor. E “como consequência, a população negra apresenta os piores indicadores educacionais nas taxas de analfabetismo” (CAVALLEIRO, 2005, p. 69).

Essas duas obras destacadas dão ênfase a discussão do negro e a educação, mostrando que a discriminação no ambiente escolar é frequente, apesar de ser negada, pois ela é dissimulada por meio da ideologia de igualdade que foi internalizada no cotidiano da sociedade.

Certamente, esse processo de discriminação no universo escolar está indelevelmente relacionado à forma como o racismo se manifesta na sociedade brasileira, implícita e velada, e ao modo como ele é justificado ideologicamente a partir da ideia de *Democracia Racial*¹. Esses constructos acabam sendo reproduzidos nos conteúdos e práticas pedagógicas na escola, isto é, a escola se configura como uma instância reprodutora, da dinâmica das relações raciais na sociedade em geral.

Essa internalização pode ser explicada a partir da noção conceitual de “*habitus*”² desenvolvido por Pierre Bourdieu (2009). Dentro dessa formulação, o processo de exclusão

¹ De acordo com Guimarães “democracia racial” ao que parece o termo foi usado pela primeira vez por Artur Ramos em 1941, durante um seminário de discussão sobre a democracia no mundo pós-facista (campos 2002). Roger Bastide, num artigo do Diário de S. Paulo em 31 de março de 1944, no qual se reporta a uma visita feita a Gilberto Freyre, em Apipucos, Recife, também usa a expressão, o que indica que apenas nos anos de 1940 ela começa a ser utilizada pelos intelectuais. Teriam Ramos ou Bastide cunhado a expressão ou ouvido de Freyre? Provavelmente, trata-se de uma tradução livre das idéias de Freyre sobre a democracia brasileira. Este, como é sabido, desde meados dos 1930, já falava em “democracia social” com exato sentido que Ramos e Bastide emprestavam à “democracia racial”, ainda que, nos escritos, Gilberto utilize a expressão sinônima “democracia étnica” apenas a partir de suas conferências na Universidade da Bahia, em 1943. (GUIMARÃES, 2002, p. 33-60)

² De acordo com Bourdieu (2009), *habitus* é um sistema de disposições, de modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar que nos faz agir de determinada forma em uma dada circunstância, fazendo com que os indivíduos atuem sem obedecer a um sistema de regras de forma consciente, sendo uma matriz formadora de

do negro na sociedade brasileira é constantemente reeditado, uma vez que conceitos e preconceitos sobre a população negra são internalizados por meio dos vários mecanismos presentes na estrutura da sociedade.

A escola aparece, insistimos nessa ideia, como uma dessas estruturas reprodutoras, pois ela se configura como uma instituição legitimadora, comprometida com os interesses das desigualdades sociais, uma vez que reproduz relações de poder em relação às classes populares, principalmente por meio do currículo adotado que ignora as diferenças socioculturais, selecionando valores das classes dominantes que são dados como legítimos (BOURDIEU, 2009).

As incursões por esses estudos e o entendimento de que a escola é um local em que o racismo e a discriminação são reproduzidos e também no qual podem ser combatidos nos permitiram rever nossos conceitos e a repensar nosso papel dentro da sociedade e do sistema educativo, para não continuar a reproduzir uma educação excludente. “Pois a nossa responsabilidade social como cidadãos e cidadãs exige mais de nós. Ela exige de todos nós uma postura e uma tomada de posição diante dos sujeitos da educação, que reconheça e valorize tanto as semelhanças como as diferenças” (GOMES e SILVA, 2002, p. 30).

No entanto, para que houvesse um real aprofundamento na temática sobre as relações raciais no Brasil, a busca isolada não nos daria o estofamento teórico necessário acerca do assunto, porque poderíamos incorrer em conclusões ou/e afirmações equivocadas e, para que isso não acontecesse, precisávamos de rigor científico em nossa investigação e só a entrada no programa de mestrado poderia prover nossas perspectivas.

Assim, ao tentarmos o acesso ao programa do Mestrado em Educação do Instituto de Educação na Universidade Federal do Pará, em 2009, optamos pela linha de pesquisa Formação de Professores com ênfase em Relações Étnico-Raciais e Educação, pois, por ela estar atrelada ao Núcleo de Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-raciais (GERA), poderia nos dar o aprofundamento na temática que tanto se desejava.

Ao ingressarmos no programa, fomos instigados por nossa orientadora, professora Doutora Wilma Baía Coelho, coordenadora do Núcleo GERA, a trazermos como objeto de

comportamentos, visões de mundo que se incorporam ao indivíduo e, ao mesmo tempo, que se desenvolvem neles. Assim, o *habitus* consiste em uma instância de mediação entre estruturas e práticas incorporadas pelos agentes sociais, sendo um sistema de disposições duradouras e transferíveis, estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos, pelo seu trajeto de vida nesse meio, gerando práticas, apreciação, classificação e estratégias que os indivíduos e os grupos desenvolvem nos diversos campos da prática social. Como salienta Bonnewitz (2003), comentarista da obra de Bourdieu, o *habitus* seria um mecanismo no qual os indivíduos apreendem a ordem social, assimilando as normas e valores presentes naquela sociedade, sem, no entanto, supor a busca consciente deste fim, funcionando como princípio inconsciente de internalização, que transforma as normas e valores em naturais, ou seja, um agir sem ser obrigado, sem ser produto de obediência às regras.

nossa pesquisa o intelectual negro, com o objetivo de examinarmos como se deu o processo que o tornou produtor de pesquisas com temáticas nas quais eram protagonistas diretos e de que forma essas pesquisas desenvolvidas por eles contribuiu para que essa discussão passasse a ter inserção nacional, servindo de base para o desenvolvimento de políticas públicas de favorecimento à questão do negro. O que foi aceito de pronto.

Pois, no processo de luta em prol de uma verdadeira *Democracia Racial*, conjecturamos que estudos realizados por pesquisadores negros que estavam na academia no final da década de 1970 e entre as décadas de 1980 e 1990 foram decisivos para as discussões da questão racial no Brasil. De acordo com dados apresentados por Ribeiro (2005), houve um grande aumento, nesse período, nas produções acadêmicas que traziam a questão racial como temática, principalmente na área da educação.

O fato de os negros passarem a pesquisar sua própria temática imprimiu uma atitude mais crítica sobre tudo ao que se produzia a respeito das questões raciais, pois os intelectuais negros chamaram para si não somente a reflexão, mas procuraram erigir formas de atuação capazes de reverter sua condição no cerne da sociedade brasileira, principalmente quando a discussão da problemática racial toma dimensões nacionais e o governo passa a ser pressionado a tomar decisões diante da discriminação estrutural sofrida pela população negra ao longo de muitos anos no país (SANTOS, 2008).

Contudo, essa inserção do negro como sujeito pesquisador de sua própria temática não adveio de forma simples, porque, apesar do processo político democrático que se instalou no Brasil a partir da década de 1970 favorecer que uma quantidade significativa de negros adentrassem às universidades brasileiras, trazendo como consequência uma mudança na forma como a questão racial era tratada, muitos obstáculos precisaram ser superados. Principalmente porque, quando o segmento negro conseguia ingressar nos programas de mestrado, ficava muitas vezes impossibilitado de conduzir um debate mais profundo sobre a questão racial sob pena de sofrer retaliações de seus departamentos (SANTOS, 2008).

Mas, a despeito desses obstáculos que mesmo ainda hoje precisam ser superados pelos pesquisadores negros dentro das universidades, muitos intelectuais negros se destacaram e têm conseguido produzir estudos com significativa expressividade, que resultam em ações concretas em favor da população negra nas várias regiões do país, nos vários campos de conhecimento.

É com essa expectativa que trazemos como objeto dessa pesquisa a trajetória acadêmica de Florentina da Silva Souza, por acreditarmos que sua vida acadêmica pode nos fornecer

dados de como a intelectualidade negra adentrou às Universidades, na perspectiva de identificar de que forma ocupou esses espaços acadêmicos; quais as dificuldades encontradas por esses pesquisadores nesses programas de pós-graduação ao trazer a questão como objeto de suas pesquisas e, ao mesmo tempo, argumentar como essas pesquisas ofereceram suporte na busca da igualdade racial e de visibilização do negro na sociedade brasileira por imprimir um novo entendimento sobre a tão propagada igualdade racial que se supunha existir no Brasil, que na verdade, escondia as discriminações sofridas pelo negro em todos os segmentos da sociedade.

Conforme informações retiradas de seu *currículo lattes* e do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), a professora Florentina Souza é uma pesquisadora que atua na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Direciona seus estudos para afrodescendência, identidade cultural, literatura afro-brasileira, literatura brasileira e cultura brasileira, estudos étnicos. Sua produção intelectual é voltada para a literatura afro-brasileira, possuindo 09 artigos publicados em várias revistas acadêmicas; 02 livros, que são: *A literatura Afro-brasileira* (2006) e outro sob o título *Cadernos negro: Três décadas* (2008); 16 capítulos de livros; 01 texto de jornal; 03 trabalhos completos e 10 resumos publicados em anais e congressos; 82 apresentações de trabalhos; bem como 15 orientações de mestrado e 11 de doutorado.

Atua ainda como coordenadora do projeto *EtniCidades: escritoras/es e intelectuais afro-latinos*, assim como, entre junho de 2005 a janeiro de 2008 esteve à frente do *Projeto de Ações Afirmativas Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares*, UFBA/ MEC/SECAD.

Atualmente ela é vice-diretora do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO, que é um órgão suplementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, que volta suas pesquisas e ação comunitária para a área de estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afro-descendentes, bem como na área dos estudos das línguas e civilizações africanas e asiáticas. Também faz parte do quadro de bolsistas de produtividade do CNPQ.

A escolha da referida pesquisadora se deu após um levantamento feito em dois sítios virtuais que congregam pesquisadores negros, são eles: *Mulheres Negras: do Umbigo para o mundo*, que tem concentrado suas ações no aprimoramento e na apropriação das tecnologias de informação e comunicação em prol da emancipação política, econômica e cultural das mulheres negras brasileiras, agregando vários pesquisadores negros como associados.

E a *Associação Brasileira de pesquisadores Negros* – ABPN, que constitui um dos modos fundamentais da rede de instituições que atuam na sociedade brasileira no combate ao racismo, preconceito e discriminação raciais, com vistas à formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas para uma sociedade justa e equânime. A instituição congrega pesquisadores negros interessados em pesquisas acadêmicas em temas pertinentes à construção e ampliação do conhecimento humano e outros pesquisadores comprometidos com temas de interesse das populações negras no Brasil, África e Diáspora.

Após o levantamento nesses sítios virtuais, alguns critérios foram utilizados para que Florentina da Silva Souza fosse escolhida como intelectual objeto de nossa investigação. Esses critérios seguiram o que indica Santos (2008, p. 03) acerca do que ele classifica como negro intelectual, em seu artigo *De militantes negros a negros intelectuais*, que segundo ele são aqueles que possuem,

[...] uma ética da convicção anti-racismo adquirida ou incorporada dos Movimentos Sociais Negros, bem como um ethos acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial; ethos este oriundo da interatividade daquela ética com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada de cursos acadêmico-científicos.

Dentro desses parâmetros, os critérios de escolha foram estabelecidos da seguinte forma: a) participação no movimento negro; b) ter adentrado às universidades públicas nas décadas que representam o recorte temporal em que está inserida esta pesquisa – final da década de 1970 os anos de 1980 e 1990; c) ter suas pesquisas voltadas de alguma forma para a área da educação; d) suas pesquisas deveriam ter inserção nacional, colaborando para que os debates em torno da questão racial ganhassem repercussão tanto no meio científico como na sociedade em geral.

Portanto, após um quadro traçado a partir dos critérios estabelecidos, detectou-se que Florentina da Silva Souza apresentava as características que correspondiam com os objetivos a serem alcançados por nossa investigação.

Assim sendo, a trajetória dessa pesquisadora usada como fio condutor nos proporcionará o entendimento do papel desses intelectuais dentro da academia no processo de discussão que a temática das relações raciais toma a partir do final da década de 70. Discussões essas que objetivavam questionar a exclusão sofrida pelos negros ao longo da história, as manifestações de preconceitos existentes no país, o *Mito da Democracia Racial*, bem como visavam à construção de uma identidade positiva do negro por meio da valorização

de sua cultura e sua história. Desconstruindo estereótipos negativos e identificando a educação como um campo no qual as relações raciais poderiam ser combatidas.

O intento deste trabalho é contribuir com outras pesquisas acadêmicas que versam sobre a necessidade da luta pela igualdade racial ter uma representação intelectual que possa articular pensamentos e ações que desnaturalizem essas concepções tidas como verdadeiras, pois, de acordo com Siqueira (2006), o pensamento da intelectualidade negra pode definir estratégias políticas, conteúdos e métodos para o estudo de uma realidade cotidiana silenciada, negada, oculta e estigmatizada.

O final da década de 1970 e as décadas de 1980 e 1990 – períodos que representam o recorte temporal em que se insere nossa pesquisa – foram escolhidos por permitir observarmos as mudanças da reação do Estado brasileiro quanto à questão racial, fazendo com que essa questão se tornasse parte da agenda política do governo. E, ao mesmo tempo, consente avaliarmos as modificações na própria ação do movimento social negro nesse período.

Alguns acontecimentos importantes ocorreram na ocasião e contribuíram para que os debates sobre a questão racial tomassem dimensões nacionais, tais como: o centenário da abolição, em 1988; a Marcha de Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em novembro de 1995; o Seminário Multiculturalismo e Racismo, realizado em 1996 pelo Governo Federal (HANCHARD, 2001).

Esses acontecimentos foram expressivos para a causa negra, porque deu visibilidade à questão racial, proporcionando ao movimento negro maior articulação, o que gerou respostas favoráveis por parte do Governo Federal quanto às reivindicações da população negra. É o que podemos notar quando Fernando Henrique Cardoso assume o governo em 1995 e inclui a questão racial na agenda de seu governo. Como nos informa Martins (2004, p. 59):

Fernando Henrique abordou o tema já em seu discurso de posse, apontando a desigualdade racial como um dos pilares fundadores da desigualdade no Brasil, e um problema a ser enfrentado com urgência e energia. Essa foi a primeira vez que um presidente brasileiro falou abertamente sobre esse tabu nacional. Alguns meses mais tarde, Brasília assistiu à maior manifestação pela igualdade racial jamais vista no país. A Esplanada dos Ministérios foi tomada por dezenas de milhares de manifestantes que exigiam posicionamento e ação do governo, na “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, em 20 de novembro de 1995. A manifestação resultou na criação, no mesmo dia, de uma ambiciosa força tarefa, que reunia vários ministérios e recebeu a missão de realizar estudos e propor medidas para a promoção da igualdade racial.

Ressaltamos então que nessas três décadas o movimento negro passa a expressar suas reivindicações, demonstrando o papel que o Estado brasileiro precisa assumir no sentido de firmar um compromisso de combate ao racismo e todas as formas de discriminação, tendo por base a valorização e o respeito à diversidade como uma das condições para o resgate de uma identidade étnico-racial. Fazendo, com isso, que o país saia de sua posição de inércia frente aos problemas que envolvem a população negra ao longo de décadas.

Em nossa análise, algumas categorias são de extrema importância para o desenvolvimento das argumentações acerca do objeto da pesquisa, e precisa ser explicitado de que forma entendemos essas categorias. “Intelectual” é um deles, portanto é necessário definirmos o que entendemos por intelectual. Para fazermos isso, partimos do princípio de que a categoria intelectual não apresenta uma característica homogênea e ahistórica, mas abarca inúmeras representações. Vários autores desenvolveram teses a respeito do assunto, como Julien Benda, Antônio Gramsci, Karl Mannheim, Jean Paul Sartre, Norberto Bóbbio dentre outros.

No entanto, para situarmos a definição de qual categoria de intelectual servirá de base para nosso trabalho – ressaltando que nosso objeto de estudo não é analisar o intelectual enquanto tal, mas o indivíduo que se constitui e é constituído em seu meio social como intelectual –, optamos por trazer os argumentos desenvolvidos por Julien Benda e Antonio Gramsci acerca do que eles entendem sobre o intelectual no século XX. Esses dois autores foram escolhidos porque as formulações defendidas por eles são fundamentalmente distintas. Benda distingue o intelectual como um grupo pequeno de pessoas, sentido *estrito*, e Gramsci como um grupo extremamente grande, sentido *lato*.

Para Benda (2007), os intelectuais devem ser assinalados como aqueles que falam ao mundo no modo transcendente, como portadores e pregadores de uma verdade e uma moral universal, que não se dobram aos particularismos, que não se deixam levar por vantagens concretas ou valores práticos e para os quais o verdadeiro não é determinado pelo útil, nem o justo pelas circunstâncias. Homens que desempenham um papel público, os intelectuais, para Benda, não são simplesmente profissionais que cuidam dos interesses de uma classe. Antes, caracterizam-se por um pensamento independente e pela afirmação da liberdade, sendo movidos por ideias e causas que escolhem apoiar, porque são coerentes com os valores e princípios nos quais acreditam.

No entanto, a perspectiva de intelectual defendida por esse autor não está abalizada no descompromisso total com as causas seculares, pois o intelectual defendido por Benda não

vive acastelado, alheio ao que ocorre no mundo. Isso significa dizer que o compromisso que os move são todos os princípios universais abnegativos de justiça e verdade, trazendo como sua função precípua a denúncia da corrupção, a defesa dos fracos e o desafio das autoridades imperfeitas e opressoras. Mas, a despeito disso, destaca os intelectuais como diferenciados do resto da sociedade, por não estarem interessados em vantagens materiais e promoções sociais (SAID, 2005).

Diferente de Benda, que define os intelectuais em um sentido *estrito*, a definição de intelectual para Gramsci (1995) está baseada em um conceito que o determina como um grupo amplo de pessoas, em um sentido *lato*, considerando todo homem como intelectual em potencial, porém deixando claro que nem todos desempenham na sociedade a função de intelectual.

Assim, em conformidade com o pensamento desse autor, por intelectuais se entendem não só as categorias usualmente abrangidas com essa designação, mas, de forma geral, todo conjunto social que desempenha papéis organizativos, tanto no campo da produção, como no campo da cultura, assim como também no campo administrativo-político. Gramsci destaca duas concepções de intelectuais: o *intelectual orgânico* e o *intelectual tradicional*.

Para Gramsci (1995), o *intelectual tradicional* é aquele que se atrela a um determinado grupo social, instituição ou corporação e que expressa os interesses particulares compartilhados pelo seu grupo, podendo estar vinculado tanto às classes dominadas quanto às dominantes, adquirindo uma autonomia em relação aos interesses imediatos das classes sociais, temos como exemplos os professores, os administradores e os clérigos.

Já o *intelectual orgânico*, é entendido como aquele que provém de sua classe social de origem e a ela mantém-se ligado ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse de classe, estando ativamente envolvidos na sociedade em uma luta constante para mudar mentalidades. Conectado ao mesmo tempo ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade, estando interligado a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a conformação das massas no nível de produção material e cultural.

De acordo com Semeraro (2006, p. 378),

Esses intelectuais são conscientes de seus vínculos de classe, manifestando sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, no interior da sociedade civil, na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social.

Diante do exposto acerca da categoria intelectual, consideramos para essa pesquisa que o *intelectual negro* alinha-se à perspectiva gramsciana de intelectual orgânico, pois foi gerado em sua classe, portanto tem uma visão aprofundada da causa a qual defende, sendo um articulador dos interesses pertinentes a essa classe, criando condições mais favoráveis para que sejam debatidos os assuntos que venham a favorecer a causa negra, na intenção de dar coesão e consciência à sua classe. Distanciando-se, portanto, da definição que Benda desenvolve, pois restringe a ação do intelectual apenas a interesses universalistas e desvinculados de uma classe social específica, pois pertencem a uma categoria homogênea e restrita.

Contudo, além de proveniente de sua própria classe, dentro dos parâmetros gramscianos, o que entenderíamos como qualquer intelectual pertencente ao movimento negro, é necessário deixar evidente que o recorte de nossa pesquisa se centra na caracterização de intelectual como aquele que atua dentro de um campo intelectual específico que é a academia e, portanto, é detentor de especialização ligada à produção científica, como a docência e a pesquisa, com atuações capazes de manipular ideias de conteúdo político. Ideias essas voltadas para a ampliação de uma perspectiva de transformação da sociedade que implique na construção de políticas de favorecimento à questão racial no Brasil.

Deste modo, para abordagem da trajetória do intelectual negro na academia, entendemos a universidade dentro das noções conceituais de campo elaboradas por Bourdieu (2009). Para ele, denomina-se *campo* certos espaços de posições sociais em que dominantes e dominados lutam pela conservação e pela aquisição de determinados postos, sendo microssomas sociais, nos quais alguns tipos de bens são reproduzidos, consumidos e classificados.

Todo agente atua dentro de um campo socialmente determinado, tal atuação é resultado das ações coletivas dos agentes, os quais obedecem a regras, princípios de regulação que lhes são próprios e que variam de acordo com a natureza do campo. No interior de cada campo, manifestam-se relações de poder que se estruturam a partir da distribuição desigual de um *quantum* de capital social caracterizado pela disputa pelo controle e legitimação desses bens, chamados por Bourdieu de *capita econômico, cultural, e capital social*³.

³ O capital econômico é constituído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto de bens: renda patrimônio, bens materiais. O Capital cultural corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzido pelo sistema escolar ou transmitido pela família. Este capital pode existir sob três formas: em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo (por exemplo, a facilidade de expressão em público); em estado objetivado como bem cultural (a posse de quadros, de obras); em estado institucionalizado,

Dentro desses parâmetros, entendemos a academia como um o campo científico de atuação do intelectual negro repleto de interesses específicos, no qual se enfrentam distintas posições políticas na busca da autoridade científica, que é “uma espécie de capital a ser acumulado, transmitido, e até mesmo, em certas condições convertido em outras espécies” (BOURDIEU, 1983. p. 130).

Nessa busca por autoridade, são travadas lutas entre os diferentes agentes que disputam uma legitimidade científica, onde debates epistemológicos encobrem estratégias por impor uma determinada definição do que é científico. Ou seja, vários grupos lutam pelo poder entre si, na tentativa de tornar as suas ideias e posições políticas hegemônicas e legítimas frente aos demais grupos, de modo que eles venham a se alinhar ou não às suas posturas.

Ao considerar a atuação do intelectual negro inserido na universidade, com uma trajetória advinda do movimento negro, que, por meio da sua produção acadêmica, sobretudo, relacionada à pós-graduação e projetos de pesquisa, encaminha politicamente os interesses do grupo ou classe social a qual está vinculada, de modo a viabilizar a discussão sobre a questão étnico-racial na sociedade brasileira, a sua importância no campo educacional, e a necessária crítica ao preconceito, discriminação e racismo, procuramos articular a noção conceitual de intelectual orgânico de Gramsci ao de *habitus* desenvolvido por Bourdieu.

Assim, tomando as noções conceituais de *habitus* como referência, entendemos que dentro do campo acadêmico a atuação do intelectual negro tem implicações permanentes da trajetória individual, com as suas experiências pessoais e profissionais. Nessa trajetória, o indivíduo intelectual internaliza uma série de constructos sociais que acabam por orientar, em determinadas situações, as práticas sociais que não são conscientes, são operações quase que instintivas ou mecânicas; que, via de regra, são pautadas por pré-noções estereotipadas vinculadas socialmente e consideradas naturais e legítimas, ou, o contrário, uma postura crítica dessas mesmas construções sociais adquiridas seja pelas experiências pessoais ou a pela educação escolar.

Faz-se necessário definir ainda o que entendemos sobre Movimento Negro, já que essa categoria aparece em nossa pesquisa igualmente como de fundamental importância, pois os progressos conseguidos em favor da população negra no Brasil é o resultado da luta do movimento negro que ao longo da história vem se organizando, tendo como bandeira de luta

isto é, socialmente sancionado por instituições (como títulos acadêmicos). Capital social, que se define essencialmente como conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo. A detenção deste capital implica um trabalho de instauração e manutenção das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade: convites recíprocos, lazer comum, etc. (BONNEWITZ, 2003, p. 53 – 54).

romper com a inércia existente, reverter o estigma sofrido pelo negro, recuperar a autoestima, afirmar a igualdade de direitos e agir para que a lei garanta as mesmas oportunidades a todos.

Para definirmos o significado dessa categoria para nossos estudos, partiremos inicialmente do entendimento da origem desse movimento, para depois definirmos o que entendemos por Movimento Negro nesta pesquisa.

Assim, quanto ao entendimento sobre a origem do movimento negro, adotamos o pressuposto de que historicamente existe uma continuidade na luta e nos protestos do povo negro no Brasil, que se originaram ainda no período escravista nas primeiras manifestações de resistência, materializadas seja por meio de motins, levantes e insurreições coletivas, seja por meio de revoltas individuais. Podemos citar como uma das manifestações de destaque desse período as organizações quilombolas, que eram locais de refúgio de escravos fugitivos, constituindo parte importante do projeto de resgate do povo negro de sua liberdade e dignidade coletivas maltratadas pela escravidão e suas consequências (MOURA, 1993).

O Quilombo dos Palmares figura entre o mais conhecido e o mais analisado. De acordo com estudiosos, esse quilombo existiu na Serra da Barriga, hoje município de União dos Palmares, em Alagoas, entre os anos de 1630 e 1695. Estava localizado no ponto mais elevado da Serra, entre densas florestas, para dificultar o acesso e impedir uma possível recaptura dos escravos. Com mais de duas mil habitações, com o passar do tempo foi se transformando em uma espécie de confederação que abrigava os diversos quilombos que havia naquela local, sendo a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente africano (MOURA, 1993; CARNEIRO, 1988; REIS, 1999).

Além dos quilombos, tínhamos também nesse período outras formas de resistência tanto cultural, como também as irmandades religiosas e as sociedades beneficentes, esportivas, culturais, de auxílio mútuo espalhadas por todo país que de alguma forma contribuíram na luta de contestação do regime escravocrata (MOURA, 1993).

Após a abolição, a situação do negro não logrou mudanças, pelo contrário, eles se depararam com um novo tipo de situação, pois a falta de preparo profissional e a falta de escolaridade aliados à substituição de mão-de-obra do negro pela do imigrante europeu foram motivos que os impediram de ingressar no mercado de trabalho, deixando-os à margem da sociedade. De acordo com Andrews (1991, p. 32), os negros foram marginalizados,

[...] seja politicamente, em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e às outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria

do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus.

Segundo Cardoso (2002), na tentativa de superar essa situação desfavorável no início da república, alguns negros começaram a se organizar e propor novas formas de luta. E uma das possibilidades encontra por eles para a superação dessa terrível condição de exclusão foi a criação de diversas organizações negras em diversas regiões do país, destacando-se principalmente as organizações do Rio de Janeiro e de São Paulo.

São alguns exemplos desse período o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918) (DOMINGUES, 2007).

Em meados de 1931, o movimento alcança um grande avanço qualitativo com o surgimento da Frente Negra Brasileira, pois a estrutura do movimento se organiza e se renova, alcançando o mais elevado nível da época. Entretanto, embora a FNB fosse mais inteligível e sistematizada que as organizações anteriores, alguns estudiosos como Hanchard (2001) apontam que havia uma falta de clareza ideológica na Frente, o “que sugere a tendência reativa e rotineira de um movimento social que existiu sem uma base sólida na política partidária e organizacional no *continuum* esquerda direita” (HANCHARD, 2001, p. 98). Com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas (1937 – 1945), que impossibilitou a existência de qualquer movimento contestatório, a Frente Negra foi impedida de funcionar.

Entre os anos de 1937 e 1963, foram feitas tentativas de retomada da luta dos negros contra a discriminação e o racismo e muitas organizações foram criadas, porém, com alcance limitado, muitas delas se desarticulando ainda em seu processo de formação. Dessa época, podemos dar destaque para o Centro de Cultura Afro Brasileiro (1937); a Associação dos Homens de Cor (1943); o Teatro Experimental Negro (1944); o Comitê Democrático Afro Brasileiro (1945); o Museu de Artes Negras e a Convenção Nacional Negra (1950); Associação Cultural Negra e a Associação José do Patrocínio (1954). De todas essas organizações, podemos apontar como a que obteve maior expressividade no cenário nacional a Associação dos Homens de Cor e o Teatro Experimental Negro (CARDOSO, 2002).

Em 1964, com a instalação do governo militar no Brasil, o movimento negro se desestrutura devido à forte censura política ditatorial na qual o país mergulhara. Essa

conjuntura política não favorecia a prática do exercício da cidadania, o que fez com que vários movimentos sociais entrassem para a clandestinidade ou restringissem seu raio de ação às questões que não ferissem os interesses políticos do governo. De acordo com Cunha Jr. (1992, p. 65), “havia uma grande dificuldade do movimento negro em superar essa desestrutura nesse período, pois tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados”.

Diante desse quadro, o movimento negro só volta a se organizar no final da década de 1970 com a abertura política, surgindo o movimento negro contemporâneo, quando novamente várias organizações negras tomam visibilidade no cenário político do país com grande amplitude nacional. Caracterizando-se por uma postura mais consciente, com membros mais bem instruídos e mais radicais em seus posicionamentos, que traziam como base principal de suas reivindicações a superação do *Mito da Democracia Racial*, que passa a ser visto como o principal fator responsável pela invisibilização do negro na sociedade brasileira (ANDREWS, 1997).

Nesse período, surgiram diferentes organizações negras como o Movimento Negro Unificado (MNU) e algumas instituições semi-acadêmicas como o grupo André Rebouças na Universidade Federal Fluminense em Niterói; o centro de estudos Afro-Asiáticos na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro; o centro de Cultura Negra do Maranhão; o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN) em São Paulo; o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul; o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) na cidade do Rio de Janeiro (ALBERTI e PEREIRA, 2005).

A partir dessas considerações, identificamos que o movimento negro historicamente pode ser qualificado de diversas maneiras e com perspectivas diferentes de acordo com o momento histórico no qual se inseri. E, nesse aspecto, alguns sentidos foram organizados por diversos autores que se ocuparam do assunto, como D’Adesky (2001); Hanchard (2001); Cunha Jr (1992); Santos (1994), entre outros que o caracterizaram como uma forma de expressão coletiva, que vem a atender as necessidades da população negra em lutar pelos seus direitos, ora tendo sua luta pautada na integração à sociedade brasileira, ora tendo sua luta com uma ênfase mais política de denuncia do racismo e da discriminação.

Esse significado abrangente é definido principalmente por Joel Rufino dos Santos (1994, p. 5), que nos científica como movimento negro

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e

cultural do negro], fundados e promovidos por pretos e negros [...]. Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.

Essas argumentações nos permitem entender o movimento negro como um conjunto de entidades e grupos, de maioria negra, que tem por finalidade exclusiva o combate ao racismo e à discriminação que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Assim como também tem por base a difusão de valores culturais de matrizes africanas, consistindo em uma multiplicidade de organizações, e não uma única organização, que existiram e existem em várias regiões do Brasil, apresentando como atributos principais o caráter ético, cultural e político na composição de uma contra a ideologia racial, a valorização da participação ativa dos negros na gênese da sociedade brasileira e um discurso de apego à civilização africana (D’ADESKY, 2001; PINTO, 1993).

Davis (2000) divide tais organizações negras em três tipos principais: entidades e grupos de pressão governamental, que são todas as instituições públicas governamentais encontradas em todas as regiões, que representam um importante canal entre a comunidade negra e o governo, como por exemplo, a Fundação Cultural Palmares; organizações nacionais de origem popular e as ONGs – organizações não governamentais.

Tomando por base as alegações ditas acima, a definição utilizada por nossa pesquisa para Movimento Negro considera todos esses aspectos, pois apreendemos que no processo de luta dos negros contra a discriminação não há um único movimento negro, no singular, mas sim muitas organizações negras, de várias naturezas, que se constituem nas diversas regiões de nosso país, em variados momentos históricos, tendo suas raízes nos movimentos de resistência contra a escravidão, quando os negros buscavam várias formas de tentar não se submeter às atrocidades de que eram vítimas.

No entanto, o sentido utilizado acerca do movimento negro nas apreciações feitas neste estudo, se localiza no entendimento estrito dessas organizações, que segundo Santos (1994) teria suas raízes com a Fundação da Frente negra Brasileira (FNB) na década de 1930 e apresenta como característica principal o cunho político e cultural.

Assim, dentro desse aspecto o movimento negro que dará base para nossas análises será aquele que se organiza na segunda metade da década de 1970, no processo de abertura política e no bojo do crescimento dos movimentos sociais, apresentando como principal particularidade o cunho político-cultural, marcado pela mobilização racial que coloca a *Democracia Racial* como a principal responsável pela discriminação sofrida pela população negra ao longo de décadas.

Segundo Alberti e Pereira (2005), nesse período além das condições internas que permitem a reorganização do movimento negro, também há grande influência dos movimentos antirracistas que estavam ocorrendo na África e nos Estados Unidos.

As referências buscadas nos movimentos desses países serviam de base para a formulação de um discurso racializado contra a discriminação existente em nossa sociedade, com o objetivo de se construir uma consciência de que a discriminação racial é tão presente no Brasil quanto nos países africanos e nos Estados Unidos. Pois apesar de não haver leis claras que determinassem o lugar entre negros e brancos em nosso país, “era fundamental chamar a atenção para as desigualdades raciais e para as características do chamado “racismo à brasileira”, ao mesmo tempo em que se buscavam experiências de outros países a fim de enriquecer a luta” (ALBERTI e PEREIRA, 2005 p. 232).

Desta forma, a partir do final da década de 1970, o movimento negro passa a ter um papel fundamental nas discussões acerca das questões raciais, reivindicando principalmente que o país reconheça que não existe igualdade racial no Brasil e que a existência do racismo e da discriminação são os fatores responsáveis pela precariedade da situação do negro na sociedade brasileira. Passando então a pressionar o governo para que ele reconheça o problema da questão racial e exigindo políticas públicas específicas para a população negra, baseadas em ações afirmativas que possam dirimir as distâncias existentes entre “negros” e “brancos” (SILVÉRIO e SILVA, 2003).

Dentro os aspectos citados, procuramos em nossa pesquisa pensar o movimento negro como movimento de base popular, ligado às reivindicações populares dos negros, que, pela inserção de seus membros na academia e o encaminhamento de tais interesses em suas obras acadêmicas, fomentou um contexto de discussão que pressionou o Estado em favor de políticas públicas afirmativas à população negra.

Levando em consideração as argumentações expostas, apresentamos como objetivo geral desta pesquisa analisar a trajetória acadêmica da intelectual Florentina da Silva Souza como manifestação da atuação dos intelectuais negros nas universidades no final da década de

1970 e décadas de 1980 e 1990. E como objetivos específicos: identificar entre o período de estudo alguns dos eventos importantes no tocante à temática étnico-racial; demonstrar a produção sobre a temática étnico-racial de Florentina Souza e sua inserção na Universidade; elencar alguns entraves enfrentados por Florentina Souza nos programas de pós-graduação com a discussão sobre a temática étnico-racial.

Para a construção da trajetória acadêmica da intelectual Florentina da Silva Souza, nos valeremos da análise biográfica como método investigativo, pois a busca por biografias é um movimento perceptível em diversas correntes recentes da História, por permitir, por meio da reconstituição da trajetória de uma pessoa ou um grupo, entender os meandros em que aquela trajetória se desenvolveu, partindo da singularidade para considerar as relações socioculturais. De acordo com Levilain (1996), esse método incide em uma apreciação que consegue propor à História uma micro-análise que envolve aspectos da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, global, representando um entrelaçamento entre o indivíduo em suas diversidades, localizadas em espaços e tempos diferentes.

Borges (2005, p. 213), em suas argumentações acerca da bibliografia, apresenta três categorias de biografias desenvolvidas por Phillippe Lejeune em sua obra intitulada “Escrita de si”, são elas:

- a) *Biografia Pura*: aquela na qual o narrador não conheceu seu objeto de estudo e visa a dar uma imagem completa de sua experiência a partir de documentos e testemunhos;
- b) *O testemunho com compreensão de biografia*: no qual o narrador conheceu ou conhece seu personagem; é um testemunho que poderá ser utilizado por um biógrafo para futuras biografias, com apoio de documentos que possui, como correspondência do biografado.
- c) *O testemunho puro*: o narrador conhece o indivíduo e participou de momentos de sua vida; são em geral textos de filhos, amigos e companheiros.

Quanto à tipologia, Giovanni Levi (2006, p. 174 -178) apresenta quatro formas que um historiador pode utilizar para desenvolver sua pesquisa biográfica. A saber:

- a) *Prosopografia e biografia modal*: é aquele caso que ilustra formas típicas de comportamentos de certo tempo e espaço;
- b) *Biografia e contexto*: nessa classificação, a biografia conserva a sua particularidade. Contudo, a época, o meio e o ambiente são fortemente

valorizados, como fatores suficientes para caracterizar um ambiente que elucidaria os destinos na sua singularidade;

- c) *A biografia e os casos extremos*: por vezes, as biografias são diretamente utilizadas para esclarecer o contexto, que não é compreendido na sua integridade e na sua exaustividade estatística, mas por meio das suas margens;
- d) *Biografia e hermenêutica*: a antropologia interpretativa tem sublinhado o ato dialógico. Consequentemente, o conhecimento não é o resultado de uma simples descrição objetiva, mas sim de um processo de comunicação entre duas pessoas ou duas culturas.

A categoria desenvolvida por Lejeune que melhor se adéqua a nossas investigações é a chamada *Biografia pura*, pois não há nenhuma ligação entre o objeto da pesquisa e o sujeito pesquisador. E a *Biografia e contexto* será a tipologia indicada por Levi na qual nos ampararemos, por compreendermos que o ser humano existe somente dentro de uma rede de relações e que, para avaliar a trajetória acadêmica de Florentina de Silva Souza, deveremos levar em conta o contexto social no qual essa intelectual está inserida. Buscando “recuperar o universo social no qual sua personalidade foi formada – seu campo exterior, já que não sendo um sujeito isolado, o indivíduo faz parte de diversos grupos, de uma sociedade de uma cultura precisa” (PEREIRA, 2003).

Todavia, tomando o cuidado de buscar não transformar o contexto em algo determinante, dotado de coerência e lógica intrínseca, que serve unicamente como moldura a limitar e direcionar a trajetória do biografado que nele não exerce influência ou modificação, “mas interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais” (LEVI, 2006, p. 176).

Obedecendo à premissa da vinculação do indivíduo com o contexto social, também como referencial metodológico, seguiremos as indicações de Bourdieu (2006) quando critica a subjetividade da biografia, apontando que o problema está em conceber o relato do biografado como uma escrita individual, desvinculado de um contexto social caracterizado de começo, meio e fim, como uma reconstrução da vida de forma artificial. Afirma Bourdieu (2006, p. 185):

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como um relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

Assim, de acordo com Bourdieu, não existe uma sequência cronológica da vida de uma pessoa que siga um processo de causalidade e linearidade progressiva, pois não há uma unicidade do ser capaz de dar sentido único à existência humana. Portanto, ao utilizar essa metodologia para reconstituir a trajetória do biografado deveremos “construir os estados sucessivos nos quais ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto de outros agentes envolvidos ao mesmo tempo” (BOURDIEU 2006, p. 190).

Neste aspecto, ao reconstituir a *biografia acadêmica* de Florentina Souza, seguiremos a tipologia desenvolvida por Levi, e também utilizaremos a categoria “trajetória” desenvolvida por Bourdieu, em seu livro *Razões Práticas (1996)*, no qual define que para reconstituir o percurso biográfico, profissional e intelectual de seu objeto de estudo, é necessário mapear suas relações com outros agentes existentes no campo social em que está inserido o indivíduo e seus investimentos ao longo da vida. Dessa forma, fazer o estudo de uma trajetória de vida diferente das biografias comuns é descrever uma série de posições sucessivas dentro de um campo social, ou seja, acompanhar os desdobramentos históricos dos grupos sociais ou sujeitos individuais dentro desse campo, o que significa acompanhar o desenrolar das batalhas entre os limites e a legitimidade dentro do campo a que se inserem.

Portanto, quando levamos em consideração esses aspectos utilizados por Bourdieu na construção da trajetória acadêmica de Florentina Souza, entendemos que tal trajetória pode fazer revelar as regras e estruturas internas próprias ao campo acadêmico, como por exemplo, a dinâmica dos jogos de força e poder que o compõem, protagonizadas pelos diferentes agentes em interação.

Para efeito de desenvolvimento investigativo desta pesquisa, adotaremos como forma de abordagem metodológica a pesquisa qualitativa, que compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas da realidade.

De acordo com Teis e Teis (2006), esse tipo de pesquisa tem achado campo privilegiado na área da educação, destacando-se como foco de investigação a compreensão e a interpretação dos sujeitos e de suas ações dentro de um determinado contexto, que não pode ser mensurado quantitativamente em unidades estudadas isoladamente, buscando descrever significados que são socialmente construídos. Não tem a pretensão de obter a verdade dos fatos, estabelecendo o que é certo ou o que é errado, porém deve pretender a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade.

Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa biográfica como meio de reconstituir a história acadêmica do sujeito deste estudo e situá-la dentro do contexto da discussão sobre a inserção do negro nas universidades. Nos dizeres de Levi (2006), é possível se conhecer o social, partindo-se da especificidade irredutível de uma prática pessoal, porque o indivíduo, distante de simplesmente refletir o social, coloca-se como esfera ativa perante esse mesmo social, representando a reassimilação singular do universo histórico que o cerca.

Para desenvolvermos a pesquisa biográfica, precisaremos buscar em vários autores argumentos coerente para as construções teóricas acerca do objeto de nossa pesquisa. Para isso, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, por desenvolver-se a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Na concepção de Lakatos e Marconi, é o “primeiro passo de toda pesquisa científica” cujo fim é “colocar o pesquisador em contato com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (1992, p. 44).

As fontes históricas utilizadas neste estudo são todas aquelas que nos permitem reconstituir, por meio da trajetória acadêmica de Florentina Souza, a forma como os intelectuais negros adentraram as universidades e ganharam espaços com suas pesquisas que traziam como foco principal as relações étnico-raciais.

Para tanto, utilizaremos obras impressas especializadas que tratam dos assuntos: movimento negro, relações étnico-raciais no Brasil, educação e relações étnico-raciais e pesquisadores negros na universidade, em um recorte temporal que vai do final da década de 70 os anos 80 e 90. Além da bibliografia produzida pela referida pesquisadora, especialmente seu livro *Contracorrentes: o afro-descendente em Cadernos Negros e Jornal do MNU* (2005), os artigos: *Intelectual Negro e Medições Culturais: Solano Trindade* (2004) e *Autorrepresentação e Intervenção Cultural em Textualidades Afro-brasileiro* (2010).

Os dados coletados ocorreram a partir da análise bibliográfica, que nos permitirá utilizar dados e categorias já trabalhados em pesquisas anteriores, materializados em registros impressos disponíveis, como livros, artigos, teses, dissertações e periódicos (SEVERINO, 2008). Auxiliando-nos a estabelecer uma discussão acerca dos objetivos propostos pela pesquisa.

Também foi utilizada a entrevistas semiestruturada com a professora Florentina Souza, como um instrumento que admitirá a interação entre o pesquisador e o pesquisado, tendo a palavra como vetor principal “onde o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam” (SEVERINO, 2008, p.124).

Como recurso teórico-metodológico de análise, este estudo elegeu a *Análise de Conteúdo* proposta por Laurence Bardin (2009), por consentir a interpretação do que verdadeiramente se verifica como relevante nos textos a serem considerados, fazendo uma análise do conteúdo das mensagens, dos enunciados e dos discursos, buscando o significado das mensagens.

De acordo com Bardin (2009), podemos identificar diferentes tipos de técnicas que podem ser adotadas no processo de análise do conteúdo como análise temática ou categorial, análise de avaliação ou representacional, análise de enunciação, análise expressão, análise das relações e associações, análise do discurso, análise léxica ou sintática, análise transversal ou longitudinal, análise segundo o tipo de relação mantida com o objeto de estudo, análise dimensional, análise de dupla categorização, dentre outras. Cada uma dessas análises admite que o material a ser analisado se dê por meio da observação de diferentes informações presentes no texto, conduzindo a resultados distintos em termos de compreensão da mensagem.

Em nossa pesquisa, optamos por utilizar a análise categorial, que trata do desmembramento do discurso em categorias, em que os critérios de escolha e de delimitação orientam-se pela dimensão da investigação dos temas relacionados ao objeto da pesquisa identificados nos discursos dos sujeitos pesquisados. Orientando-se pelos seguintes procedimentos: definição das unidades de análise, dividindo-as em unidade de registro e unidade de contexto.

De acordo com as indicações de Bardin (2009), a unidade de registro é a menor parte do contexto, sendo registrada sua ocorrência de acordo com as categorias levantadas, já a unidade de contexto pode ser considerada como a base que imprime significado à unidade de análise, sendo a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado e, por isso, deve ser considerada como unidade básica para compreensão de codificação da unidade de registro.

Após a definição das unidades de análise, passaremos para o passo seguinte que é a organização da análise seguindo os seguintes passos: a *pré-análise*, que consistiu em estabelecer contato com os documentos, com o objetivo de sistematizar os preâmbulos que serão agrupados quando da constituição de um esquema conciso para o desenvolvimento das operações com vistas à preparação de um plano de apreciação. A exploração do material, que é o momento da codificação, quando os dados brutos serão tratados de forma organizada e editados em unidades. E, como última etapa, temos o tratamento dos resultados por meio da inferência e interpretação. As inferências procuram esclarecer as causas da mensagem ou as

consequências que a mensagem pode provocar, norteadas por vários polos de atenção, que são os polos de atração da comunicação. E a interpretação e a busca o que se abriga sob a aparente realidade.

No capítulo I, fazemos um histórico dos acontecimentos políticos que permitiram a questão racial tornasse pauta de discussões na sociedade brasileira entre o final da década de 1970 até os anos de 1990, dando destaque ao movimento negro nesse processo.

O capítulo II tem como objetivo demonstrar por meio da trajetória de Florentina quais os desafios e dificuldades encontrados ao se inserir no espaço universitário como pesquisadora, trazendo como objeto de discussão a temática racial.

No terceiro capítulo, por meio da análise da entrevista realizada com Florentina Souza e de sua produção bibliográfica, em um período que vai da entrada da referida pesquisadora no curso de mestrado na década de 1980 até a década de 1990, procuramos demonstrar quais os meandros da discussão acerca da questão racial no campo acadêmico.

Capítulo I: APRESENTANDO O CONTEXTO

Para discorrermos acerca da trajetória acadêmica de Florentina Souza, que se inicia no ano de 1974, com sua entrada no curso de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o caminho por ela percorrido até seu ingresso como professora universitária e como pesquisadora da referida universidade, tornando a questão racial objeto central de suas pesquisas e sua posição dentro do espaço acadêmico primeiramente, é necessário situarmos o contexto histórico político no qual essa trajetória se desenvolveu. Neste período permitiu-se o acesso dos negros as universidades, que deixam de ser apenas objeto de pesquisa para se tornarem pesquisadores de sua própria temática. Estes se tornaram também agentes ativos das reivindicações do movimento negro no mesmo período.

Mais especificamente na segunda metade de 1970, o movimento negro voltou a se organizar e diferente dos anos anteriores passou a apresentar característica mais política, tendo sua agenda de luta baseada na desmistificação do *Mito da Democracia Racial*, que foi uma “poderosa construção ideológica, cujo principal efeito foi manter as diferenças interraciais fora da arena política, perpetuando-as como conflito latente”. (HASENBALG, 1994, p. 2).

Essa reorganização só foi possível devido ao cenário político que se instala no Brasil ainda na segunda metade da década de 1970, quando o Brasil passa por um processo de abertura política, depois de vários anos de ditadura militar, quando qualquer manifestação que fosse contrária aos ideais do governo era punida severamente. Por meio de práticas com prisões, torturas, exílio e muitas vezes mortes.

É sobre esse período de abertura política, e, nele a reestruturação do movimento negro, que vamos tratar nesse primeiro capítulo. Ao qual na primeira seção será traçado um quadro acerca do contexto histórico político das décadas de 1970, 1980 e 1990, períodos em que os debates envolvendo a questão racial passam a ter inserção no cenário nacional. Tais debates trazem como bandeira de luta o questionamento do *Mito da Democracia Racial*, assim como também, há por parte do movimento negro uma intensa busca por mecanismos que pudessem promover mudanças nas estruturas sociais do país em relação a questão racial no período aventado. E na segunda seção serão abordados alguns aspectos sobre os ganhos alcançados pela população negra no campo educacional que é apontado pelo movimento negro como um importante espaço de combate ao racismo e a discriminação.

1.1 - O PANORAMA HISTÓRICO POLÍTICO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1990 E O MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

Em 1964, os militares tomaram o poder e implantaram uma ditadura no Brasil. Nesse período, buscou-se definir essa agressão à democracia como uma “revolução”. Com essa expressão, eles procuraram legitimar o golpe de Estado que destituiu o presidente João Goulart, eleito democraticamente pelo voto popular. Foram 21 anos de ditadura militar, durante os quais a presidência da República foi ocupada sucessivamente por generais do exército que impuseram seu projeto de governo ao país (FICO, 2005; SKIDMORE, 1988; GERMANO, 2005).

Nesse período, houve um grande fortalecimento do poder central, especialmente do poder Executivo, ao qual se atribuiu a função de legislar, em detrimento dos outros poderes estabelecidos pela Constituição. Para que o regime estabelecido fosse executável, os militares passaram a emitir decretos chamados Atos Institucionais⁴, que eram leis elaboradas pelo gabinete da presidência da República, feitas sem a participação do Congresso, caracterizando-se como uma série de medidas arbitrárias que estabeleciam condições para legalizar ações políticas não previstas ou contrárias à Carta Magna do país.

O primeiro Ato Institucional (AI-1) foi redigido pelo jurista Francisco Campos e pelo advogado Carlos Medeiros da Silva, decretado em 09 de abril de 1964, que trazia como principal preocupação aumentar o poder do Presidente da República, que poderia, a partir de então, cassar mandatos de parlamentares, suspender os direitos políticos dos cidadãos pelo prazo de dez anos, fechar o congresso, decretar estado de sítio, impor investigação sumária aos funcionários públicos contratados ou eleitos, abrir inquéritos e processos para apurar responsabilidades pela prática de crime contra o Estado ou contra a ordem política e social (SKIDMORE, 1988).

Esse primeiro Ato Institucional deixava evidentes as intenções autoritárias que os governos militares assumiriam, principalmente porque o executivo hipertrofiava seus poderes,

⁴ Nesse período, também foi decretada a constituição de 1967, que substituiu a constituição de 1946. Germano informa que a constituição de 1967 criava um Estado que violava o princípio republicano da separação dos poderes, uma vez que tomava por base, quase que exclusivamente, o Poder executivo. Os principais controles contidos no AI-1 e no AI-2 e no conjunto dos atos complementares baixados até então foram incorporados e legalizados. Com isso, esses controles perdiam o caráter de excepcionalidade, de temporalidade e assumiam o caráter permanente de poder constitucional, de regime político institucionalizado e, por conseguinte, de forma de governo de notório cunho autoritário (GERMANO, 2005, pp. 62-63).

diminuindo cada vez mais as ações do legislativo e do judiciário. Germano (2005, p. 57) informa que:

O AI-1 era, ao mesmo tempo, instrumento de fortalecimento do Executivo e de esvaziamento do Congresso Nacional. As atribuições e os poderes do Legislativo foram transferidos, em grande parte, para o Executivo, que ganha autonomia e liberta-se de controles sociais e políticos. A ampliação do espaço de ação do Executivo, por sua vez, confirma, desde a primeira hora, o caráter autoritário do Regime.

De 1964 a 1968, foram decretados 17 Atos Institucionais, que traziam entre suas características mais evidentes o cerceamento dos direitos civis. Não obstante, cabe evidenciar que de todos os Atos Institucionais, o AI-5, decretado durante o governo do general Arthur da Costa e Silva, publicado em 13 de dezembro de 1968, foi o mais radical dos atos nesse aspecto. Pois, fortalecia a chamada “linha dura”⁵ do regime militar, concedendo ao Presidente o direito de pôr em recesso o Congresso Nacional, decretar intervenção em estados e municípios, suspender direitos políticos, proibir manifestações sobre assuntos políticos, suspender a garantia do *habeas-corpus*. De acordo com Cruz e Martins (1984, p. 37),

Instaurou-se o controle absoluto. [...] As oposições, que tanto tinham falado de ditadura, viam-se agora diante de uma Ditadura com “D” maiúsculo. Para começar, o novo instrumento de poder por meio do qual se institucionalizava o arbítrio não tinha data prefixada para deixar de existir. Simplesmente abolia, por prazo indeterminado, os limites constitucionais antepostos à ação governamental. Dali para diante, o presidente passava a ter à sua disposição um formidável arsenal de poderes excepcionais. [...]. A repressão abateu-se sobre o país, atingindo pessoas e instituições. O Congresso foi posto em recesso. Quatro senadores e 95 deputados tiveram seus mandatos cassados. [...] Os delegados da censura instalaram-se nas redações dos jornais, nas emissoras de rádio e televisão, nas casas de espetáculo. As forças policiais e os serviços secretos passaram a atuar de forma desabrida e totalmente irresponsável, violando a privacidade dos lares, da correspondência e das comunicações, cerceando discricionariamente o exercício de todas as liberdades públicas. As detenções assumiram o caráter de sequestros e se multiplicaram em ondas sucessivas. Todo cidadão, independentemente de classe, raça ou credo, tornara-se em princípio suspeito de prática de delitos contra a segurança nacional. Simplesmente abolia, por prazo indeterminado, os limites constitucionais antepostos à ação governamental. Dali para diante,

⁵ De acordo com Fico (2005), a chamada linha dura do regime militar correspondia ao grupo de militares que defendia a definitiva exclusão do regime deposto, para isso conseguiram aprovar no congresso várias medidas repressivas contra os considerados opositores do regime. Uma das maiores vitórias da linha dura foi a permissão dada à Justiça Militar para julgar civis pelos chamados "crimes políticos". Defendiam prolongamento do regime militar enquanto a função "salvadora", surgindo daí o fato dos militares da linha dura denominarem o movimento de 1964 de Revolução Redentora. Os presidentes que seguiam tal linha foram os Generais Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici.

o presidente passava a ter à sua disposição um formidável arsenal de poderes excepcionais.

Ressaltamos então que, com a decretação do AI-5, a repressão sobre a sociedade civil é ampliada, com a perseguição daqueles que representassem uma “ameaça” ao Estado de Segurança Nacional, que quando presos eram submetidos a métodos coercitivos, como por exemplo, a tortura. “Em tal contexto as pessoas são transformadas em inimigos potenciais do Estado” (GERMANO, 2005, p. 66).

Portanto, durante a vigência do governo militar, os indivíduos ou grupos que fossem contrários às prerrogativas do regime ou representassem ameaça ao poder instituído passaram a ser perseguidos, criando-se um clima de terror e incerteza que sufocou as atividades dos movimentos sociais organizados, como os movimentos estudantil, camponês e operário que foram duramente atingidos.

Nessa época, como ocorreu com os demais movimentos sociais que caíram na clandestinidade, o movimento negro também sofreu desarticulações em suas ações, mormente no que diz respeito à luta contra o preconceito racial. Tanto que algumas organizações negras atuantes do período, como a União dos Homens de Cor (UHC)⁶ e o Teatro Experimental Negro (TEN)⁷, sofrem uma baixa em suas atividades. O TEN foi praticamente extinto em 1968, quando um de seus fundadores, Abdias do Nascimento, foi para o exílio nos Estados Unidos (DOMINGUES 2007).⁸

⁶ Também intitulada Uagacê ou simplesmente UHC, foi fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre, em janeiro de 1943. Já no primeiro artigo do estatuto, a entidade declarava que sua finalidade central era “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. A UHC era constituída de uma complexa estrutura organizativa. A diretoria nacional era formada pelos fundadores e dividia-se nos cargos de presidente, secretário-geral, inspetor geral, tesoureiro, chefe dos departamentos (de saúde e educação), consultor jurídico e conselheiros (ou diretores) (DOMINGUES, 2007, p. 108).

⁷ No Rio de Janeiro, um pequeno grupo de profissionais liberais, artistas e ativistas negros fundou uma organização dedicada à estética e ao progresso cultural afro-brasileiro em 1944, apenas um ano antes do término da guerra. Chamada Teatro Experimental do Negro (TEN), ele foi liderado por Abdias do Nascimento, escritor e artista plástico de talentos múltiplos [...] O TEN foi fundado com o objetivo primário de ser uma companhia de produção teatral, mas assumiu outras funções culturais e políticas logo depois de criado. Além de montar peças como Imperador Jones, de Eugene O’Neil (1945), e *Calígula*, de Albert Camus (1949), o TEN foi a força propulsora do jornal Quilombo (1948-1950) e de companhia de alfabetização em pequena escala, além de cursos de “iniciação cultural” entre 1944 e 1946 (HANCHARD, 2001, p. 129).

⁸ De acordo com esse autor, a história do movimento negro no Brasil pode ser dividida em três momentos: República de (1889-1937); Estado Novo de Getúlio Vargas (1945-1964); e o pós-ditadura militar (1978-2000). Quando a ditadura militar foi implantada no Brasil, o movimento encontra-se no que ele denominou de segunda etapa (1945-1964). Segundo ele, nesse período, a UHC ou o TEN não eram os únicos grupos que empreendiam a luta anti-racista, mas foram aqueles cujas ações adquiriram mais visibilidade. Além deles, articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Souza, em 1943; e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, em 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional. “No Rio de Janeiro, em 1944, ainda veio a lume o Comitê Democrático Afro-

Para Domingues (2007, p. 111),

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil.

Esse refluxo apontado por Domingues é justificado pelo endurecimento por parte do governo em relação aos movimentos sociais, mas, além disso, porque durante a vigência do regime militar, a ideologia da *Democracia Racial* era a representação preponderante das relações raciais assumidas pelo Estado. Tanto que “a existência do racismo foi duramente rechaçada pela propaganda do governo, numa tentativa de mostrar que no Brasil reinava a perfeita harmonia racial” (ALBUQUERQUE e FRAGA FILHO, 2006, p. 281).

Martins (2004) esclarece que essa posição assumida pelo Estado de não reconhecer a existência da discriminação racial no país é ratificada quando o governo brasileiro participa ativamente de discussões internacionais que condenavam o racismo. Como exemplo, a Convenção Geral das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Racismo ocorrida em 1966. Assim como também toma parte ativamente da condenação do *Apartheid* sul-africano nos fóruns internacionais e nas duas primeiras conferências mundiais contra o racismo.

Logo, aqueles militantes que insistiam em fazer críticas à ideologia de harmonia racial difundida pelo Estado e levantar a bandeira da discriminação eram chamados pelos militares de “impatrióticos”, “racistas” e “imitadores baratos” dos ativistas norte-americanos que lutavam pelos direitos civis. Podendo ser identificados pelos aparatos de informação do governo como divulgadores de uma imagem negativa do país para o exterior e sofrer acusação de promover “guerra psicológica adversa”⁹, conforme o 2º parágrafo do 1º capítulo da Lei de Segurança Nacional (KÖSSILING, 2007).

Esse cerceamento das atividades políticas do movimento negro em decorrência da repressão por parte do Estado brasileiro dificultou que a questão racial fosse amplamente debatida nesse período, no entanto não significou que as atividades desenvolvidas por esse

Brasileiro – que defendeu a convocação da Assembléia Constituinte, a Anistia e o fim do preconceito racial –, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil” (DOMINGUES, 2007, p. 110).

⁹ Segundo a Lei de Segurança Nacional, de 11/03/1967, a guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra propaganda e de ações nos campos políticos, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos contra a consecução dos objetivos nacionais (FICO, 2004, p. 164).

movimento tenham desaparecido. O que pode ser constatado com o surgimento de várias entidades negras na década de 1970, em plena vigência do AI-5, como exemplo, os “Jornais como *Árvore das Palavras* e *Sinba*, o grupo de teatro *Evolução*, no interior de São Paulo, o grupo *Palmares*, no Rio Grande do Sul, o Centro de Estudos de Arte Negra (CECAN), em São Paulo, o bloco afro *Ilê Ayê*, em Salvador” (ALBERTI e PEREIRA, 2005 p. 2-3).

Nos anos de 1970, o Brasil começa a entrar em um processo de profundas transformações que foram provocadas pelo descontentamento dos vários setores da sociedade, que, apesar da repressão sofrida, denunciavam a violência praticada pelo regime militar. Contudo, também porque o Brasil por volta da segunda metade desse período entra em uma intensa crise econômica, provocada principalmente pelo fim do chamado “milagre econômico”, que tinha suas bases em uma política econômica que se orientava pela ideia de que era preciso fazer a riqueza crescer para depois distribuí-la (SKIDMORE, 1988).

Essa lógica era caracterizada pelo crescimento da economia brasileira em regime bastante acelerado, com o ingresso maciço de capitais estrangeiros que foram investidos nas empresas privadas brasileiras, estrangeiras (multinacionais) e também pelas empresas estatais, cada uma se especializando em um determinado ramo de atividade industrial¹⁰, objetivando aumentar o mercado consumidor, tanto interno quanto externo. Esse modelo econômico adotado pelo regime militar (1968-1974) foi uma combinação entre o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), posto em prática durante o governo do general-presidente Costa e Silva (1967-1969) (MACARINI, 2005).

De acordo com Skidmore (1988), esse “milagre econômico” promoveu o crescimento da economia brasileira até meados de 1974, quando então começa a dar indícios de seu esgotamento, pois, por depender economicamente do capital estrangeiro, a dívida externa chegou a proporções alarmantes, sendo minimizada pela manutenção das baixas taxas de juros no mercado internacional e a expansão acelerada do PIB. O que acarretou elevados custos sociais, principalmente para as camadas mais pobres, que tinham seus salários arrojados provocando uma acentuada desigualdade da distribuição de renda.

¹⁰ De acordo com Skidmore, as empresas privadas brasileiras concentravam-se no setor chamado *labour intensive*, isto é, indústria que apresenta fraca demanda de capital e forte demanda de mão-de-obra (têxtil, processamento de alimentos, ou seja, bens de consumo não duráveis). As empresas multinacionais direcionavam suas atividades para setores de *capital intensive*, de forte demanda de capital e relativa demanda de mão-de-obra (indústria automobilística, eletrodoméstico, de máquinas, ou seja, de bem de consumo duráveis). As empresas estatais voltaram-se para setores ligados à “segurança nacional”, envolvendo indústria pesada, de geração de energia, telecomunicação e até indústria bélica (SKIDMORE, 1988).

Assim, nos anos finais do governo militar, o Brasil apresentava uma multiplicidade de problemas acarretados principalmente pela alta da inflação e a diminuição da atividade econômica. De acordo com Germano (2004), por volta de 1981, tem início no Brasil um período de distúrbio econômico que conduziu o país à recessão e trouxe como consequência uma ampla queda na produção industrial, o que originou um grande aumento na inflação. Esse aumento acarretou a diminuição dos salários e o aumento do desemprego, que chegou a patamares elevadíssimos.

Era imprescindível que houvesse uma mudança urgente nos rumos do país. Assim, diante desses fatos, a sociedade civil se mobiliza e, em 1984, políticos de oposição, artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros participam do movimento “Diretas Já”. O movimento era favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que garantiria eleições diretas para presidente, o que afiançaria a redemocratização do país, com a volta do governo para a mão dos civis (FICO, 2005; LEONELLI e OLIVEIRA, 2004).

Apesar da grande reivindicação por eleições diretas, a emenda constitucional não foi aprovada, mais líderes partidários do PMDB e PDS se articulam formando a Aliança Democrática para disputar as eleições no Colégio Eleitoral. Como candidato da aliança, Tancredo Neves vence as eleições por 480 votos contra 180 do candidato Paulo Maluf. A eleição de Tancredo Neves, apesar de ter sido indireta, foi recebida com grande entusiasmo pelo povo brasileiro, pois representava a volta dos civis para o governo brasileiro depois de 20 anos de comando militar. O presidente, no entanto, jamais assumiu, pois na véspera de sua posse foi acometido de uma grave doença vindo a falecer, assumindo em seu lugar o seu vice José Sarney (SKIDMORE, 1988).

Foi em meio a esse período histórico nacional que emergiram os chamados “novos” movimentos sociais, que passam a participar da luta pela redemocratização do país, proporcionando o surgimento de “*novos personagens*” (SADER, 1988). Como por exemplo, o movimento feminista, os movimentos sociais populares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, os grupos indígenas e o movimento negro que nesse processo de redemocratização toma novas configurações.

O que caracteriza esses novos movimentos sociais é a busca pelo direito à cidadania, por meio da visibilização de práticas de poder até, então, ocultadas na sociedade brasileira. E as reivindicações que servem de base estão estruturadas na construção de uma sociedade mais igualitária, não apenas no campo econômico, mas também no campo político, social e cultural. Portanto, nota-se que os conflitos sociais não se ajustam apenas na esfera do

tradicional sistema econômico-industrial, mas que as esferas de atuação alternativas dos movimentos sociais acabariam por se compor, nomeadamente dentro do universo de referências culturais e simbólicas (MELUCCI, 1989).

É nesse processo de surgimento desses novos movimentos sociais que se estrutura o chamado movimento negro contemporâneo. Que emerge no ano de 1978, a partir de uma reunião ocorrida em São Paulo, na qual estavam presentes diversos grupos e entidades negras, como por exemplo: Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros, e decidiram fundar o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – MUCDR.

O MUCDR realizou um ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo no dia 07 de julho em protesto à discriminação sofrida por quatro jovens que foram proibidos de entrar no Clube de Regatas Tietê por serem negros e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, que foi torturado até a morte no 44º distrito de Guaianazes, em São Paulo. Sendo batizado posteriormente como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em 23 de julho, e, em dezembro de 1979, chamado finalmente de Movimento Negro Unificado (MNU) (BARCELOS, 1992; CARDOSO, 2002; HANCHARD, 2001; PEREIRA, 2010).

O MNU apresenta outra característica do movimento negro, reforçando a identidade negra como positiva e passando a ter a cultura africana como referencial unificador da luta, e refutando veementemente o mito da *Democracia Racial*, por meio de uma postura de denúncia, demonstrando o caráter excludente produzido por ele, “negando o caráter cordial das relações raciais e afirmando que, no Brasil, o racismo está entranhado nas relações sociais” (GUIMARÃES, 2002, p. 56).

Pereira (2010) observa que, a conjuntura em que se formou o MNU – década de 1970 – favoreceu a demanda pela denúncia das condições de vida a que a população negra vinha sendo submetida, disseminando-se assim, a ideia de transformação das relações sócio-racais. Essa demanda pode ser observada entre os vários pontos defendidos pela “carta de princípios”, divulgada alguns dias após o ato público que lançou o MNU, destacados abaixo:

Nós, membros da população negra brasileira [...], CONVENCIDOS da existência de: discriminação racial; marginalização racial, política, econômica, social e cultural do povo negro; péssimas condições de vida: desemprego; subemprego; discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho; condições sub-humanas de vida dos presídios; permanente repressão, perseguição e violência policial; exploração sexual, econômica social da mulher negra; abandono e mau tratamento dos

menores, negros em sua maioria; colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura; mito da democracia racial. RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por: defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de: maiores oportunidades de emprego; melhor assistência à saúde, à educação e à habitação; reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos; liberdade de organização e de expressão do povo negro [...] – grifos do documento original, (MNU, 1988, p.19).

Tais denúncias, e a crítica do discurso nacional hegemônico de igualdade racial podem ser consideradas as grandes diferenças em relação às organizações negras do período anterior, que traziam em suas bases uma proposta de caráter assimilacionista, que se apoiava na inserção do negro na sociedade brasileira, todavia sem questionar os mecanismos ideológicos que estavam presentes na estruturas sociais do país.

O movimento negro contemporâneo tem suas origens em uma rede de relações que se estabelecem entre as várias entidades negras que se formaram no início da década de 1970, como por exemplo: o Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, o Grupo de Teatro Evolução, em São Paulo, dentre outros. De acordo com Pereira (2010), essas organizações tinham como estratégias reuniões pautadas principalmente no estudo acerca da questão da discriminação sofrida pelo negro ao longo dos séculos na sociedade brasileira, e a necessidade da busca da construção de uma “consciência” negra, por meio da valorização da herança cultural africana, com objetivo de edificar uma identidade racial positiva.

Esses debates se espraiam para várias partes do país, principalmente depois da repercussão do ato público nas escadarias do Teatro Municipal, que marca a instituição do MNU em 1978. A partir desse episódio, vários ativistas negros se sentem motivados a criar entidades nos Estados onde ainda não havia organizações negras estabelecidas, esse foi o caso do Pará, no qual surgiu o Cedenpa – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará¹¹ – que se

¹¹ O Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – Cedenpa foi fundado em 10 de agosto de 1980, por Felisberto Damasceno, Edna Damasceno, Nilma Bentes, Zélia Amador de Deus, Brasilino Corrêa, dentre outros. Da mesma forma como vinha acontecendo com as outras entidades negras surgidas no Brasil entre o final da década de 1970 e década de 1980, a ênfase das ações foi a denúncia da discriminação racial e o enfoque a construção de uma identidade negra positivada, por meio da valorização da cultura e história dos negros. O Cedenpa desenvolveu várias ações visando promover mudanças quanto à questão racial no Estado do Pará, como manifestações públicas, que tinham o objetivo de desenvolver uma consciência política acerca da situação do negro no Brasil, articulando-se com as várias entidades negras do Brasil, foi o principal agenciador do encontro de negros da região norte, em 1987 realizado em Belém. Esses encontros eram fundamentais para a construção das redes de relacionamento que se estabeleciam entre as várias organizações negras de todo Brasil no período (BENTES, 2011).

institui no início dos anos 1980, se destacando como uma das maiores organizações negras da região norte (PEREIRA, 2010).

Expõe-nos Campos (2003) que, nessa fase, há também, o surgimento da organização de mulheres afrodescendentes, que tem em sua base de luta tanto o combate à opressão racial, quanto pela igualdade de gênero, dando forma a uma política feminista antirracista. É nessa época que surge em São Paulo o Geledés-Instituto da Mulher Negra/SOS racismo, em Minas Gerais a Casa Dandara, que foi fundada visando a trabalhar a autoestima da mulher negra e, para isso, referenciava-se em imagens belas e positivas da mulher negra.

As reivindicações por parte do movimento negro contemporâneo vão representar uma quebra do silêncio quanto à questão das diferenças raciais, pois se passa a reconhecer toda uma estrutura montada que reforça estereótipos negativos em relação ao negro, que foram internalizados na sociedade brasileira demarcando os espaços por eles ocupados.

Portanto, a mudança na interpretação da situação do negro na sociedade brasileira passa a ser orientada pela busca de uma consciência negra por meio do fortalecimento de sua herança cultural que deveria ser recuperada visando à positivação da identidade afrodescendente. E, também, pelo reconhecimento por parte do Estado de que o país não vive em um “paraíso racial” e que são necessárias políticas públicas que possam dirimir as abissais diferenças raciais existentes.

Com essas perspectivas, o movimento negro passa a pressionar o governo para que desenvolva políticas públicas de reparação à população negra. Assim, o ano de 1995 representa um marco importante para essas reivindicações, pois se aproveitando das comemorações dos 300 anos de morte de Zumbi dos Palmares, o movimento organizou uma marcha em direção a Brasília que reuniu 10 mil negros, os quais levaram um documento ao então presidente Fernando Henrique Cardoso no qual apresentavam suas demandas.

As respostas às pressões exercidas pelo movimento negro não tardaram a ser atendidas pelo presidente, que criou grupos de trabalhos que tinham a incumbência de discutir as questões raciais no Brasil. Logo de imediato foram criados dois grupos de trabalhos; de acordo com Santos (2001, p.26):

No dia 20 de novembro de 1995, ao receber os líderes da Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, o presidente criou, por meio de Decreto, o Grupo Interministerial para valorização da população negra (GTI) [...]. Outro grupo de trabalho também surgiu em virtude da pressão desses movimentos pela promoção da igualdade racial no Brasil foi o Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na

Ocupação (GTEDEO), criado por meio de outro Decreto de 20 de março de 1996, no âmbito do Ministério do Trabalho.

Apreendemos então, que esse período proporcionou ao movimento negro uma maior mobilização, que diante do processo histórico de redemocratização pôde reivindicar seus direitos e lutar pelo reconhecimento da discriminação racial existente no Brasil. Na busca por esse reconhecimento, a educação foi eleita pelo movimento negro como um importante aliado, pois foi constatado que nesse campo são formados e reforçados comportamentos e ideias carregadas de racismo e preconceito em relação ao negro.

Perante tais constatações, fortaleceu-se o entendimento por parte da comunidade negra de que era necessária a interferência do Estado, no sentido de criar políticas públicas nessa área que visassem à superação da dívida social para com a população negra. É sobre as reivindicações por essas políticas que falaremos na seção seguinte.

1.2 AS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO E O CAMPO EDUCACIONAL

Para o movimento negro contemporâneo, o discurso apresentado nas escolas, considerado não arbitrário e socialmente neutro, reproduz estereótipos negativos em relação aos negros, por meio de mecanismos sutis de conservação das estruturas estabelecidas. Tais mecanismos são representados pelos currículos adotados pelas escolas e pelos livros didáticos, pois a ênfase dada tanto em um quanto em outro se centra apenas na cultura dominante, que é apresentada como naturalmente superior e imposta como única forma cultural existente. De acordo Theodoro e Jaccoud (2005, p.114):

Os estudantes não encontram no material didático e, em especial, nos livros de História, um retrato consistente de sua origem e da história de seus ancestrais. As crianças negras são confrontadas a versões parciais, freqüentemente negativas, quando não claramente racistas, tanto no que diz respeito a povos que foram trazidos como escravos, sua cultura e história, como no que se refere à sua luta pela liberdade, por melhores condições de vida e trabalho, pela construção do país e pela afirmação da república. As imagens dos negros quando presente nos livros e material didático estão fortemente marcadas por preconceitos e estereótipos inferiorizantes.

Diante dessas comprovações, o movimento negro passa então a trazer dentro a sua plataforma de ação a intervenção na educação, que era vista agora como um local no qual poderiam ocorrer mudanças na visão que a sociedade brasileira construiu sobre o negro, especialmente porque estereótipos que negativavam o indivíduo negro, colocando-os como sempre inferiores em relação aos brancos, poderiam ser desconstruídos (CARDOSO, 2002).

Com essa expectativa, o movimento negro passou a pressionar o governo no sentido de requerer ações que pudessem promover a superação do racismo e da discriminação na sociedade brasileira. Destarte, tendo o campo educacional como seu principal foco, foi à busca de políticas que pudessem superar a história de insucesso das crianças e jovens negros no sistema educacional brasileiro.

A pressão exercida pelo movimento negro contemporâneo sobre as autoridades brasileiras por mecanismos de superação da discriminação e do racismo no campo educacional resultou em alguns progressos alcançados. Como exemplo, temos a implementação de políticas de ação afirmativa¹² com a reserva de cotas para negros nas universidades e uma legislação relacionada à Educação das Relações Étnico-Raciais.

A respeito das políticas de ação afirmativa, destacamos que, para que tais políticas pudessem se materializar havia uma imprescindível necessidade de o Estado brasileiro reconhecer a existência do racismo no país, pois esse reconhecimento implicaria na criação dessas ações públicas de favorecimento à população negra, porque, apesar de a Constituição brasileira de 1988, em seu art. 5º, inciso XLII, que ganhou regulamentação por meio da Lei Federal n.º 7.716 de 1989, ter criminalizado o racismo, isso não significou o reconhecimento governamental da existência dele, pois nenhuma política concreta de benefício à população negra se efetivou ainda nos anos 80. Somente em 1995 houve esse reconhecimento público. Sobre esse processo de reconhecimento, assevera Santos (2005, p. 15):

¹² As ações afirmativas definem-se como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego [...]. Em síntese, tratam-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES, 2003, p. 27). Para Theodoro e Jaccoud (2005, p. 113), a ação afirmativa tem por objetivo possibilitar o acesso de grupos sociais discriminados a certas oportunidades sociais. As políticas afirmativas visam a estimular a participação destes grupos em determinados espaços sociais nos quais estão sub-representados. Podem ser elencadas como ações afirmativas o estabelecimento de cotas em concursos públicos, a fixação de cronogramas e metas para a ampliação da representação destes grupos em instituições ou empresas ou, ainda, em programas diversificados de qualificação de que são exemplo as experiências de concessão de bolsas de estudos para afrodescendentes.

Sob pressão dos movimentos negros, o governo Fernando Henrique Cardoso iniciou publicamente o processo de discussão das relações raciais brasileiras, em 1995, admitindo oficialmente, pela primeira vez na história brasileira, que os negros eram discriminados. Mais do que isso, ratificou a existência de discriminação racial contra os negros no Brasil durante o seminário internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos, organizado pelo Ministério da Justiça em 1996.

No entanto, apesar desse reconhecimento, as discussões efetivas acerca da necessidade de uma política de reparação à população negra só começam a ganhar substantiva importância na ordem dos debates políticos no ano de 2001, devido ao processo preparatório para participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban na África do Sul, quando o Estado adota um discurso antirracista, colocando o tema no centro de sua agenda política.

A intensificação desse debate se deu durante a Conferência, quando o relatório oficial do governo brasileiro, elaborado com a participação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi divulgado, demonstrando em números oficiais as imensas distâncias existentes entre negros e brancos no país. Esse mesmo documento foi incluído na indicação da adoção de cotas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras (HENRIQUES e CAVALLEIRO, 2005).

Vale destacar que algumas experiências com políticas compensatórias foram de suma importância para que a discussão acerca da temática ganhasse espaço no Brasil. Como por exemplo, as vividas em países como Índia, que foi o primeiro a implantar cotas com reserva de vagas para cargos políticos e nas universidades, em benefício dos membros da “casta dos intocáveis”, já a partir de 1950; a África do Sul, que, com o término do *Apartheid*, entrou em um intenso processo de mobilização por parte das organizações civis com o objetivo claro de estabelecer políticas de discriminação positiva para a população negra. E, especialmente, a experiência bem-sucedida estadunidense, pois nesse país esse tipo de política já vinha sendo implantada desde a década de 1960, representando grandes ganhos para a população afro-americana, principalmente no que diz respeito ao ingresso no ensino superior que, entre os anos de 1960 e 1995, alcançou um crescimento substancial de estudantes negros graduados, que passou 5,4% para 15,4% no período (BERNARDINO, 2002, 2004; MUNANGA 2007).

Assim, após o término da conferência Durban, muitos atos por parte do Governo Federal foram desempenhados em favor das políticas das ações afirmativas a serem desenvolvidas pelos vários ministérios que compunham o Governo, como por exemplo, o

Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores que criaram medidas que beneficiavam a população negra (JACCOUD e BEGHIN, 2002).

Na mesma linha seguida por esses ministérios, o Supremo Tribunal Federal passa a considerar constitucional o princípio das ações afirmativas e inclusive implanta algumas medidas com esse teor dentro do próprio Tribunal, que também se espraia para o Tribunal Superior do Trabalho (TST). É o que nos informa Jaccoud e Beghin (2002, p. 35):

No Judiciário, um passo importante é dado pelo Supremo Tribunal Federal ao considerar constitucional o princípio da ação afirmativa. Ademais, o próprio Tribunal passa a implementar algumas medidas de ações afirmativas. O mesmo se verifica no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que, a partir de 2002, implementa reserva legal de vagas nos contratos com serviços de terceiros que garante uma participação de, no mínimo, 20% de trabalhadores afrodescendentes. O TST também desenvolve atividades de sensibilização e divulgação por meio de publicações oficiais e de realização de seminários.

Nesse mesmo período, as principais universidades brasileiras também encetaram intensos debates sobre a inclusão de negros no ensino superior público, pois estudos comprovavam que a presença de negros nas academias era inexpressível. Como exemplo desses estudos, podemos citar Henriques (2001), que avaliando dados num período de mais de 70 anos, tomando como referência o ano de 1929, e cruzando dados quantitativos e qualitativos, concluiu que: do total de universitários, 90% eram brancos e apenas 2% eram negros; Teixeira (2003), que apresentou o perfil dos estudantes afrodescendentes nas universidades, e os estudos de Queiroz (2003), dentre outros que demonstravam o quanto a presença de negros nas academias brasileiras era inexpressível.

Tendo em vista a constatação desse quadro de exclusão do negro no ensino superior, o movimento negro passa então a se mobilizar, em busca de mecanismos pelos quais esse segmento populacional pudesse ter acesso a esse nível de ensino. Assim, a política de ação afirmativa voltada para cotas com reserva de vagas aos negros nas universidades se configurava como uma forma de reverter essa grande discrepância existente, que desfavorecia a presença do negro na academia. Essa ausência também corroborava com grande desnível educacional existente entre negros e brancos no Brasil. De acordo com Munanga (2003a):

[...] se por milagre o ensino básico e fundamental melhorar seus níveis para que os alunos desses níveis de ensino possam competir igualmente no vestibular com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos,

os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isso supõe que os brancos fiquem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros, para juntos caminharem no mesmo pé de igualdade.

Assim, diante das demandas da população negra, algumas Instituições de ensino superior começaram a adotar políticas de cotas raciais. O Estado do Rio de Janeiro é apontado como um dos primeiro a adotar tais políticas em suas instituições de ensino superior. A UERJ já no final de 2001 destinava 40% de suas vagas para pretos e pardos, seguida em 2004 pela UNB, que foi a pioneira entre as universidades federais, e, já em 2005, diversas universidades brasileiras passaram a adotar a política de cotas (QUEIROZ, 2005).

Além da política de cotas, outras medidas foram utilizadas para combater as desigualdades raciais existentes na educação, como a criação de uma legislação relacionada à Educação das Relações Étnico-Raciais. Caracterizada como um conjunto de documentos, que mantendo cada qual sua especificidade, visam a desenvolver alterações da visão negativa que se erigiu sobre a população negra brasileira, por meio de novas abordagens históricas, sociais e culturais sobre o continente africano e da cultura afro-brasileira.

Foram elas: A Lei n.º 10.639/2003¹³, que alterou os artigos 26-A e 79-B da LDB e a Lei n.º 9394/96, determinando a obrigatoriedade de estudos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira nos diferentes níveis de ensino da educação básica, estabelecendo como conteúdo programático nas disciplinas do currículo “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”, (BRASIL, 2003). A Lei n.º 10639/2003, foi substituída pela Lei 11.465/2008, que inclui em seu texto o estudo sobre o povo indígena na rede oficial de ensino do país.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação, CP/CNE n.º 1, de 17 de junho de 2004 instituiu diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, a serem observadas pelas instituições, em todos os níveis de ensino, em especial, por instituições que desenvolvem

¹³ A Lei n.º 10.639/2003, que teve seu projeto apresentado em 1999 pelos deputados federais Ester Grossi (educadora do Rio Grande do Sul) e Bem-Hur Ferreira (oriundo do movimento negro do Mato Grosso), foi sancionada pelo Presidente Lula no dia 09 de janeiro de 2003. Essa lei estabelece conteúdos pertinentes às disciplinas História do Brasil, Educação Artística, Literatura, incluindo em seus eixos temáticos o estudo da História da África e dos africanos, como também a cultura negra brasileira e o papel do negro na formação da sociedade brasileira, como um resgate à contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política (DIAS, 2005).

programas de formação inicial e continuada de professores. O Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação-CNE/CP, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

De acordo com Santos (2005), foi pela primeira vez que, na história da política educacional brasileira, o estudo da História e da cultura africana, bem como a luta dos negros, são inseridos como eixos a serem evidenciados no currículo. Nessa perspectiva, o negro no espaço brasileiro é visto não mais como inferior, mas como elo formador da sociedade nacional, tendo resgatadas suas contribuições nas áreas social, econômica e política da História do Brasil.

Nesse processo de debates, empreendidos pelo movimento negro contemporâneo de busca de mecanismos sociais que pudessem promover mudanças nas estruturas da sociedade brasileira em relação à questão racial, os intelectuais negros que estavam dentro das universidades foram de fundamental importância.

Sobretudo porque por meio de suas pesquisas foi possível demonstrar ao povo brasileiro em geral a situação a que a população negra estava submetida e dar suporte à sua luta por políticas públicas como as ações afirmativas e os marcos regulatórios, bem como eles desenvolveram trabalhos que lançaram elementos para a construção de uma identidade negra positivada por meio da valorização de sua história e de sua cultura.

Assim, alguns pesquisadores negros, por volta do final da década de 1970, e décadas de 1980 e 1990, começaram a abordar diversas temáticas relativas à questão do negro nas várias universidades por todas as regiões do país.

O campo educacional foi o principal foco, onde tais pesquisas se desenvolveram, porém além dele, outras áreas do conhecimento se ocuparam do assunto, como a Antropologia, Ciências Sociais e a Literatura com o objetivo tanto elucidar os problemas enfrentados pelo negro no país, assim como também, lançar elementos para valorização da cultura e a construção de uma identidade negra positiva, dentro dos parâmetros que indicados pelo movimento negro contemporâneo.

Dentre esses pesquisadores que desenvolveram trabalhos com a perspectiva cultural e identitária, destacamos o objeto de nossa pesquisa: Florentina da Silva Souza, a qual, nos capítulos seguintes terá sua trajetória acadêmica analisada.

CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DA PESQUISADORA FLORENTINA DA SILVA SOUZA

Neste segundo capítulo, apresentaremos a professora Florentina da Silva Souza e, por meio da narrativa da trajetória de sua escolarização inicial, entenderemos as razões que a levaram a optar em seguir a carreira da docência superior. Para realizar essa análise, partimos de dois importantes aspectos detectados em sua entrevista: a influência da família em suas escolhas e a importância da educação para o negro como forma de mudança de *status* social.

Na segunda seção, falaremos sobre como a temática racial passou a ser ponto central nas pesquisas da professora Florentina Souza, destacando as ações empreendidas pelo movimento negro contemporâneo no combate ao racismo e à discriminação na sociedade brasileira como fator que evidenciará o debate da questão nesse período. Nesse contexto, daremos ênfase para a marcha pela abolição como referência para o início de suas pesquisas, já que esse evento é considerado como umas das principais manifestações instituídas pelo movimento que permitirá as questões raciais ganhem relevo no cenário nacional, pois, em vários Estados do país, foram organizadas manifestações que questionavam a verdadeira importância da abolição para os negros.

2.1 AS RAZÕES DA ESCOLHA PELA PROFISSÃO DOCENTE

Para falar da trajetória acadêmica da intelectual Florentina Souza e por meio dela entender como se deu o acesso dos negros às universidades brasileiras a partir do final da década de 1970, dando outro caráter às investigações acerca da temática racial, é necessário buscar em sua trajetória escolar as motivações que a levaram a trilhar pela carreira da docência superior.

De acordo com os dados da entrevista fornecidos por Florentina Souza, a opção pela carreira docente se deu por influência familiar, pois sua avó, mãe e irmãs eram professoras primárias e quando ela terminou o chamado antigo primeiro grau, sua mãe entendia que ela também deveria fazer o curso normal e se tornar professora, e assim, aos 17 anos, concluiu o curso e tornou-se professora primária. É o que observamos em seu depoimento¹⁴:

¹⁴ A entrevista com a professora Florentina da Silva Souza foi concedida no mês de julho de 2010, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, durante o encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores (ABPN).

Terminei o que era o segundo grau do Instituto Normal. Minha mãe é professora primária, minha avó foi professora primária, as irmãs de minha mãe eram professoras primárias, então ela entendia que o caminho era eu ser professora primária e depois fazer qualquer coisa. Então, quando eu terminei o segundo grau, me formei professora primária. Eu tinha 17 anos.

Ainda quando cursava o pedagógico, sua mãe dizia que ela deveria seguir uma profissão além da sua, deveria ser professora de ginásio e, para alcançar esse objetivo, ela já sabia que deveria fazer uma faculdade. Então, assim que terminou o curso normal decidiu fazer faculdade de Letras, mas como sua formação inicial em escola pública em um curso pedagógico não lhe permitia que ingressasse direto na universidade, resolveu fazer cursinho pré-vestibular, o que então lhe deu condições de ser aprovada, em 1974, no curso de Letras vernáculas na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Quando ainda estava terminando o segundo ano do curso de letras, candidatou-se a uma vaga de monitoria da disciplina “Teoria da Literatura”, tendo conseguido o primeiro lugar, tornou-se monitora de tal disciplina. Essa experiência a levou a descoberta de sua verdadeira preferência, ela seria professora universitária.

Porém, como precisava ajudar a família, fez concurso para a Prefeitura da Bahia e começou a trabalhar no ensino básico. Inicialmente, ministrou aula a alunos da alfabetização, depois passou a trabalhar com o Ensino Médio (nesse período chamado de segundo grau). Quando terminou sua graduação, decidiu se demitir porque tinha o objetivo de cursar o mestrado, tendo sido aprovada no ano de 1980 no programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Aplicando as noções conceituais de Bourdieu (1989), podemos avaliar a trajetória inicial de Florentina e sua escolha pela carreira docente dentro da perspectiva que afirma que a trajetória de um indivíduo (êxitos, fracassos, escolha de estabelecimento de ensino, opção profissional) sofre influência, por um lado, do *capital cultural* transmitido diretamente da família e, por outro, dos traços característicos de cada grupo social (*ethos*). Como afirma Bourdieu (1989, p.05):

[...] cada família transmite à sua descendência uma herança cultural. Essa herança puramente social é constituída pelo capital cultural e pelo ethos, que difere em cada fração de classe, segundo seu meio social de pertencimento. Se por um lado, o ethos, que é o resultado do processo de apropriação das probabilidades de êxito escolar, define a relação dos agentes sociais com o capital cultural e com a escola, por outro, o capital cultural influencia diretamente os seus êxitos escolares.

Utilizando essas formulações, é possível compreender que a escolha profissional de Florentina Souza sofreu influência tanto da mecânica do campo social e da posição ocupada por ela nesse campo, quanto da história da qual ela é o resultado, que permanece inscrita em sua estrutura subjetiva e, por meio, dela na estrutura cognitiva, constituindo como decorrência um *habitus* que estabelecerá uma matriz de percepções que tem como implicação as formas de como ela percebe o mundo, os seus gostos culturais e as imagens construídas acerca dela própria como pessoa, que a inclinou a fazer sua opção profissional.

Ou seja, sua preferência profissional como agente social localizada em um *campo social* comum acaba sendo determinada pela oferta e a apropriação de *capital cultural* socialmente disponível, o que orienta suas práticas sociais em termos de *habitus* (BOURDIEU, 1989).

Assim, os princípios que norteiam as práticas, valores e condutas pessoais e profissionais de Florentina não são inatos e “naturais”, mas sim, dizem respeito a esse *habitus* internalizado no seio da família – no caso, o *habitus primário*; que somado ao *habitus secundário*, engendrado em outros espaços sociais, como a escola, a igreja etc., acabam formando o *habitus* do agente social adulto.

Isso se construiu com base em incentivos, investimentos na escolarização, pois, desde cedo, ela já sabia que a docência seria a carreira profissional que deveria ser seguida. E, apesar de não ser de uma família abastada, foram dadas a ela condições de superar obstáculos que pudessem impedi-la de alcançar o sucesso escolar e, até mesmo, o incentivo a seguir uma carreira docente diferente da de sua mãe, que era professora primária, ela por sua vez deveria ser professora de ginásio. Para que isso ocorresse, deveria ingressar na universidade. É o que verificamos no seguinte depoimento de Florentina Souza:

[...] antes mesmo de eu entrar na universidade minha mãe já dizia assim: “eu sou professora primária, então você tem que ser chamada professora de ginásio”; e pra ser professora de ginásio tinha que fazer a faculdade. Então, eu já terminei sabendo que eu ia fazer uma coisa diferente do que a minha mãe tinha feito.

Portanto, entrar na faculdade e seguir a carreira docente seria um meio pelo qual ela alcançaria ascensão social, ou seja, a educação desempenhou um papel importante na trajetória de Florentina. É imperativo ressaltar que o *campo social* no qual Florentina Souza estava inserida, no caso, uma família negra de classe média baixa, possibilitou-lhe o *capital*

cultural necessário para que superasse o lugar social ocupado por sua mãe, que era professora primária, conseguindo chegar a ser inicialmente professora secundária e ter o acesso à universidade.

Contudo, mesmo ultrapassando esse lugar social, a profissão docente representou a herança em termos de *capital cultural* que a sua família lhe transmitiu, no qual a educação é vista como elemento de ascensão social e profissional – ou seja, de captação crescente de capital cultural e a possibilidade de modificação progressiva do lugar social por meio do *status* profissional.

A história da inserção do negro na sociedade brasileira pode nos dar parâmetros para explicar a centralidade dada à educação pela família de Florentina como um meio de mudança de *status* social. Pois, nos dizeres de Santos (2006), esse foi um dos canais encontrados para a superação dos obstáculos impostos ao negro pela sociedade brasileira, que mesmo no período anterior à abolição, sempre deu importância à apropriação do saber, pois lhe possibilitaria uma forma de integração à sociedade.

De acordo ainda com esse autor, a valorização da educação formal foi, e ainda é, uma das principais formas sociais empregadas pela população negra, pois “houve uma propensão dos negros em valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um bem supremo” (SANTOS, 2006, p.21).

Essa valorização pode ser observada na própria história do movimento negro no Brasil. Em face de perceberem que não havia uma preocupação por parte do governo brasileiro em criar políticas públicas em benefício da população negra logo após a abolição, é que as organizações negras do começo do século XX tomam para si a incumbência de educar os afrodescendentes.

Essas organizações compreendiam que a educação caminhava de mãos dadas com a conscientização política. Elas traziam como um dos fundamentais objetivos a luta pela educação, que ora era vista como forma de os negros competirem com os brancos, ora como forma de ascensão social, ora como meio de conscientização política (GONÇALVES e SILVA 2002).

Nessa tarefa voltada para a educação do negro, podemos considerar como de vital importância a ação desempenhada pela imprensa negra, que, nascida das organizações negras, atuava na difusão de ideias que traziam como objetivo a valorização da raça, a divulgação de seu patrimônio cultural, reivindicações, protestos, a inserção do negro na sociedade e, destacadamente, um caráter pedagógico e instrutivo que dava importância à educação como

uma forma de conquistar espaço em uma sociedade rigidamente hierarquizada. Como exemplos dessa imprensa, temos alguns nomes de jornais que circulavam em São Paulo, que eram: O Menelick (1915); A Rua (1916); O Xauter (1916); O Alfinete (1918); O Bandeirante (1919); A Liberdade (1919); O Kosmos (1922); Getulino (1923), que possuíam um caráter informativo de forma geral e de controle social do negro (FERRARA, 1982).

Gonçalves e Silva (2002) nos indicam que os artigos desses jornais incentivavam os estudos, evidenciavam a importância de se preparar para o trabalho, faziam divulgação de escolas ligadas às entidades negras, traziam mensagem com exortações aos pais que deveriam encaminhar seus filhos à escola e aos adultos para que completassem ou iniciassem seus estudos, pois saber ler e escrever seriam a principal condição de ascensão social.

Essa conscientização da população negra a respeito da educação pode ser observada na citação feita por Santos e Salvadori (2006, p. 3614) do jornal *O Alfinete*:

[...] o combate ao analfabetismo, essa praga que nos fazem mais escravos do que quando o Brasil era uma feitoria; [...]. Vamos, meus amigos um pouco de boa vontade, porque combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro. Nós, homens de côm, conscientes dos nossos deveres, para com a nossa muito amada patria, desejamos que os homens, mulheres e crianças da nossa raça aprendam a ler para obterem um lugar digno no seio da sociedade brasileira (O Alfinete, n. 8, 9 de mar. de 1919, p. 1).

Por volta dos anos de 1940 do século XX, o discurso do movimento negro em relação à educação começa a deixar de ter um caráter somente integracionista. A ação das várias entidades, em especial a do Teatro Experimental Negro – TEN, passa a ter por objetivo o resgate da memória, da cultura negra e de seus valores que foram sempre negados dentro de uma sociedade que se escondiam por trás de mitos de igualdade. A partir desse momento, a educação torna-se o local apropriado para difusão de uma identidade positiva do negro, exigindo-se assim o reconhecimento da história de resistência dos afro-brasileiros por todos os anos de escravidão e as suas contribuições na construção da identidade nacional (NASCIMENTO, 1968).

De acordo com Gomes (2003), a partir da ação do TEN desencadearam-se diversos focos de discussões e debates acerca das relações raciais no país e, como já vinha ocorrendo com as organizações negras dos períodos anteriores, a educação continuou sendo uma das principais bandeiras de luta do movimento.

Essa intensa luta que o TEN vinha promovendo – chegando a ser identificado por alguns estudiosos, e dentre eles Florestan Fernandes (1978), como uma das organizações mais

politizadas e ativas do movimento negro no período em que estava em ação, chegando até a organizar em 1950 o 1º Congresso Negro, no Rio de Janeiro – enfraquece com a instalação da ditadura militar em 1964, sendo praticamente extinto no ano de 1968, sobretudo porque o seu principal líder, Abdias do Nascimento, foi mandado para o exílio nos Estados Unidos. Isso representou uma derrota, mesmo que temporária, para a luta política dos negros, que entrou em um processo de refluxo quando seus militantes foram perseguidos pelo governo militar, acusados de criar problemas quando afirmavam que existia racismo no Brasil (DOMINGUES, 2007).

Em 1970, quando o movimento negro volta a se organizar, a educação continua a ser vista pelos militantes como principal campo de ação, entretanto, além da integração e valorização da cultura, passava a ser vista agora como um espaço no qual o racismo e a discriminação poderiam ser combatidos. Como analisa Cardoso (2005, p. 23):

A intervenção no campo da educação marca o ativismo negro-brasileiro pós 70. Os movimentos negros constataam a falência do projeto da modernidade onde a escola, como espaço democrático de socialização para inclusão social, não tem efetivamente garantido inclusão com dignidade para uma parcela significativa da população brasileira. Diante do baixo desempenho da criança e do jovem negro no sistema público de ensino no Brasil e da responsabilização dos próprios negros na explicação hegemônica para esse crítico desempenho, o Movimento Negro constata ser a educação um campo privilegiado do enfrentamento do racismo.

Esses aspectos históricos ora apresentados nos certificam de que a instrução desponta como principal meio de mudança de *status* que o negro poderia alcançar dentro de um espaço social que, em regra geral, colocou-os em situação de inferioridade frente ao branco. Assim, consideramos que sair do lugar que historicamente foi destinado aos negros, tendo como meio a educação, significa romper com a regra social estabelecida, que se fundamenta principalmente na falta de oportunidades educacionais que afetam diretamente a capacidade de inserção do negro em setores de prestígio e poder da sociedade brasileira.

Foi o que aconteceu com a professora Florentina Souza, que, ao ingressar na universidade, teve sua trajetória desviada da maioria dos negros, que tiveram as oportunidades educacionais negadas e/ou dificultadas. Pois ela, contrariando as expectativas, rompe com os obstáculos impostos e consegue ter acesso à universidade e passa a ocupar outro lugar social, o que no período – final da década de 1970 – e ainda hoje, não é considerado comum a todos os negros. Assim, tal acesso representa de fato uma forma de ascensão social para Florentina Souza em relação à maioria dos negros no Brasil.

Essa falta de oportunidades educacionais vivenciada pelos negros brasileiro nesse período fica expressa em dados apresentados por alguns estudiosos que analisaram as grandes diferenças educacionais existentes entre negros e brancos em nosso país, como por exemplo, as pesquisas de Telles (2003) que baseadas em dados estatísticos oficiais que analisaram o período 1960 e 1999, informa que os brancos diplomados nesse período aumentaram de 1,6% para 10,5% enquanto os negros aumentaram de 0% para 2%, Isso indica que a taxa média anual de aumento da titulação dos brancos foi de 0,23%, e a dos negros foi de 0,05% (quase cinco vezes menor).

Observamos nesse lapso de tempo, um grande descompasso educacional entre negros e brancos. De acordo com Rosemberg (1997) e Silva (2001, 2004) muitas foram as causas apontadas para esse descompasso, uma delas passa pela qualidade do ensino das escolas frequentadas pelos negros, em relação às escolas frequentadas pelos brancos. Outra causa seria a própria estrutura educacional que mantém essas desigualdades nomeadamente por meio do currículo que é praticado, de caráter homogeneizador quando valoriza apenas a cultura dominante.

Porém, o fato da professora Florentina Souza ter superados os obstáculos educacionais e alcançado um espaço que tradicionalmente não é considerado dos negros, ou seja, ter ingressado na universidade, não significou que ela tenha se afastado de toda a problemática vivida por um jovem negro que consegue romper barreiras sociais impostas e adentrar o espaço acadêmico. Visto que, de acordo com sua entrevista, ela precisou conciliar estudo e trabalho, pois quando ainda cursava graduação precisou arrumar um emprego como professora para poder contribuir com a renda familiar. As pesquisas de Teixeira (2003) indicam que a necessidade de tal conciliação é uma das grandes dificuldades enfrentadas ainda hoje pela maioria dos estudantes negros que ingressam em uma universidade pública.

Além dessa necessidade de conciliar estudo e trabalho, Queiroz (2002) chama atenção também para outros obstáculos que podem ser oferecidos a um aluno negro nas relações dentro da Universidade, designando essa como uma “aventura intelectual que gera insegurança, ao estar em um terreno cheio de dúvidas, opacidade e possibilidades de fracasso” (QUEIROZ, 2002, p. 33). A autora avalia ainda que esses fatores sejam bastante relevantes ao aluno negro, que já traz consigo uma trajetória prévia marcada por rejeição, inadequação social e estranhamento territorial.

Porém, a despeito das dificuldades vivenciadas pela professora Florentina em sua trajetória acadêmica inicial – como, por exemplo, ter que trabalhar enquanto estudava – ela

conclui seu curso de graduação em Letras, e, como tinha o objetivo seguir a carreira acadêmica, presta concurso para o programa de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba em 1985, o que oportuniza sua entrada na carreira da docência superior, trabalhando inicialmente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UNESB), depois na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e, finalmente, em 1994, ingressou na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde trabalha até o presente momento.

Observamos então que, com muito esforço, a Professora Florentina Souza conseguiu alcançar os objetivos propostos para sua vida profissional, superou a tradição que vinha se mantendo em relação às mulheres de sua família, alcançando o *status* social de professora universitária.

E isso possui um grande significado, tanto no âmbito pessoal – já que ela pôde romper as barreiras raciais e adentrar em um espaço no qual no período o negro era invisibilizado –, quanto no que diz respeito às discussões acerca da temática racial. Pois, a partir do relato de sua trajetória acadêmica, podemos entender como tal temática passa a fazer parte mais efetivamente das discussões no espaço universitário.

2.3 AS PESQUISAS DE FLORENTINA SOUZA E A TEMÁTICA RACIAL

Quando a professora Florentina Souza adentrou a Universidade Federal da Bahia no ano de 1974, as discussões acerca da questão racial eram ainda muito incipientes, pois devido ao Regime Militar o assunto mais intensamente debatido pelos diretórios acadêmicos nas universidades era sobre a ditadura e a questão da ausência de liberdade. Só em 1978, período da fundação do MNU, é que um grupo de pessoas da UFBA começou a discutir a possibilidade da criação do MNU na Bahia, porém nessa ocasião ela participou apenas de duas reuniões, por causa de seu envolvimento com “*as coisas do trabalho*”. Assim nos expõe ela:

[...] quando eu entrei na universidade foi em 74. Em 74, ainda estava aquela coisa braba da repressão, da ditadura, então, na verdade, o que eu via mais intensamente discutir na Universidade nessa época era a questão da ditadura, a questão da ausência de liberdade, isso que era mais discutido em 74,75. Em 78, quando foi fundado o Movimento Negro Unificado, um grupo da universidade começou a discutir a questão negra e juntou algumas pessoas, e nós começamos a discutir a possibilidade de fundação do Movimento Negro Unificado na Bahia. Naquela altura eu participei de duas ou três. Duas reuniões. Não participei mais ativamente, porque comecei a

me envolver com as coisas do trabalho, e quando eu retorno a Salvador em 85, aí sim eu começo a me engajar, porque eu fui pra Paraíba, e depois fui pra Conquista e, quando eu volto, aí sim eu comecei a me engajar no movimento negro [...].

Notamos, a partir de seu depoimento, que seu engajamento efetivo com o movimento negro só vai ocorrer no final da década de 1980, após a conclusão do mestrado na Universidade Federal da Paraíba, e a temática racial só começa a ser sistematicamente trabalhada por ela por ocasião das comemorações dos 100 anos da abolição da escravatura. Florentina nos diz que

Na década de 80, tinha todo aquele projeto de comemoração dos 100 anos da abolição. Aí eu volto pra Salvador e naquele contexto de movimento social, de movimento com os meus amigos que estavam lá, estavam envolvidos com a questão de discussão do movimento negro. 100 anos de abolição, é abolição, não é abolição. [...] no bojo disso tudo, me pediram um texto de alguma coisa de literatura de um escritor negro pra participar dessa coisa dos 100 anos de abolição e aí eu comecei a pesquisar.

Essa aproximação com a temática de forma mais intensa ocorreu porque, por ocasião do centenário da abolição, o movimento negro estava em plena efervescência com um discurso mais político, que trazia como uma de suas estratégias a denúncia de que o *Mito da Democracia Racial* teria servido para sustentar ideologicamente a opressão do branco sobre a população negra, legitimando a estrutura vigente de desigualdades raciais, por meios de mecanismos sutis que serviram para excluir o negro dos vários espaços sociais (HASENBALG, 1994).

Na tentativa de romper com esses mecanismos de exclusão, o movimento negro passa a empreender uma intensa luta no sentido de demonstrar qual era a condição socioeconômica a que a população negra vinha sendo submetida. E que essa situação vivenciada era fruto do racismo e da discriminação que provocava catastróficas implicações sociais e dificultava o “desenvolvimento de suas potencialidades individuais por não permitir o usufruto da cidadania dessa parcela de brasileiros à qual era negada a igualdade de oportunidades que um país deve oferecer” (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 37).

Tal situação não era resultado do desdobramento de consequências econômicas e sociais e sim fruto do pertencimento racial que contribuía decisivamente para alocar os negros nos mais baixos níveis sociais. Ou seja, a marca do preconceito e da discriminação eram os responsáveis pelas desigualdades de acesso às posições sociais e dos baixos índices

socioeconômicos, o que evidenciava a necessidade de tornar ampla a compreensão de como o preconceito atuava na sociedade (JACCOUD e BEGHIN, 2002).

Assim, os debates empreendidos pelo movimento negro desse período passam a denunciar que o Estado brasileiro, ao se apropriar do discurso do *Mito da Democracia Racial*, utiliza-o como uma forma de legitimar o lugar ocupado pelo negro na sociedade e, naturalmente, de inibir a mobilização rumo à superação dos problemas vivenciados por essa população ao longo dos anos. Segundo os membros do movimento, o discurso de igualdade pressuposto por tal mito dificultou ao Estado e à sociedade civil em geral perceber o preconceito e a discriminação alojados nas estruturas do país, já que pressupôs que a hierarquização racial da população estava ligada principalmente a fatores econômicos e não à marca racial.

O fervor nas discussões em torno da questão racial foi possível graças ao enfraquecimento do regime militar e ao crescente processo de democratização caracterizado pela abertura política, que permitiu uma nova fase de mobilização negra. Tendo nesse momento à frente de suas reivindicações o MNU, que procurava demonstrar que a falta de oportunidades sociais vivida pelos negros estava no racismo e na discriminação que imperava na sociedade brasileira.

Portanto, quando se instala o processo de abertura política, os alicerces políticos, sociais, econômicos e ideológicos que sustentavam o Estado passam a ser colocados em xeque, por meio das ações dos vários movimentos sociais que emergem no período. Nessa conjuntura, o *Mito da Democracia Racial* passa a ser questionado, tendo como questão crucial a denúncia da existência do racismo e da discriminação na sociedade brasileira. Para Kossiling (2007, p. 31):

Com o clima de “abertura política”, houve novas possibilidades legais para os movimentos sociais e políticos o que, sem dúvida, foi aproveitado também pelos movimentos negros que intensificaram suas campanhas. [...]. Foi justamente na “abertura política” em que as lutas anti-racistas ganharam maior ação com o movimento contra a discriminação racial (MNCDR) e em seguida, com o Movimento Negro Unificado, MNU.

Em todos os documentos elaborados pelo MNU desde sua fundação, a denúncia do racismo e a busca de uma verdadeira *Democracia Racial* aparecem como um dos pontos principais a ser trabalhado pelos militantes. É o que se pode observar, por exemplo, na “Carta

Aberta à População”¹⁵ divulgada no ato público realizado em 1978 nas escadarias do Teatro Municipal, que foi considerado a primeira grande manifestação negra do período contemporâneo, tornando-se um ponto referencial na história dos protestos negros, porque marca uma nova fase da luta antirracista, que passa a ter a partir desse momento projeção nacional (HANCHARD, 2001; GUIMARÃES, 1999).

Outra questão reclamada pelo movimento negro contemporâneo foi o papel do negro como um dos principais agentes da História do país, o que implicava em uma ampla discussão acerca da história, da cultura e do real lugar do negro na construção da sociedade brasileira. Foi dentro desse aspecto que o 13 de maio, dia da abolição da escravatura, começa a ser contestado, pois o protagonismo da abolição passa a ser reivindicado pelos negros, tendo como principal referência Zumbi dos Palmares e não a princesa Izabel. Dessa forma, a data a ser comemorada pela liberdade dos negros deveria ser o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, e não o 13 de maio, que para os negros era vazio de significados (PEREIRA, 2010).

Portanto, os atos pelo centenário da abolição promovidos pelo Movimento Negro em todo território nacional traziam como alvos fundamentais as discussões acerca da desmistificação do constructo histórico do significado da abolição para população negra, que após ganhar a liberdade foi abandonado à sua própria sorte, sem qualquer política por parte do Governo que pudesse favorecer sua integração à sociedade.

O questionamento da harmonia racial foi apontado como um dos elementos responsáveis pelo racismo existente no Brasil, que seria um racismo de natureza silenciosa,

¹⁵ Carta Aberta a População, 07 de julho de 1978 – **Contra O Racismo** – “Hoje estamos nas ruas numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação e a discriminação racial, contra opressão policial, contra o desemprego, o sub-emprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferência e estamos indo para as ruas. Um novo passo dado na luta contra o racismo. Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Exigiremos Justiça! O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para se um instrumento de luta da Comunidade Negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo. [...] É necessário buscar formas de organização. É preciso garantir que este movimento seja um forte movimento de luta permanente da comunidade, onde todos participem de verdade, definindo os caminhos do movimento. Por isso chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Portanto, propomos a criação de CENTRO DE LUTAS DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial. CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL. CONTRA A OPRESSÃO POLICIAL. PELA AMPLIAÇÃO DO MOVIMENTO. POR UMA AUTENTICA DEMOCRACIA RACIAL” – grifos do autor, (PEREIRA, 2010, p. 164).

ocultado por trás de um discurso universalista de igualdade, com procedência na relação paternalista e clientelista que se instituiu na sociedade brasileira (SCHWARCZ, 1999).

Alguns estudiosos apontam as comemorações do centenário da abolição como de extrema importância para as discussões acerca das questões raciais no Brasil, por ser pela primeira vez que tais assuntos tomam tamanha evidência no cenário nacional. Sobre essa importância, informa Hanchard (2001, p. 168):

Foi a primeira vez em que múltiplas formas de desigualdade racial contra afro-brasileiros tornaram-se um tema preponderante do debate nacional. Para os afro-brasileiros, os eventos dessa comemoração representam uma das poucas ocasiões, no período do pós-guerra, em que eles exerceram ações coletivas contra as práticas estatais, tanto discursivas e contra as atitudes do censo comum, na sociedade civil a respeito da história e do legado permanente da opressão afro-brasileira.

Os eventos pela comemoração do centenário sucederam de várias formas, como por exemplo, manifestações culturais, passeatas, debates acadêmicos nas várias cidades brasileiras, ocorrendo em vários espaços, tantos institucionais como bibliotecas, museus ou em espaços públicos. Uma das manifestações de grande repercussão nacional e internacional foi a manifestação que ocorreu no Rio de Janeiro, no bairro da Candelária, no centro da cidade, a chamada “Marcha contra a farsa da abolição”, que no seu trajeto passaria em frente ao busto de Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro.

A evidência dada a essa manifestação foi porque o exército organizou um grande aparato militar para impedir que ela passasse em frente ao busto de Caxias, que, segundo informações recebidas pela cúpula do exército, seria desrespeitado pelos manifestantes (CARVALHO, 2005; PEREIRA, 2010).

Gorender (1991), analisando os jornais da época que traziam notícias sobre os eventos que envolviam as comemorações do dia 13 de maio, observou que todos os eventos relacionados com a data traziam como ponto central em vez da comemoração o repúdio materializado pela negação “*não houve abolição*”.

Esse autor aponta que os discursos acerca do centenário já eram emocionantes desde o ano anterior, quando o movimento negro agitava a opinião pública com panfletos e debates críticos, havendo em várias partes do país algumas manifestações que chegavam ao extremo de queimar uma boneca para mostrar a morte simbólica da princesa Isabel e, conseqüentemente, a morte de uma heroína nacional.

Assim, como ocorreu por todos os estados do país, na Bahia também as manifestações foram intensas. E no processo de discussão que ocorreu nesse estado, foi solicitado à professora Florentina que escrevesse um texto que tivesse como temática algum escritor negro. Começou então a levantar dados que poderiam servir para a construção desse escrito e encontrou algum material que poderia lhe ser útil para o desenvolvimento do trabalho, como por exemplo, os Cadernos Negros¹⁶. No entanto, optou escrever sobre Luiz Gama¹⁷ o que ela chamou de “seu primeiro investimento”; um pequeno texto publicado em uma revista de educação em Salvador. Sobre esse fato assim nos diz ela:

[...] me pediram um texto de alguma coisa de literatura de um escritor negro pra participar dessa coisa dos 100 anos de abolição, e aí eu comecei a pesquisar, a pesquisar, e encontrei um Caderno Negro. Nessa época em 85, 86, tinha uma livraria que vendia os cadernos negros; eles fizeram uma exposição, e eu comprei alguns volumes que eu achei, mas não trabalhei com os cadernos negros. Resolvi trabalhar com O Luiz Gama [...]

A solicitação para que Florentina escrevesse um texto que desse destaque à literatura negra obedeceu às várias formas de manifestações empreendidas no período das

¹⁶ Em 1978, surgiu o primeiro volume da série **CADERNOS NEGROS** com oito poetas que dividiam os custos do livro. Publicado em formato de bolso com 52 páginas. A publicação, vendida principalmente em um grande lançamento, circulou posteriormente de mão em mão, sendo distribuída para poucas livrarias, mas obteve um expressivo retorno dos que tiveram acesso a ela. Desde então, e ininterruptamente, foram lançados outros volumes – um por ano – alternando poemas e contos de estilos diversos. A distribuição aperfeiçoou-se procurando chegar a um público mais amplo e diversificado do que aquele atingido pelos primeiros volumes. Escritores de vários Estados do Brasil vêm publicando nos Cadernos. É preciso assinalar que não existem outras antologias publicadas regularmente com textos de autores afro-brasileiros, em grande parte devido às dificuldades financeiras inerentes às publicações deste tipo. Sendo assim, os Cadernos têm sido um importante veículo para dar visibilidade à literatura negra. Disponível em: <www.quilobhoje.com.br>. Acessado em 17 de setembro de 2010.

¹⁷ O poeta Luiz Gama nasceu a 21 de junho de 1830, em Salvador, Bahia. Além do que contou o próprio poeta sobre a sua vida, nada se sabe sobre a sua infância, alguma coisa se sabe sobre a sua juventude, e há inúmeros documentos relativos a feitos de sua maturidade. Três características de Luiz Gama são decisivas para compreender o interesse por sua história tão recontada: era negro, foi escravo, tornou-se herói abolicionista. Luíza Mahin, sua mãe, negra livre e muçulmana, foi presa várias vezes como suspeita de envolver-se em revolta de escravos na Bahia; fugiu para o Rio de Janeiro em 1837 e desapareceu anos mais tarde. O pai de Gama, do qual se desconhece o nome, pode ter pertencido a uma importante família de origem portuguesa; em grave crise financeira, vendeu o filho como escravo em 1840. O escravo Luiz Gama não foi comprado no Rio de Janeiro e em Campinas por ser “baiano” (como anotou em carta a Lúcio de Mendonça). Rejeitado pelos compradores, foi conduzido à casa do escravocrata Antônio Pereira Cardoso em Lorena-SP. Em 1847, desenvolveu amizade com Antônio Rodrigues do Prado Júnior, que o iniciou nas primeiras letras. Após sete anos de cativo, aprendeu a ler e a escrever, reconquistou a liberdade apresentando provas ainda hoje ignoradas, tornou-se militar (época em que foi preso por insultar um oficial), foi também escrivão, amanuense da Secretária de Polícia até 1868 (quando foi demitido por “turbulento e sedicioso”), foi jornalista e poeta. Luiz Gama, sob pseudônimo, publicou o seu único livro de poemas, Primeiras Trovas Burlescas de Getulino, em 1859, animando-se a uma segunda edição em 1861 (esta já sem o pseudônimo). Nesse mesmo período, já havia começado a advogar (sem diploma), libertando até o fim da vida inúmeros escravos; segundo seu próprio depoimento, mais de 500 (OLIVEIRA, 2006, p. 20-21).

comemorações do centenário da abolição, tendo em vista que uma das estratégias do movimento negro contemporâneo era a positivação da identidade negra, por meio da valorização de sua história, de sua cultura, na busca da chamada “*consciência da negritude*” que enfatizava os valores positivos do povo negro.

A *negritude* nesse contexto era entendida pelo movimento negro como forma de mobilização e resistência ao racismo existente no Brasil, por se configurar como combate à herança assimétrica provinda da escravidão e de teorias racialistas do século XIX.

De acordo com Nascimento (2003), tais teorias produziram um histórico e um imaginário sobre as representações acerca do negro na sociedade brasileira, se caracterizando pela construção de estereótipos e estigmas que demarcaram as fronteiras e ganharam formas nas práticas interpessoais, sociais e institucionais. E mesmo depois que tais teorias foram superadas, continuou a subsistir no imaginário social.

Vale destacar que o sentido adotado de negritude pelo movimento negro a partir da década de 1970 adquiriu novas significações, dentro de um sentido mais elástico, que compreende a cultura, a religião, manifestações lúdicas e estéticas de afirmação racial (bailes da comunidade negra, grupos de danças e música afro), bem como engajamento antirracista, instituídos pelas várias entidades do movimento negro contemporâneo, diferente do período anterior que tinha suas bases centradas na afirmação dos valores negros como uma resposta dos negros brasileiros em ascensão social à ideologia do branqueamento (DOMINGUES, 2005).

Desse modo, o trabalho que Florentina escreveu sobre Luiz Gama pode ser compreendido dentro desse processo da consciência da negritude, pois, ao dar destaque a um autor negro, ela procura legitimar uma cultura que era vista como inferior dentro de um sistema de valores hegemônicos presentes na sociedade brasileira, e reforçar uma identidade negra positivada.

É nesse contexto histórico do centenário da abolição que a professora Florentina Souza passa então a se afirmar na questão étnico-racial, tanto na perspectiva acadêmica como também de militância participativa, pois, a partir desse momento, passa a ser chamada por várias entidades para falar acerca da literatura negra como uma forma de resistência à discriminação e ao racismo.

Nesse momento, também começa a inserir autores negros em suas aulas nos cursos de graduação da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) onde atuava. No entanto, um trabalho de pesquisa mais sistemático só vai

ocorrer quando ela ingressa no ano de 1994, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) como docente e passa a desenvolver um trabalho com mulheres negras, fazendo levantamento de instrutoras negras, que é interrompido quando sai para cursar o doutorado. Somente na sua volta, já no ano 2000, que ela então constitui seu próprio grupo de pesquisa. Como nos relata:

Em 1985, eu retorno a Salvador. Foi quando me firmei mesmo na questão étnica, tanto na perspectiva acadêmica, como também na atuação, não de militância diretiva, mas de militância participativa de várias entidades do movimento negro que eu era convidada para fala. Aí você vai percebendo a demanda. [...] em 94, eu ingresso na UFBA, aí sim eu começo a trabalhar. Primeiro comecei a trabalhar com mulheres negras, fazendo um levantamento de instrutoras negras em um grupo que já existia lá, mas não me senti muito bem no grupo, aí foi quando eu saio para o doutorado, e quando eu voltei fiquei com uma outra professora que trabalhava reconfigurações de identidade, ela trabalhava com questão de índio e tal, aí ficamos juntas e depois eu organizei meu próprio grupo de pesquisa.

Observamos que, até 1988, as pesquisas da professora Florentina Souza não se voltaram para a temática racial, tanto que em 1980, quando ingressou no Programa de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco, a temática desenvolvida em sua dissertação foi o livro Maíra de Darcy Ribeiro. De acordo com ela, quando ingressou no programa de pós-graduação da referida universidade levou consigo dois projetos que poderiam ser desenvolvidos em sua dissertação:

Uma proposta era trabalhar com Clarisse Lispector, gostei muito na graduação, e a outra era trabalhar com Lima Barreto. Então, eu levei essas propostas, mas essas duas propostas não tiveram muita, não tiveram muita não – vou falar bem claramente – elas não foram acolhidas. Então, eu comecei a procurar outras coisas pra trabalhar, o que é que eu vou pesquisar? O que é que eu vou pesquisar... E uma pessoa que poderia vir a ser minha orientadora falou: “Por que é que você não faz a pesquisa sobre índio? tem Kuarupe, tem Maíra”. Aí eu fui lá, li Kuarupe e não gostei muito, li Maíra e gostei e aí fiz o trabalho sobre Maíra [...]

Podemos justificar o fato de no mestrado ela não ter podido trazer como objeto de pesquisa o negro em sua dissertação, pelo próprio arcabouço de conhecimento no qual as universidades estavam embasadas, que privilegiava cânones hegemônicos de cunho universalista, que enfatizam código e valores ocidentais dados como verdadeiros, em detrimento dos demais valores que são colocados como inferiorizados. Como nos confirma Silva (2006, p. 01):

Na universidade, prevalece um tipo de saber pretensamente científico e racional, branco, eurocêntrico e excludente da cultura e saber populares. Eis os alicerces da nossa universidade, os quais foram sedimentados pela colonização que, seguindo a modernidade ocidental, impôs um padrão dominante, erigido como novo dogma substituto à teologia. Em outras palavras, na universidade assimilamos acriticamente um modelo racional científico de saber, oficial e pretensamente neutro, legitimado em si mesmo.

Aliado a isso, por ser a universidade uma das partes da sociedade, tal conhecimento científico instituído também reflete o ideal de sociedade adotado pelo Estado brasileiro, que assumiu em termos raciais o princípio da harmonia, fundamentado na ideologia da *democracia racial*, que forjou a identidade nacional sem preconceito, discriminação e ódio raciais, especialmente quando confrontada com a sociedade americana, que, ao contrário, apresentava fortes antagonismos raciais (SANTOS,1999). Esse princípio obscureceu as desigualdades raciais, cooperando para que a discussão acerca da questão racial não fosse considerada relevante na universidade.

Ir de encontro a esses princípios de nação, significava ir contra o próprio Estado brasileiro. Porque tal discussão poderia contestar a posição adotada claramente pelo Governo militar, de que no Brasil se viveria em uma harmonia racial. Desta forma, “a democracia racial acabara por associar-se em demasia ao sentimento de nacionalidade, à ideologia oficial do regime militar” (GUIMARÃES, 2001, p. 125).

Outro fator que podemos considerar como colaborador para a invisibilidade da temática racial na academia foi o propósito para o qual a universidade foi criada, pois desde sua fundação nunca foi um espaço de acesso das minorias, era reservado aos filhos daqueles que desde a infância são preparados para percorrer os caminhos que lhes permite alcançar uma formação universitária, porque suas famílias têm condições econômicas e culturais para tanto, isto é, são depositários de um *capital cultural*, o que explica o seu caráter fortemente seletivo (QUEIROZ, 2003).

Segundo Bourdieu (2008), o êxito do aluno tem como elemento determinante a herança cultural que lhe foi transmitida no seio familiar, por conseguinte, os resultados obtidos ao longo da trajetória escolar, inclusive nos níveis mais altos de escolarização, como o ensino superior, estão relacionados às propriedades culturais que são transmitidas pela família. No caso do estudante negro, a aquisição desse capital cultural é comprometida pela história de exclusão vivida que dificulta que ele preencha os requisitos necessários para se inserir no mundo acadêmico.

Assim, podemos entender a universidade como um espaço de elite ao qual a

população negra teve pouco ou nenhum acesso, porque muitas barreiras foram impostas para o seu ingresso aos quadros acadêmicos. É o que podemos observar dos casos acontecidos ainda na década de 50 com Guerreiro Ramos e Edison Carneiro, que, apesar de apresentarem notório saber e um grande brilho intelectual, suas entradas como professor na UFRJ foi barrada sem maiores explicações. É o que nos informa Carvalho (2005, p. 4)

Guerreiro Ramos, sociólogo negro, egresso da primeira turma de filosofia da Universidade do Rio de Janeiro, apesar de seu brilho intelectual, ele não se tornou professor da UFRJ, tendo sido barrado no concurso para professor. No final de sua vida contou esse episódio de um modo dramático. Na verdade ele declarou em uma entrevista histórica, ter sido vítima de racismo, os professores brancos da UFRJ não o queriam em seu meio excludente. [...] Edison Carneiro também foi outro intelectual negro que tentou ser professor da UFRJ. Ele tinha sido presidente da Campanha Nacional de defesa do Folclore brasileiro e ia substituir Artur Ramos seu professor de Antropologia. Ele também perdeu esse concurso para alguém que nem sequer de longe possuía uma produção científica comparável à de Edison Carneiro.

Assim, tanto o saber científico pretensamente neutro difundido pelas universidades, o propósito de sua criação, quanto o ideal de nação adotado pelo Estado brasileiro colaboraram para que o debate acerca do racismo e da discriminação contra os negros fosse silenciado no mundo acadêmico, porque, baseado no pensamento preconizado por Freyre (1963), o Brasil era um grande caldeirão cultural, onde não havia diferenças entre raças. E se de alguma forma o preconceito racial viesse a ocorrer no Brasil, dizia respeito apenas a casos extremamente isolados.

Esses fatores aliados contribuíram para instalação do silenciamento da questão do racismo no campo acadêmico, com as universidades ficando sempre fora desse debate. Contudo, lembramos que esse processo começa a ser rompido por volta do final da década de 1970, quando o movimento negro inicia a luta contra a grande exclusão social vivenciada pelos negros no país, demonstrando que as diferenças e desigualdades sociais entre negros e brancos acumulados ao longo da história do Brasil, suscitou a existência de dois mundos: *o mundo dos negros e o mundo dos brancos* (HASENBALG, 1994).

Os questionamentos e a busca por mudanças no que tange à posição do negro na sociedade brasileira ganha eco dentro do espaço acadêmico, propiciando uma mudança no tratamento da temática, refletidas inclusive na abertura de linhas de pesquisas que abordam a temática, principalmente na área da educação, entendida nesse período, como ponto fulcral para o combate da discriminação e do racismo.

Ressaltamos então, que as análises feitas vão demonstrar os anos 1970 e os anos 1980 e 1990 como momentos demarcadores para o ativismo negro, porque vão ser lançadas as bases para muito do que foi conquistado hoje pela população negra, pois é nesse período que a questão racial começa a se tornar pauta de debate nas várias instâncias da sociedade.

Tais debates vão ser efetivados principalmente por meio de intelectuais negros que adentraram as universidades nesse período, pois passam a argumentar sobre a questão racial a partir de sua própria vivência e da área de conhecimento na qual estão inseridos.

É o que podemos observar a partir da trajetória acadêmica da professora Florentina Souza, que passa a centrar suas pesquisas na questão racial, tendo como ponto de destaque de suas análises a literatura, que é a área da qual ele se ocupa.

CAPÍTULO III – A TEMÁTICA RACIAL COMO CENTRO DAS PESQUISAS DE FLORENTINA SOUZA

Este capítulo será apresentado em três seções, na primeira faremos uma análise sobre a entrada de pesquisadores negros nas universidades no final de 1970 e décadas de 1980 e 1990. Essa entrada pode ser entendida como consequência das reivindicações do Movimento Negro ao longo do tempo. Dessa forma, para entendermos esse processo de ingresso dos negros nas universidades como pesquisadores, faremos uso de dados empíricos retirados do sítio da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que tem cadastrado em seu banco de dados pesquisadores negros oriundos de diversos pontos do país.

Na segunda seção, falaremos dos obstáculos que a professora Florentina Souza encontrou desde o início de sua carreira quando ingressou como professora na Universidade do Sudoeste da Bahia (UNESB) até o momento que se consolidou como professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Na terceira seção, abordaremos acerca de sua produção acadêmica, na perspectiva de explicar como a temática racial foi trabalhada por ela em seu campo de conhecimento – o campo literário. Tomando como referência seu *currículo lattes*, daremos destaque a algumas de suas produções que servem para demonstrar quais os caminhos teóricos/metodológicos adotados na construção de suas argumentações.

3.1 A ENTRADA DOS PESQUISADORES NEGROS NA UNIVERSIDADE

Por volta do final dos anos 70 em diante, há grande crescimento de pesquisas que traziam a temática racial como objeto de investigação nas várias universidades brasileiras, (PINTO, 1987). Esse crescimento é demonstrado nas tabelas abaixo, retirada das pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil, de Cristiane Ribeiro (2005) ¹⁸.

¹⁸ Ribeiro (2005) em suas pesquisas analisou 101 trabalhos entre dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos de livre docência, no período de 1970 a 2004, que traziam como objeto de estudo o negro e a educação, com o objetivo de conhecer quais propostas educacionais esses pesquisadores davam evidência em suas análises. Tal trabalho foi utilizado como fonte porque o período abrangido por nossa pesquisas se inseri nos dados estatísticos apresentados pela autora.

Tabela 1: Distribuição das pesquisas sobre negro e educação por instituição

Universidade	Percentual
Universidade de São Paulo	18,8%
Universidade Federal de Minas Gerais	10,8%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	9,9%
Universidade Federal da Bahia	9,9%
Universidade de Campinas	7,9%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	5,9%
Universidade Federal de São Carlos	3,9%
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	2,9%
Universidade Federal do Ceará	2,9%
Pontifícia Universidade Católica do Rio	2,9%
Universidade Federal Fluminense	1,9%
Universidade Federal do Mato Grosso	1,9%
Fundação Getúlio Vargas	1,9%
Universidade Federal de Uberlândia	1,9%
Universidade de Santa Catarina	1,9%
Universidade Federal de Santa Maria	0,9%
Universidade Metodista de Piracicaba	0,9%
Universidade Federal do Piauí	0,9%
UNISINOS	0,9%
Instituto – IUPERJ	0,9%
Universidade Federal do Paraná	0,9%
Universidade Federal da Paraíba	0,9%
Universidade de Brasília	0,9%
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	0,9%
Universidade Estadual de São Paulo	0,9%
Universidade Federal de Pernambuco	0,9%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	0,9%
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	0,9%
Total	99,85%

Fonte: Ribeiro (2005).

Tabela 2: Pesquisas sobre o negro, por área de conhecimento.

Área do Conhecimento	Percentual
Educação	75,24%
Sociologia	5,94%
Antropologia	3,96%
Psicologia	3,96%
História	3,96%
Comunicação e Artes	1,98%
Educação Física	0,99%
Linguística	0,99%
Integração da América Latina	0,99%
Filosofia	0,99%
Outros	0,99%
Total	99,99%

Fonte: Ribeiro (2005).

As tabelas nos mostram que, no final da década de 1980, novas linhas de investigação nas várias universidades brasileiras e em diversas áreas do conhecimento surgem. Elas vão dar ênfase a história do negro que precisaria passar por uma profunda revisão, cujo destaque não fosse apenas aquele que abordava sua história oriunda de um passado escravista, mas uma história que demonstrasse a riqueza de sua cultura e promovesse uma construção identitária positiva do negro e sua visibilidade na construção da sociedade brasileira.

Dentre os pesquisadores que se ocuparam da temática racial nas universidades, destacamos que a maioria era de origem negra, pois houve um expressivo crescimento do negro como investigador de sua problemática já no final dos anos 70. É o que nos informa Consorte (1991, p. 89):

A partir da década de 70, é crescente a presença do negro, como investigador da problemática que os envolve, e o desenvolvimento de sua parte, de uma postura crítica em relação a tudo quanto se produziu ou vem se produzindo a seu respeito, evocando para si não apenas a reflexão sobre o negro, mas também formas de atuação que revertesse sua situação no interior da sociedade brasileira.

Podemos confirmar tal aumento a partir da análise do *currículo lattes* de estudiosos

integrantes da *Associação Brasileira de Pesquisadores Negros* (ABPN). Essa associação, à qual a professora Florentina Souza é filiada, possui grande inserção no cenário nacional, e congrega renomados pesquisadores negros, que trazendo para o campo de discussão, temáticas voltadas à identidade, cultura e educação. Como, por exemplo, Eliane Cavalleiro, Nilma Lino Gomes, Valter Roberto Silvério, Ana Célia da Silva, Helena Theodoro Lopes, Maria de Lourdes Siqueira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Wilma de Nazaré Baía Coelho.

No quadro abaixo observamos empiricamente que estes pesquisadores adentraram as Universidades, principalmente nos cursos de mestrados, no final dos anos 1970 e entre os anos 1980 e 1990.

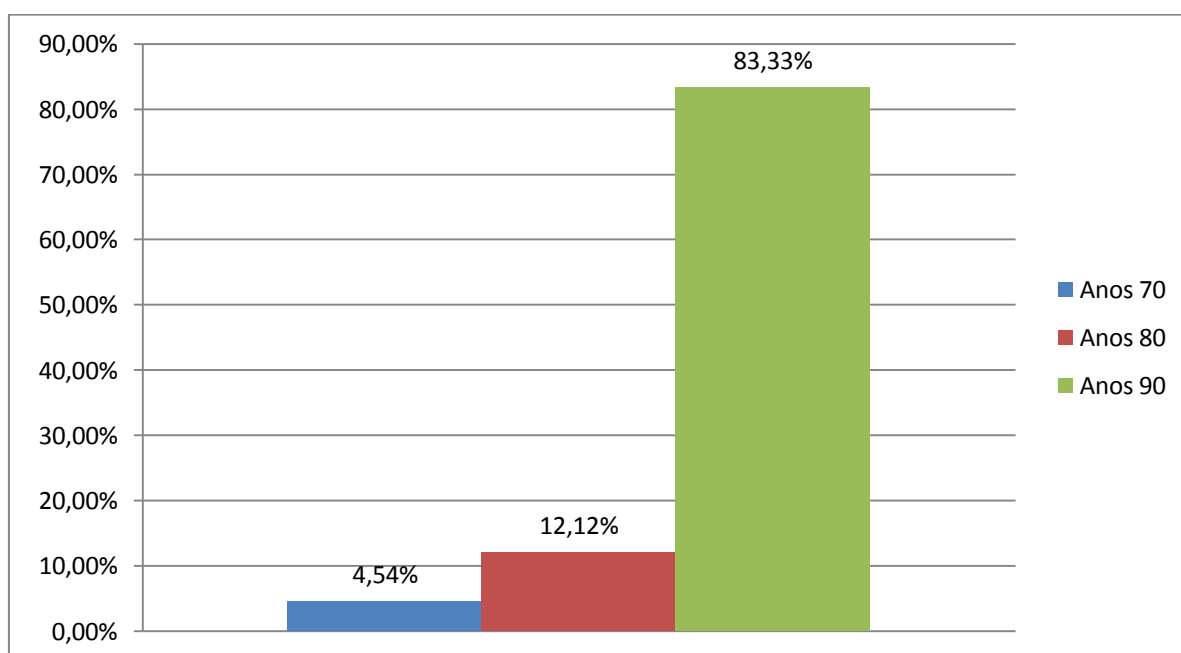
Nome do Pesquisador	Instituição	Ano
Helena Theodoro Lopes	Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.	1978
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva	Mestrado em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	1979
Florentina da Silva Souza	Mestrado em Letras – Universidade Federal da Paraíba.	1985
Maria de Lourdes Siqueira	Mestrado em Ciências Sociais – pontifício Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)	1986
Ana Célia Silva	Mestrado em Educação – Universidade Federal da Bahia	1988
Walter Roberto Silvério	Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal Julio de Castilho	1992
Nilma Lino Gomes	Mestrado em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais -	1994
Osmundo Santos de Araújo Pinho	Mestrado em Antropologia Social – Universidade Estadual de Campinas UNICAMP	1996
Sales Augusto dos Santos	Mestrado em Sociologia – Universidade de Brasília UnB	1997

Eliane dos Santos Cavaleiro	Mestrado em Educação – Universidade de São Paulo USP	1998
Wilma Nazaré Baía Coelho	Mestrado em Educação – Universidade da Amazônia UNAMA	1998
Zélia Amador de Deus	Mestrado em Estudos Literários – Universidade Federal de Minas Gerais	1998

Fonte: Plataforma lattes (2010)

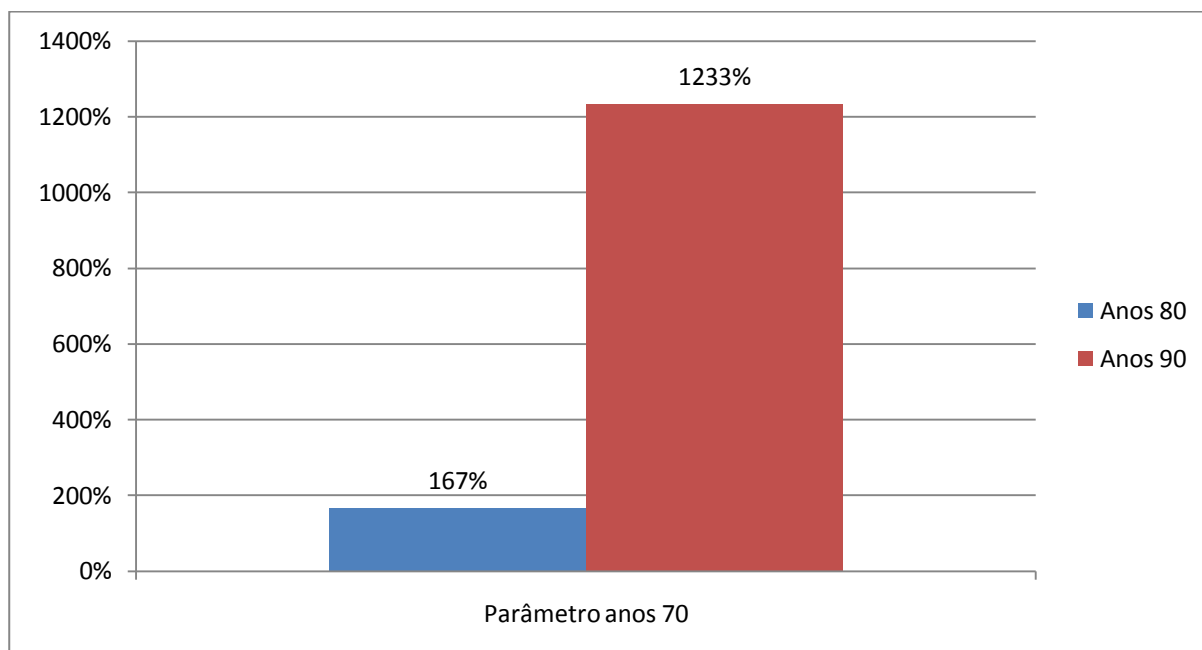
A partir do quadro, ressaltamos que a década de 1990 experimentará expressivo aumento dos negros como pesquisadores de sua própria temática nas universidades. E nos gráficos abaixo, tomando como base de análise o ingresso desses estudiosos nos programas de mestrado, observamos esse crescimento.

Gráfico 1: Pesquisadores negros que ingressaram nos programas de mestrado nas décadas de 1970 e décadas de 1980 e 1990 no Brasil.



Fonte: ABPN (2010).

Gráfico 2: Crescimento de pesquisadores negros nas universidades tomando-se a década de 1970 como parâmetro.



Fonte: ABPN (2010).

Do total de pesquisadores cadastrados na ABPN até o ano de 2010, que somam um total de 706, consideramos como parâmetro para análise aqueles professores/pesquisadores registrados no I catálogo sobre docentes universitários da ABPN, que adentraram a universidade nas décadas de 1970, 1980, 1990 que corresponde ao número de 133.

Do conjunto desses 133, conseguimos identificar como negros, conforme fotos de seus *currículos lattes*, apenas de 66, pois nem todos os pesquisadores registrados no catálogo, publicaram seus *currículos lattes* com foto.

Assim, tomando como referência o universo desses 66 pesquisadores, identificamos que 03 adentraram as universidades nos cursos de mestrado no final da década de 1970, o que corresponde 4,54%; que 08 ingressaram em 1980, correspondentes a 12,12%; e nos anos de 1990, temos identificados 55 pesquisadores, correspondendo 83,33% desse total. De acordo com esses dados, se tomarmos os anos de 1970 como parâmetro, perceberemos que nos anos 1980, houve um aumento de 166,66%, e nos anos 90 um aumento 1.233%.

Apesar de, para alguns autores, estes dados ainda serem considerados pequenos, ou sem expressividade, como por exemplo, para Hasenbalg e Silva (1990) quando analisaram os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 1982 e para Barcelos

(1992), ao examinar os dados do PNAD de 1987, para a luta negra, esses números representam uma importante conquista, pois a questão racial adentra as academias dando evidência a uma temática que até então era negligenciada por parte dos pesquisadores ou era abordada de forma periférica.

Assim, os debates se tornaram cada vez mais presentes no cenário nacional, o que originou uma grande pressão do movimento negro sobre o governo brasileiro para que reconhecesse a discriminação na qual a população negra estava submetida, e por sua vez, criasse políticas públicas de favorecimento a esta população.

É com essa perspectiva, que o Governo da União, as escolas e universidades, a mídia e outros entes estatais e privados começam a discutir mais profundamente o racismo, o preconceito, a discriminação, a desigualdade racial. Sobre esse processo Silvério (2003, p. 09) nos informa que foi

[...] resultado de uma árdua luta realizada pelos movimentos negros nas duas décadas anteriores à década de 1990, presenciou uma mudança de postura significativa, em todos os segmentos da sociedade brasileira, em relação ao tratamento das questões da população negra no País. Entre os fatores que mais contribuíram para a maior visibilidade das desigualdades sociais entre negros e brancos, podem-se destacar: o aumento e a divulgação de pesquisas empíricas; o surgimento de vários conselhos de desenvolvimento e participação da comunidade negra nos planos estadual e municipal; e o reconhecimento oficial, em 20 de novembro de 1995, no plano federal, da existência da discriminação racial e do racismo, com a implantação por meio de decreto do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), visando estimular e formular políticas de valorização da população negra. É, portanto, sintomático que, na década de 1990, alguns intelectuais observavam a necessidade de ampliar os estudos pós-abolição, tentando mensurar de modo mais sistemático e preciso as desigualdades a que os negros estavam submetidos em nosso país. E também passaram a se posicionar sugerindo medidas necessárias para diminuir as distâncias sociais entre negros e brancos.

De acordo ainda com Silvério (2003), uma das medidas exigidas por parte do movimento negro ao Governo Federal foi a política de ação afirmativa, que seria uma medida emergencial capaz de promover a integração de significativa parcela da população negra no mercado de trabalho e nas universidades, o que poderia favorecer a instituição de uma democracia sem marcadores étnico-raciais, pois parcelas da população negra seriam inseridas no mercado de trabalho e nas Universidades, iniciando-se assim um processo de *desracialização* das posições de *status* e renda.

Outra exigência que surge como parte das políticas de ação afirmativa, tendo suas

origens nesse período, fora a necessidade da inserção da História e Cultura da África nos currículos das disciplinas escolares, com o objetivo de valorizar a cultura do negro e criar uma identidade positiva.

De acordo com Munanga (2001), a falta de identidade do negro com a educação que lhe é imposta, pode ser considerada como responsável pelo alto coeficiente de repetência e evasão escolar do aluno negro em relação ao aluno branco; o que acaba por engendrar a necessidade de uma educação que busque a inclusão dos mesmos a partir de um ensino-aprendizagem que reflita a realidade da camada excluída.

Um acontecimento de extrema importância para a questão racial que marca esse período e que esteve diretamente ligado com o início da luta por ações afirmativas foi a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 20 de novembro de 1985 em comemoração ao tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. A marcha foi organizada pelas várias entidades negras de todo país, além de entidades sindicais e centrais de trabalhadores (DIAS, 2005).

Mais de 30 mil pessoas participaram do evento, procedendo de todos os cantos do país entregaram ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento com várias reivindicações, incluindo a política de ação afirmativa, com cotas para negros nas universidades.

Vale ressaltar que tal evento representava uma nova fase do movimento negro, que, diferente do período anterior aos anos de 1990, contava com maior abertura nas estruturas estatais, o que permitiu um caráter mais ousado nas propostas. Exemplo disso foi a exigência da destinação de verbas para o enfrentamento das desigualdades raciais existentes no país (CARDOSO, 2002, HANCHARD, 2001; PEREIRA, 2010).

Inferimos, que as mudanças ocorridas no panorama brasileiro, entre o final da década de 1970 e década de 1990, contribuíram para que o movimento negro ganhasse espaço na esfera pública, saindo do campo da denúncia da discriminação e do racismo para, por meio de mecanismos políticos e jurídicos, exigir políticas públicas compensatórias capazes de dirimir os danos causados por uma política de homogeneidades social adotada pelo Governo ao longo da história. Passando então a construir argumentos capazes de romper com o estado de inércia em que se encontrava o Governo brasileiro em relação à questão racial.

Foi esse cenário favorável à discussão racial que permitiu que muitos trabalhos acadêmicos fossem desenvolvidos. Tais trabalhos argumentavam tanto acerca da situação a

que a população negra vinha sendo submetida, assim como também, objetivavam valorizar a cultura e história do negro, desenvolvidas, sobretudo por pesquisadores negros.

É precisamente nesse período que a professora Florentina Souza ingressa no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais no curso de doutorado, trazendo como objeto de análise os cadernos Negros e o Jornal do MNU, que eram publicações alternativas ligadas ao movimento negro, trazendo como objetivo examinar o processo de invenção de um discurso de representação de identidade afro-brasileira nesses periódicos.

Porém, o avanço que consentiu a entrada dos intelectuais negros no espaço acadêmico não significou que as barreiras impostas a eles foram diminuídas, pois para se mover nesse ambiente foi necessário lutar contra mecanismos sociais que colocavam o negro em posição inferior ao branco. É sobre essas barreiras que falaremos na seção seguinte.

3.2- AS BARREIRAS ACADÊMICAS

Observamos a partir do relato da professora Florentina, que no desenvolvimento de seu trabalho sempre encontrou barreiras a serem vencidas, como por exemplo, a dúvida sobre sua capacidade profissional, ou sobre o caráter de suas pesquisas, que muitas vezes não era vista como científica, é sim como militância.

Isso foi vivido por ela desde o momento que começou a carreira acadêmica, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UNESB), até hoje, tendo sempre que provar sua competência, pois, de alguma forma, um aluno ou algum grupo de alunos sempre quer demonstrar para a turma que ela não tem aptidão para ocupar aquele lugar. É o que ela nos informa em sua entrevista.

No primeiro dia de aula, eu tenho que me preparar muito, mas porque eu já sei que virá uma cobrança, algum aluno ou grupo de alunos sempre vai querer demonstrar para a turma a minha possível incompetência. Então, eu sempre fico meio tensa no primeiro dia de aula e, pra não exagerar, pouquíssimas vezes eu não me deparei com isso.

Essa dúvida acerca da capacidade de Florentina Souza nos confirma que os estereótipos construídos historicamente sobre o negro, que asseveravam que eles por terem habilidades mentais muito baixas não possuíam competência para desenvolver trabalhos intelectuais, ultrapassaram os limites do tempo, por ainda estarem muito presentes no

imaginário social, evidenciando que a estrutura social brasileira é marcadamente hierarquizada e desigual.

As origens dessas representações inferiorizantes do negro estão nas teses que tinham por base o darwinismo social¹⁹, que concebiam a divisão dos seres humanos em estirpes raciais diferenciadas, demonstrando a superioridade da raça branca, que seria o mais avançado estágio do processo civilizatório da humanidade. A fundamental finalidade dessa perspectiva teórica era utilizar a seleção natural como uma forma de explicar o imperialismo e o domínio de um povo sobre outro.²⁰

Tal proposição influenciou em grande medida a intelectualidade brasileira no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, marcados pelo final da Monarquia e início da República. Pois, nesse período, havia a necessidade de pensar a organização do Estado brasileiro e forjar uma identidade nacional, onde “não tinha espaço para negros, nem mesmo para indígenas ou mestiços, que na hierarquia biológica dos esquemas classificatórios fenótipos estavam mais próximos das raças bárbaras” (SEYFERT, 2002, p. 24).

De acordo com Schwarcz (1993), essas teorias demonstravam ser muito oportunas no período, por darem elementos ao grupo dirigente do país para definir o conceito de nação e cidadania que se queria para o país, no qual o negro não era bem-vindo. Seguindo essa perspectiva, as teorias raciologicas encontram campo fértil para serem disseminadas entre a intelectualidade brasileira. É o que percebemos nas principais obras de estudiosos com grande inserção nacional da época, como por exemplo, as produções de Raimundo Nina Rodrigues²¹,

¹⁹ De maneira equivalente ao desenvolvimento do homem, as sociedades, igualmente, seriam sujeitas à lei da seleção natural. Dentro de uma determinada situação, predominariam as sociedades mais aptas e capazes, sendo as outras extintas, seja pelo combate com as mais "desenvolvidas" seja pela dificuldade de superar obstáculos naturais. De tal modo, as sociedades mais capazes foram predominando em detrimento de outras que não conseguiram prosperar dentro de ambientes hostis. Sociedades menos evoluídas poderiam até resistir, desde que não fossem submetidas à lei da seleção natural. Determinados evolucionistas chegaram a qualificar as sociedades tradicionais da África, América e Oceania como verdadeiros fósseis vivos. Seriam exemplares de estágios atrasados, fazendo parte do passado da humanidade (BRUIT, 1994; DOMINGUES, 2003).

²⁰ Na passagem do século XIX para o século XX, os europeus alicerçavam na ciência a visão de que algumas raças eram mais evoluídas que outras. Nesse período, houve a colonização europeia da África e da Ásia, de modo que a ciência visava legitimar a escravização e a exploração dos povos africanos considerados primitivos. Deste quadro histórico resultou a elaboração de teorias com o intuito, consciente ou inconsciente, de mostrar a inferioridade do negro e a necessidade de civilizá-lo, justificando a empreitada colonialista europeia (RODRIGUES, 2009, p. 84).

²¹ O maranhense Raimundo Nina Rodrigues nasceu em Vargem Grande, no Maranhão, em 04 de dezembro de 1862. Seu pai era o proprietário de terras Francisco Solano Rodrigues e sua mãe, Luiza Rosa Solano Rodrigues, descendente de judeus sefardins vindos para o Maranhão. Ao se transferir para São Luís, estudou “humanidades” no Seminário das Mercês. Em 1877, fez curso preparatório no Colégio São Paulo. Aos 20 anos de idade, Nina Rodrigues ingressou na Escola de Medicina da Bahia, transferindo-se depois para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1888, concluiu o curso, quando estava com 26 anos, defendendo a tese *Das amyotrophias de origem periférica*. Ingressou, em 1889, como professor da Faculdade de Medicina da Bahia, sendo um dos intelectuais que se propôs a oferecer uma saída para o problema da mestiçagem brasileira. Foi professor de medicina legal e fundador da Escola Científica, também conhecida como escola baiana. Dentro da discussão

nas quais o negro era exposto como categoria inferior, em todos os aspectos, em relação ao homem branco civilizado. De acordo com Apóstolo Netto (2005, p. 01),

Nina Rodrigues possui uma visão pessimista em relação à presença do negro na sociedade brasileira. Tenta a todo o momento demonstrar os perigos que representa a influência direta ou indireta do negro na nossa cultura, bem como a descrença no florescimento da nação brasileira fundada na miscigenação.

Outro intelectual que foi envolvido pelos valores e pelas concepções de diferenças de raça em voga na Europa desse período foi Silvio Romero (1914)²², que também acreditava na inferioridade do negro em relação ao branco europeu. Porém, diferente de Nina Rodrigues, via valores positivos na miscigenação, que poderia conduzir ao desenvolvimento de uma nação majoritariamente branca, já que acreditava que, com a inserção cada vez mais sistemática na sociedade brasileira de europeus por meio da imigração, haveria um gradual predomínio de caracteres brancos sobre caracteres negros na população, seria a chamada teoria do branqueamento²³(SKIDMORE, 1989).

De acordo com Romero (1978, p. 55),

O tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Dois fatos contribuiriam largamente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, de outro a imigração européia.

sobre medicina legal, Nina Rodrigues se mostrou profundo conhecedor das investigações científicas de sua época ao fazer referência a vários trabalhos e pesquisas em desenvolvimento na Europa, especialmente na Itália e França. Além de trabalhos na área da medicina, inseriu-se no campo da etnografia. Em sua análise acerca das religiões africanas no Brasil, desenvolveu intensas pesquisas de campo, trazendo importantes aportes para o estudo dessas religiões, sobretudo, para a antropologia (FILHO, 2005, p. 124).

²² Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da Literatura Brasileira, nasceu em Lagarto, SE, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 18 de julho de 1914. Formou-se pela faculdade de direito de Recife PE, entre 1868 e 1873. Estreou na imprensa recifense com a monografia *A Poesia Contemporânea e a Sua Intuição Naturalista*, em 1869. Na década de 1870, colaborou como crítico literário, em vários periódicos pernambucanos e cariocas. Foi eleito deputado provincial em 1875, em Estância SE. Publicou seu primeiro livro de poesia, *Cantos do Fim do Século*, 1869/1873, em 1878. Mudou-se para o Rio de Janeiro RJ em 1879 e lecionou Filosofia no Colégio Pedro II entre 1881 e 1910. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias. Dentre as obras de Silvio Romero, destacam-se *História da literatura brasileira*, publicada em 1888, *Machado de Assis* (1897), *Ensaios de sociologia e literatura* (1901) e *Evolução do lirismo brasileiro*, de 1905 <www.academia.org.br> acessado em 14/12/2010.

²³ Skidmore (1989) define o branqueamento “no pressuposto da superioridade branca – algumas vezes implícita, pois deixava em aberto a questão de saber quão “inata” era a inferioridade negra, e usava os eufemismos “raças mais avançadas” e “menos avançadas”. Mas a esse pressuposto juntavam-se dois outros. Primeiro, que a população negra estava se tornando progressivamente menos numerosa que a branca, por razões que incluíam uma taxa de natalidade supostamente menor, uma maior incidência de doenças e sua desorganização social. Segundo, a miscigenação estaria “naturalmente” produzindo uma população mais clara, em parte porque o gene branco seria mais resistente e em parte porque as pessoas escolhiam parceiros sexuais mais claros.

Nesse contexto, a imigração europeia aparece como um meio impulsionador do embranquecimento da nação, pois nesse processo o negro e o índio estariam fadados ao desaparecimento gradual, à medida que a raça branca, mais forte, se imporia, o que provocaria um avanço moral e intelectual da população brasileira, que estaria livre dos atributos de inferioridades que eram características das raças ditas inferiores. Assim, Romero “paradoxalmente, ao invés de condenar a hibridação racial, seguindo os modelos evolucionistas sociais, encontrava nela a futura viabilidade nacional” (SCHWARZ, 1995, p. 154).

Tanto nas teorias de Nina Rodrigues como de Silvio Romero, observamos que, apesar da divergência entre eles na questão da miscigenação, ambos concordavam que as contribuições raciais do negro e do índio foram consideradas negativas para a constituição da sociedade brasileira, que, por serem raças inferiores, representavam a imoralidade, a barbárie e o atraso em relação ao branco europeu, que era considerado inteligente, inventivo e fisicamente sadio.

Assim esse modelo racial, que ajustava o darwinismo social ao evolucionismo monogenista, logo se deslocou dos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa do país (das áreas de Direito, Medicina, Ciências Naturais e História) para o campo das relações pessoais e das vivências cotidianas.

Sua introdução nos romances da época e em periódicos de circulação diária exerceu a função de difundir os argumentos científicos, que foram traduzidos para termos populares, introduzido seu uso nos discursos do dia a dia e nas representações populares (SCHWACZ, 1995).

Avaliamos que a ideia de classificar a variedade de fenótipos humanos foi responsável por instituir um conceito capaz a hierarquizar os seres humanos em raças biologicamente “superiores” e “inferiores”. Mesmo depois de a ciência provar a não existência dessas diferenças e as pesquisas científicas sobre raça projetaram um novo paradigma baseado na unicidade racial, ou seja, na existência de uma única raça, “a raça humana”, esse conceito inferiorizante do negro persistiu na construção ideológica e cultural da sociedade brasileira.

E podemos apontar como a fundamental base para essa persistência a tese da *democracia racial*, que passou a ser amplamente propagada no Brasil, como arquétipo ideal de igualdade, já que havia uma simbiose do branco, do negro e do índio, que apesar de demonstrar que a miscigenação foi uma vantagem para a formação social brasileira, por haver

uma convivência pacífica das raças, os estereótipos negativo ainda persistiram, pois essas diferenças continuaram a ser disseminadas, ou pela exacerbação de características inferiorizantes sobre o negro, ou pela sua invisibilidade e de sua cultura. Sendo a família, a escola e meios de comunicação as principais formas de difusão desses estereótipos (CAVALLEIRO, 2001, 2005; GOMES, 1997; COELHO, 2009).

Ou seja, o conceito de *democracias racial*, na verdade, fez com que a concepção de raça se incorporasse definitivamente às estruturas da sociedade, deixando de ser uma abstração teórica para se institucionalizar ideologicamente aos lineamentos do Estado, de tal modo, que o racismo brasileiro desenvolveu características peculiares, por se resguardar por trás de uma suposta garantia de universalidade e de igualdade de direitos, que, do ponto de vista material, impediu a população negra de alcançar posições sociais favoráveis, por terem sido relegadas às camadas inferiores do estrato social brasileiro. De acordo com Hasenbalg, (1996, p. 02) esse conceito "é uma poderosa construção ideológica, cujo principal efeito tem sido manter as diferenças interraciais fora da arena política, perpetuando-as como conflito latente".

Foi dessa forma que o discurso negativo acerca do negro se enraizou no interior da sociedade brasileira, que mesmo quando ele alcança posições de prestígio, e conseqüentemente ascende socialmente, como no caso de Florentina, na posição de professora universitária, sua competência é sempre colocada em dúvida, pois a marca racial influencia profundamente o julgamento acerca da capacidade do negro em ocupar esse espaço, que sempre foi considerado como ambientes "naturalizado" para os brancos. Nesse aspecto, corroboramos com Santos (2006, p. 173), quando nos diz que

[...] o lugar de professor universitário não é visto de forma natural como lugar de negros. Esta é uma profissão que exige muito o uso da mente, do argumento, da inteligência, da reflexão. Estes, porém, são atributos colocados como próprios do branco. O negro que galgou essa posição terá que viver em constante estado de alerta, como que a responder a todo o tempo questões, mesmo que não verbalmente, mas até através de gestos, atitudes e sentimentos, como forma de dizer: "olha, eu tenho o direito de continuar aqui." Esses questionamentos vêm de várias direções: do pedagógico, do administrativo, dos colegas e dos alunos

Esse fato ocorre porque o julgamento feito sobre o trabalho do professor universitário negro, como sucede com os demais profissionais que têm a cor negra como marca, não se dá pela habilidade que ele possa ter no desenvolvimento do que lhe é proposto pela profissão, mas sim pela sua pertença racial, que funciona como um mecanismo que lhe confere

inferioridade em relação aos demais professores que atuam na mesma área que ele. Sendo lembrado a todo o momento, de forma objetiva ou subjetiva, de que esse lugar não é naturalmente seu. De acordo com Müller, (1999, p.08) “o esforço em galgar profissões de maior prestígio sempre esbarra na resistência em aceitar que o negro saísse do seu lugar”.

Diante das expectativas negativas criadas sobre sua capacidade, tem início por parte do negro um processo para demonstrar que é capaz caracterizado pelas exigências impostas a si mesmo, procurando desenvolver seu trabalho dentro das regras atribuídas ao desenvolvimento da profissão, como jornada de trabalho, carga horária etc., sem deixar margem para críticas. Mesmo tomando todos esses cuidados, ainda assim tais críticas persistem, não pela negligência no desenvolvimento de suas tarefas acadêmicas, mas pelo excesso de eficiência. É o que nos diz Florentina Souza.

Para evitar certas coisas, eu sou extremamente exigente comigo e com o meu trabalho para evitar dar espaço pra que essas pessoas venham a falar. Então, eu não falto, eu preparo minhas aulas, no primeiro dia já levo os meus textos todos coloco na Xerox. Aí, como não podem falar porque eu deixo de fazer, falam porque eu faço. “É muito exigente, já no primeiro dia já está passando texto pra gente ler”.

Outro fator importante a ser destacado são os impedimentos que possam vir a desqualificar o trabalho do negro dentro do espaço acadêmico. Florentina Souza encontra, tanto com os alunos, como também com os colegas de trabalho, sempre uma crítica a seu trabalho, velada ou não, que pode ser representada pelo questionamento de sua prática pedagógica em sala de aula, ou pela pouca importância dada ao desenvolvimento de suas pesquisas consideradas fora dos padrões de imparcialidade que a atividade acadêmica supõe, pelo fato de o pesquisador estar ligado diretamente com o objeto de sua pesquisa, rompendo com o caráter dogmático da ciência clássica, na qual o universal é considerado mais satisfatório do que o particular (MARTINS, 2004).

No que tange aos alunos, o questionamento recai sempre nas escolhas de autores que serão trabalhados no decorrer daquele semestre com uma determinada turma. E, no primeiro dia de aula, quando vai expor o conteúdo a ser desenvolvido, é sempre questionada por ter feito opção em dar ênfase a autores negros em detrimento a outros autores pertencentes ao cânone da literatura, sendo muitas vezes acusada de estar praticando militância ou de ser racista por ter feito tal escolha. Esse fato foi constante desde o momento que decidiu centrar suas aulas em autores negros.

No primeiro dia de aula você mostra o programa aí tem sempre aquelas perguntas: “por que não tem tal autor? Porque você não colocou tal autor?” Mas você acha que isso é mais militância? Isso é uma pergunta que eu vou preparada pra responder cada semestre que sempre tem a mesma questão, é racismo, a professora é racista.

A inserção de autores negros no conteúdo programático a ser ministrado nas aulas da professora Florentina segue uma tendência adotada pelo movimento negro a partir da década de 70, que buscava referências para a trajetória do negro no Brasil em uma base sócio-histórica comum, para construir uma identidade negra positiva utilizada no combate da exclusão e do racismo. Portanto, a acusação da prática de racismo configura-se como um argumento comumente utilizado por aqueles que acreditam que não existe discriminação racial no Brasil, e que, por isso, nenhuma medida diferenciada deve ser tomada em relação à questão. Dessa forma, concordamos com Silva Jr (2000, p. 23), quando diz que a acusação de racismo não se ajusta às ações adotadas, sendo um erro teórico falar que o negro pratica o racismo.

Racismo é uma ideologia supremacista, ou seja, parte sempre de um grupo étnico-racial que se vê como "superior" e com condições sócio-econômico-culturais capazes de impor seus valores de forma majoritária e oprimir outros grupos de forma culturalmente sistemática, sendo assim, no Brasil, não há nem nunca houve condições histórico-sociais de "supremacismo negro", ou "racismo negro", o racismo é e sempre foi uma prerrogativa “branca”, portanto é um erro teórico falar em "negros racistas" ou "racismo às avessas".

Assim, a valorização da cultura negra, por meio de autores como Lima Barreto e Luis Gama, que passam a ser trabalhados sistematicamente por Florentina, cumpre o papel de dar visibilidade a escritores que, mesmo possuindo reconhecido talento e tendo contribuído com seus trabalhos para a construção do campo literário brasileiro, nunca tiveram evidência dentro do cenário acadêmico, não se enquadrando a acusação de racismo. Porque tal valorização desempenha a função de dar evidência ao negro como produtor de conhecimento intelectual, na perspectiva de subverter a ideia negativa sobre ele.

Outra barreira encontrada, segundo Florentina Souza, diz respeito a como suas pesquisas são vistas por parte de seus pares dentro da academia, que demonstram certo demérito quanto ao trabalho que desenvolve. Informa-nos ela:

[...] outro dia eu estava falando para um professor do meu projeto, aí ele disse que era uma luta. O meu projeto é uma luta, mas antes de ser uma luta

é um projeto de pesquisa. Eu pesquiso, faço o mesmo trabalho que você faz. Ele pesquisa outra coisa lá de português do período medieval. Então, o dele é pesquisa, o meu é luta. Então, isso a gente vai encontrando cotidianamente.

Esse desmerecimento se dá pelo julgamento que se faz quando um negro se arvora a pesquisar acerca de uma temática que tanto lhe é cara, pois, de acordo com as regras acadêmicas, para um conhecimento ser considerado como ciência é necessário que haja certo distanciamento entre objeto e pesquisador, pois o envolvimento direto pode engendrar um julgamento de valor por parte dos pesquisadores diante da problemática apresentada; se não houver esse distanciamento poderá ocorrer uma parcialidade na condução do objeto a ser desvendado, o que dificultaria a aplicação das regras do jogo científico, desqualificando suas pesquisas e restringindo-as à categoria de militância.

Dentro dessa perspectiva, muitas vezes os pesquisadores negros são acusados de tentar insuflar uma discussão que não diz respeito à realidade brasileira, visto que, se no Brasil não existe racismo, não há necessidade que o assunto seja debatido pela academia. De acordo com Carvalho (2006), o grande responsável pelo silenciamento da academia para a questão do racismo foi a ideia de que o Brasil vivia em uma democracia racial, sendo a universidade a grande reprodutora dessa ideologia, pois dela saíram intelectuais que, por meio de seus inúmeros trabalhos, disseminaram os argumentos que solidificaram o discurso de negação do racismo no cerne da sociedade brasileira. Informa-nos Carvalho (2006, p. 315):

Enfatizemos. A ideologia da democracia racial sobreviveu por décadas, não exclusivamente pelo seu potencial argumentativo inicial, mas também, e principalmente, porque houve verbas públicas para reproduzir os quadros intelectuais que a disseminaram: bolsas de estudo e verbas para pesquisa de mestrado, doutorado e de professores que se dispunham a escrever sobre o assunto [...]. Vale lembrar que os autores que assinam esses inúmeros ensaios publicados constantemente com a finalidade de celebrar e manter vivo o modelo freyreano de relações raciais no Brasil é invariavelmente brancos. [...]. Na verdade, as elites brancas brasileiras fizeram mais que apenas calar os dados sobre a desigualdade racial no Brasil: elas contribuíram para a sua reprodução.

A escolha que a universidade fez em corroborar com o conceito de igualdade racial impediu por muito tempo que pesquisas que fossem contrárias a esses ditames, não lograssem êxito e a presença de professores e pesquisadores negros fosse ínfima por todo o século passado, causando uma espécie de confinamento racial acadêmico, utilizando aqui a categoria desenvolvida por Carvalho (2006) para explicar a pequena presença de professores e

pesquisadores negros nas várias universidades do Brasil. Esse autor, ao fazer o censo racial – inicialmente na UnB em 1999, que posteriormente se espalhou para outras universidades consideradas como referência para pesquisa no Brasil, como UNICAMP, USP, UFRJ, UFRGS, UFSCAR, UFMG –, chegou à conclusão de que a presença de pesquisadores negro dentro dessas instituições não passava de pouco mais de 1%, dado que, segundo ele, faz com que existisse uma inibição aos pesquisadores negros em desenvolver trabalhos com a questão do racismo e da discriminação, que poderiam ser considerados ilegítimos.

Essa inibição é confirmada por outro obstáculo que pudemos observar da fala da professora Florentina, que foi a dificuldade encontrada para obter financiamento para o desenvolvimento de suas pesquisas. No final da década de 90, período em que ela começa suas investigações, tentou por várias vezes, conseguir apoio das instituições de fomento à pesquisa, porém sempre recebeu respostas negativas, que tinham como principal justificativa a indisponibilidade de verba, só conseguindo aprovação depois de várias tentativas Assim nos diz Florentina Souza:

Sempre que eu apresento trabalho, trabalho pra concorrer, pra várias situações de fomento há uma resistência, exceto, claro, se eu apresentar pra Fundação Palmares para SEPIR; é claro que isso não vai ocorrer. Por exemplo, eu tenho, acho que, 4 cartas do CNPq – que eu apresentei o meu projeto pra ser aprovado e tenho 4 cartas – dizendo: “o seu trabalho é muito bom, muito interessante, mas não dispomos de verba pra financiamento agora”, e uma dessas dizia que “o seu trabalho é interessante, mas apresenta como produto uma antologia, e antologia não é conhecimento científico”.

Ressaltamos então o quanto o campo científico brasileiro é extremamente elitista e excludente. Isso é particularmente visível quando observamos tantas negativas recebidas por Florentina ao financiamento de suas pesquisas, que, por não estarem dentro dos paradigmas canônicos tidos como legítimos, recebem a acusação de antologia, como observamos em seu depoimento.

Essa acusação confirma a realidade social desigual experimentada pelos negros e, que traz como resultado, a subalternização de sua cultura em relação aos paradigmas eurocêntricos que referenciam a ciência brasileira.

Entretanto, apesar das recusas recebidas, a professora Florentina nunca desistiu de ter seus trabalhos financiados pelas agências de fomento à pesquisa. Superou todos os entraves e teve seus projetos aprovados, tornando-se inclusive bolsista produtividade do CNPq no ano 2008.

3.3 A PRODUÇÃO DA PROFESSORA FLORENTINA

A universidade é um espaço de produção de saber passível de expressar pontos de vistas teóricos, sociais e políticos de determinadas comunidades científica; assim, para falarmos da produção da professora Florentina dentro desse espaço, torna-se necessário situarmos o campo de conhecimento do qual ela faz parte dentro da perspectiva da problemática étnico-racial, para posteriormente fazermos uma análise de algumas de suas produções dentro do processo empreendido pelo movimento negro e os intelectuais negros na luta contra o preconceito e a discriminação.

Estudos e pesquisas desenvolvidos por negros intelectuais tornaram-se cada vez mais amplos a partir da década de 1980, trazendo para o cenário do debate acadêmico as demandas da população negra, como já foi observado no capítulo anterior. Esse debate caracterizava-se pela crítica à estrutura excludente vigente na sociedade brasileira, indicando estratégias para o combate à discriminação e à exclusão.

Podemos assinalar como uma dessas estratégias a recuperação da imagem do negro enquanto sujeito da História brasileira, na busca por transformar a visão que se tinha dele como apenas um elemento ligado à escravidão, considerado como um ser de baixa estirpe, destinado apenas a trabalhos inferiores, proveniente de um continente onde a pobreza e a incivilidade são as marcas que os definem.

Assim, foram empreendidas nos diferentes campos do conhecimento diversas ações para que esses valores fossem subvertidos. Um desses campos em que houve o empenho para reforçar a identidade negra foi o literário, por estabelecer uma relação direta com a produção do imaginário social, sendo considerado como um dos meios em que se pode erigir a imagem identitária de uma nação. Como nos informa Souza (2004, p. 278):

Enquanto discurso cultural, a literatura se constitui um espaço privilegiado para a construção de imagens e sedimentação de conceitos e construção de identidades, nacionais ou outras. Na história da literatura brasileira, foram diversos os momentos em que setores da intelectualidade e da vida política se voltaram para a construção de um discurso fundamentado em imagens do país que buscaram promover a uniformização ou a homogeneização de seus habitantes, com vistas a constituir, na diversidade étnica e social, uma “comunidade imaginada” denominada Brasil.

Deste modo, o campo literário é concebido como um campo privilegiado no qual os autores negros passam sistematicamente a contestar a hegemonia identitária da cultura branca

tida como referência, na busca de reconfigurar a identidade negra e questionar as formas como os princípios de representação ocidentais a dispuseram na sociedade, dando início a um processo de desconstrução dos discursos que relegaram o negro e sua cultura ao estrato hierárquico inferior, por meio do desmantelamento do pensamento racista fundamentado no determinismo biológico darwinista, amplamente difundido no final do século XIX e início do XX.

Essa reconfiguração se dá com o questionamento da lógica canônica literária baseada em padrões europeus enquanto discurso dominante, e, ao mesmo tempo, procurava construir outra narrativa para o papel do negro em nossa sociedade, buscando na ancestralidade comum as referências das quais pudesse se orgulhar, e assim dar origem a uma nova versão histórica construída pelo negro. Para Evaristo (1996, p. 36):

A literatura negra toma como parte do **corpus** a História do povo negro vivida e interpretada do ponto de vista negro, propondo uma leitura transgressora da História oficial e escrevendo a história dos *dominados*. Reverter os valores, introduzir personagens na história, dar-lhes um espaço/tempo e uma outra movimentação a partir de uma ótica e de uma criação próprias, encontrar seus heróis e construir uma épica negra é uma das constantes que pode ser observada na literatura negra - grifo da autora.

Nesse ponto de vista, a literatura negra encontra nos legados africanos as bases para a construção do sentimento identitário e, em muitas vezes, utiliza-se do cânone branco para recolocar o negro como protagonista do discurso e produzir novos valores e significados para sua existência, por meio da desconstrução de uma simbologia que associava o negro a tudo que é negativo ou ligado ao pecado (BERND, 1987).

Um exemplo que enfatiza essa perspectiva é o poema a *Outra Negra Fulô*, (descrito abaixo) do poeta Oliveira Silveira, publicado nos Cadernos Negros de nº11, que toma por base o texto *Nega Fulô* de Jorge de Lima para reverter os valores que até então eram usados para se falar da mulher negra, que passa a ser descrita não como a serviço de seu senhor e associada à sensualidade, porém ativa e consciente do direito de ser respeitada (SOUZA, 2005).

O sinhô foi açoitar
a outra negra Fulô
– ou será que era a mesma?
a negra tirou a saia,
a blusa e se pelou
O sinhô ficou tarado,
largou o relho e se engraçou

A negra em vez de deitar
pegou o pau e sampou
nas guampas do sinhô.
– Essa nossa Fulô!,
dizia intimamente satisfeito
o velho pai João
pra escândalo do bom Jorge de Lima,
seminegro e cristão.
E a mãe-preta chegou bem cretina
fingindo uma dor no coração
– Fulô! Fulô! Ó Fulô
A sinhá burra e besta perguntou
onde é que estava o sinhô
que diabo lhe mandou.
– Ah, foi você que matou!
– É sim, fui eu que matou –
disse bem longe a Fulô
pro seu negro, que levou
ela pro mato, e com ele
e aí sim ela se deitou.
Essa nega Fulô!
Essa nossa Fulô! (SIVEIRA, 1988, p. 56-57)

O poema nos mostra que a recriação em cima do poema feito por Jorge de Lima dentro das estruturas literárias tradicionais dá voz ao negro, rompendo com as características de submissão ao apropriar-se do discurso dominante para reverter valores negativos apresentados pelo poeta que afirmava ou naturalizava o racismo. Sobre essa reversão de valores nos informa Souza (2005, p. 118-119) que:

A “outra nêga Fulô atua de um modo que abala a fixidez do estereótipo, é apresentada como personagem ativa que recusa o assédio do senhor e as “vantagens” que dele poderia obter – não corresponde ao estereótipo da negra que ascende por vias de dotes de sua sensualidade. Mantendo e até enfatizando alguns elementos que circunscrevem a história no campo semântico fálico, o poema faz a “Outra Fulô” inverter, por momentos, as relações de dominação (quando o senhor cheio de desejo, larga o relho, ela pega o pau, bate e mata o senhor). O texto propõe ainda modificações nas representações do negro e da negra, com a reconfiguração das personagens Pai João e Mãe Preta, sempre carregadas de submissão e passividade no discurso instituído etnocêntrico.

Mas, além dessa reconfiguração da produção literária que teve seu embasamento ideológico nas novas conformações que se estabelecem sob a agência do movimento negro contemporâneo, assinalada pela denúncia da condição a que o negro até então estava submetido. Temos ainda no período, por parte de alguns pesquisadores, a retomada de alguns

escritores negros que desde o século XIX vinham tentando intervir no cenário nacional de sua época, buscando construir um discurso contrário ao sistema de representações hegemônicas que se consolidaram no Brasil.

Sobre esses autores e o que escreviam nos informa Sousa (2004, p. 279):

Escritores como Luis Gama e Maria Firmina dos Reis, jornalistas e intelectuais como José do Patrocínio, ilustram algumas das estratégias que ficaram registradas em jornais, livros e revistas e foram utilizadas por esses e outros afrodescendentes com o fito de se apossar do sistema de representação, construir suas imagens identitárias e participar da vida política e cultural da nação da qual se sentiam parte, uma vez que eram atuantes diretos da produção de sua riqueza. Na sua maior parte, os textos apontavam para as ansiedades, contradições, problemas e dificuldades de expressão e de inserção em uma sociedade que os rejeitava, já que os percebia como responsáveis pelo atraso do país. Nomes como os já citados Luis Gama e Maria Firmina dos Reis, além de Cruz e Sousa, André Rebouças, Teodoro Sampaio, Lima Barreto, Lino Guedes, Abdias do Nascimento, Solano Trindade, entre outros não registrados pela historiografia convencional, teceram, nos espaços disponíveis, discursos vários interessados em demonstrar as suas potencialidades político-culturais. Problematizaram os papéis que exerceram na vida social, colocaram-se como sujeitos, disputando o poder de construção de imagens e narrativas auto-representativas. Seus textos e suas atuações ilustram momentos significativos de explicitação do desejo de auto-representação e de fuga da coisificação imposta pelo sistema escravagista e, posteriormente, da marginalização imposta pela sociedade brasileira.

Essa retomada pode ser identificada quando tais autores e suas obras passam a ser analisados e se tornam objeto de investigação em teses e dissertações e também quando são introduzidos nos conteúdos programáticos nos cursos nas universidades, dando visibilidade a produções até então negligenciadas pelo cânone literário adotado nessas instituições.

É inserida nesse processo de valorização do negro por meio da literatura que se inscreve a produção intelectual da professora Florentina Souza, que traz como objeto de estudo autores brasileiros afrodescendentes. Nessa perspectiva, de acordo com seu *currículo lattes*, ressaltamos algumas de suas produções desenvolvidas entre os anos de 1990 do século XX e o início da primeira década do século XXI. Assim divididos: 03 livros, 09 artigos, 16 capítulos de livros. Que são destacados nos quadros abaixo:

Quadro I – Livros publicado/organizações ou edições

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO
➤ Cadernos Negros: Três décadas. (Organização) –	2008
➤ A literatura afro-brasileira. (Organização)	2006
➤ Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU.	2005

Fonte: Plataforma Lattes (2010).

Quadro II – Capítulos de Livro

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO
➤ Cadernos Negros: literatura afro-brasileira.	2010
➤ 30 anos de leitura.	2008
➤ Áfricas na literatura brasileiras: esquecimentos e lembranças.	2008
➤ Apresentação de Livro/ Ari Barroso e a invenção do Brasil	2008
➤ Memória e performance nas culturas afro-brasileiras.	2007
➤ Viagens e Trânsitos.	2007
➤ Vozes femininas no Atlântico negro.	2006
➤ A flor e a espada.	2003
➤ Laços poéticos forjados pelo Atlântico negro.	2003

➤ Laços literários forjados no Atlântico negro.	2003
➤ Malês – prefácio do livro Os Malês	2002
➤ Discursos identitários afro-brasileiros: o Ilê-Aiyê.	2002
➤ O Ilê-Aiyê e o discurso de construção identitária na Bahia.	2001
➤ A importância dos estudos da cultura para a leitura e análise de textos.	2001
➤ Quilombo de Palavras.	2000
➤ A poesia social de Castro Alves.	1977

Fonte: *Plataforma lattes* (2010).

Artigos completos Publicados em periódicos

TÍTULO	PERIÓDICO	ANO DA PUBLICAÇÃO
➤ Autorrepresentação e intervenção cultural em textualidades afro-brasileiras.	Revista da ABPN, v. 1, p. 183-194.	2010
➤ Gênero e raça na literatura brasileira.	Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, v. 32, p. 103-112.	2008
➤ Literatura afro-brasileira: algumas reflexões.	Revista Palmares (Brasília) v. 1, p. 64-72.	2006

➤ Solano Trindade e a produção literária afro-brasileira.	Afro-Ásia (UFBA), Salvador, n. 31, p. 277-293.	2004
➤ Intelectual negro e mediações culturais.	Scripta (PUCMG), Belo Horizonte, v. 8, p. 226-239.	2004
➤ Revertendo lugares e sentidos: Trovas burlescas de Luis Gama.	Afro-Ásia, Salvador, v. 24, p. 397-404.	2001
➤ De contas e rosários.	Revista do CRH, Salvador	2001
➤ Trânsitos da diáspora. Jornal a Tarde - Caderno Cultural.	Caderno Cultural, Salvador, v. 1, p. 06-06.	2000
➤ A construção de auto-imagens em textos de literatura africana de língua portuguesa.	Cadernos CESPUC de Pesquisa, Belo Horizonte, v. 5, p. 19-28.	1999
➤ A construção de auto-imagens em textos de literatura africana.	Cadernos CESPUC de Pesquisa - série ensaios. Belo Horizonte, v. 1, p. 19 – 28.	1999

Fonte: Plataforma lattes (2010).

E ainda nos anos de 2000 a 2010, desenvolveu 03 projetos de pesquisas:

- 2000 – 2003 – Afro-Identidades na Bahia.
- 2003 – 2006 – EtniCidades História e Memória de Afras-descendências.
- 2007 -20010 – EtniCidades: escritores/a e Intelectuais/a negros no Brasil.

De acordo com a descrição efetuada no *Currículo Lattes* de Florentina Souza, esses projetos trazem como objeto central de investigação a produção dos intelectuais não canônicos, afro-brasileiros que, por meio de suas obras, procuram intervir na vida político

cultural do país, com uma produção textual que fala de si e de seu grupo étnico, na intenção de construir um imaginário da brasilidade baseada em uma identidade em que os negros possam ser recolocados como protagonistas.

Tais discursos literários releem os aspectos da tradição africana que são reelaborados na diáspora no Brasil, essas produções são, então, catalogadas, avaliadas e permitem ampliar o conhecimento sobre a ação dos intelectuais negros comumente ausentes da história das produções textuais e intelectuais do Brasil.

Do total da produção da referida professora destacadas em tela, observamos que suas análises se voltam para autores e produções literárias afrodescendentes localizadas, sobretudo, no século XX.

Das obras citadas, daremos evidência à sua tese de doutoramento intitulada *Contracorrentes: o afro-descendente em Cadernos Negros e Jornal do MNU (2005)*, que em seguida se transformou em livro, e aos artigos: *Intelectual Negro e Medições Culturais: Solano Trindade (2004)* e *Autorrepresentação e Intervenção Cultural em Textualidades Afro-brasileiras (2010)*. Essas obras foram escolhidas por oferecerem uma amostra do que a referida pesquisadora vem desenvolvendo em suas investigações.

No trabalho *Contracorrentes: o afro-descendente em Cadernos Negros e Jornal do MNU*, a professora Florentina Souza traz como objeto de pesquisa os Cadernos Negros e o Jornal do MNU, periódicos que circulavam sistematicamente por volta do final das décadas de 70 e 80, que esboçam a estratégias desenvolvidas pelos negros brasileiros para produzir e divulgar um discurso identitário, no intuito de lançar uma contra-narrativa dos negros no Brasil, embasada em um tom político/pedagógico que evidenciava a necessidade de se instituir uma memória cultural afro-brasileira, capaz de reverter a posição do negro na sociedade (SOUZA, 2005).

Ao analisarmos as proposições trazidas no texto da tese de Florentina Souza, observamos que o referencial teórico empregado para a construção dos argumentos dialoga teoricamente com Estudos Culturais, Literatura Comparada, História, Sociologia e a Antropologia, referenciando-se em autores como: Paul Gilroy, Kobena Mercer, Stuart Hall, Cornel West, entre outros, para fazer suas análises acerca dos afro-descendentes em textos culturais variados. Tais referenciais estão ligados segundo ela, aos caminhos que percorreu como pesquisadora desde o ano 1996 a 2000.

No que diz respeito à metodologia ela utiliza a perspectiva histórico-cultural²⁴ que, permite-lhe ultrapassar o campo da produção literária, pois a inserção nessa área oferece a possibilidade de apreender os textos publicados como resultado das significações sociais negras, aspirando a colaborar “para a ordenação de uma história e de uma memória dos empreendimentos desenvolvidos por grupos minoritários nas relações de poder no Brasil, com vistas a alterar as políticas de representação e de organização de poder” (SOUZA, 2005, p. 15).

O entendimento que Florentina Souza desenvolve acerca da cultura afro-brasileira, nesse trabalho, e também nos outros de sua autoria, se inscreve dentro do conceito de hibridismo desenvolvido por Homi Bhabha. Tal conceito nessa perspectiva é compreendido de forma diferente do que utilizavam os intérpretes da cultura brasileira do século XIX, que a viam como deteriorização da cultura.

Nessa nova visão a hibridização passa a ser entendida como combinação dos produtos culturais, sendo um processo positivo, pois aponta para a inexistência da pureza cultural. De acordo com Costa (2006, p. 11), o conceito de hibridismo admite

[...] operar dois movimentos fundamentais. O primeiro é desconstrutivista: ao revelar o traço híbrido de toda construção cultural, busca-se desmontar a possibilidade de um lugar de enunciação homogêneo. Qualquer lugar da enunciação é, de saída, um lugar cingido, heterogêneo, de modo que a pretensão de homogeneidade é sempre arbitrariamente hierarquizadora. O segundo movimento é, se assim se pode dizer, normativo: o hibridismo define uma condição global cosmopolita. Trata-se da referência a uma cultura e a um mundo híbrido como alusão a uma ecumene mundial acima das barreiras raciais, nacionais, étnicas, etc.

Assim, considerando a cultura afro-brasileira como resultante da *re-significação* da cultura africana no processo da diáspora negra, que, entrando em contato com a cultura branca e índia, gerou uma cultura híbrida que não pode ser avaliada nem como essencialmente africana, nem como imitação da europeia é que a professora Florentina Souza faz a apreciação dos textos publicados nos Cadernos Negros e no Jornal do MNU.

²⁴ A perspectiva histórico-cultural tem como seu fundamental representante Vygotski. Nessa perspectiva, os processos humanos têm raízes nas relações sociais do sujeito com o outro e com a cultura. Desse modo, são essas formas de relações que necessitam ser inquiridas quando se analisa o sentido de ação do sujeito. Vygotski entende o estudo do homem enquanto ser que se institui mergulhado na cultura, nas experiências e práticas sociais, assim como nos princípios semióticos. Tal autor sugere o estudo do processo, considerando a dimensão histórica. Ao partir da proposição principal de que as funções mentais superiores são constituídas no social, em um processo interativo autorizado pela linguagem e que precede a apropriação pessoal, ao mesmo tempo vê a pesquisa como uma relação entre sujeitos, relação essa que se torna causadora de desenvolvimento advogado pelo outro (VYGOTSKY, 1991, 2001).

Para o exame da configuração híbrida da cultura afro-brasileira, fundamenta-se nos conceitos do chamado *Black Atlantic* e de diáspora, recorrendo aos estudos de Paul Gilroy. De acordo com Souza (2005, p. 25), tais conhecimentos apontam

[...] para a existência de uma base desterritorializada e múltipla para as afinidades e aproximações existentes e construídas entre as populações negras na diáspora. O conceito enfatiza as viagens, os intercâmbios, as trocas e a circulação intensa através do Atlântico, nos quais forma/são negociadas mercadorias, tradições e influências que dão o tom e o perfil das identidades negras na diáspora, simultaneamente díspares e similares, jamais puras, sempre mutáveis e interconectadas.

Operando com esses conceitos, dividiu seu estudo em três partes: *Uma Textualidade Afro-brasileira, A Áspera Parte e a Palavra Crítica*, levando em consideração os temas recorrentes que lhe pareceram mais significativos encontrados nos periódicos estudados, como: a) a necessidade de compor uma contra narrativa da história do negro no Brasil; b) a cunhagem de outro significado para o termo negro; c) O estabelecimento de vínculos com tradições de origem africana e com outras tradições afrodescendentes da chamada diáspora negra; d) a discussão dos quadros de identidade cultural forjados para o país e a inserção do negro nesse quadro como afro-brasileiro.

Essa divisão vai permitir que a professora Florentina Souza, faça um exame do processo de invenção do discurso de representação e de produção de identidades propostas pelas publicações feitas nos Cadernos Negros e Jornal do MNU, objetivando entender como são erigidas as imagens acerca do negro nesses periódicos, como forma de se contrapor e redesenhar as imagens instituídas e construir uma memória, capaz de subverter a imagem negativa do negro instituída no pensamento social brasileiro, o que era uma das perspectivas indicadas pelo movimento negro contemporâneo.

A segunda produção que daremos evidência é seu artigo *Intelectual Negro e Medições Culturais: Solano Trindade*, publicado na revista *Scripta*²⁵ no ano de 2004. Nele, Florentina Souza analisa a produção de Solano Trindade dentro do processo de reconfiguração da identidade negra. Inicia o texto falando que entre as décadas de 15 e 50 do século XX a imprensa foi utilizada como uma via em que os negros puderam se manifestar, com o intuito

²⁵ A Revista *Scripta* é uma publicação semestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – CESPUC-MG. A revista qualificada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como B1, publica, alternadamente, números com matéria de Literatura ou de Linguística e Filologia, o que se indica no subtítulo: Literatura; Linguística e Filologia.

de demonstrar habilidades intelectuais e promover o processo de inclusão sociocultural e política.

De acordo com Florentina Souza (2004), jornais e revistas produzidos por intelectuais negros desde o século XIX eram utilizados para a circulação de imagens que visavam a combater a discriminação e tecer planos de inserção de fisionomias e linguagens afro-brasileiras na textualidade literária do país. Na contemporaneidade, tais periódicos têm servido como base para alcançar os mesmos objetivos de difundir suas autoimagens e, algumas vezes, corrigir essas imagens que eram divulgadas de forma estereotipada.

Assevera ainda, que a imprensa foi um espaço utilizado por esses intelectuais como um artifício eficaz para expressar sua luta reivindicando sua inserção na vida cultural do país, pois se apropriando das técnicas de escritura e utilizando uma linguagem simples combatiam o preconceito racial em suas múltiplas manifestações, afirmando socialmente o negro, “estabelecendo assim medições políticas e culturais fundamentais para seus projetos de inclusão sociocultural e política” (SOUZA, 2004).

Considerando essa perspectiva, Florentina Souza tece a trajetória intelectual de Solano Trindade apresentando sua atuação no Teatro Popular brasileiro e no Grupo de Arte Popular que eram ligados aos movimentos sociais da época, e sua produção em jornais destinados a população negra da época, como uma forma de resgatar e preservar aspectos da cultura popular inseridos no processo de divulgação cultural e política. Nos dizeres da professora Florentina Souza (2004, p. 229), ele

[...] forjou-se personagem de uma história do teatro, da textualidade e da vida político-cultural brasileira. Misturando sua história e as heranças da cultura africana, ele participa da construção de textos moldados na cultura ocidental e nas culturas populares, textos que circulam entre os grupos negros de cultura popular nas décadas de 1940 e 1950 e também entre intelectuais canônicos aos quais enviava seus trabalhos e com quem discutia literatura no bar Vermelho, ponto de encontro dos intelectuais no Rio da década de 1950. Poeta e militante, compreendia que a poesia devia embrenhar-se na vida cotidiana: a pobreza, a fome, a cultura e tradições negras, o amor, as mulheres negras, as religiões do Brasil, a história dos africanos e afro-brasileiros, as ansiedades das crianças e jovens marginalizados constituem sua preocupação recorrente.

Observa então que ele emprega sua poesia como um mecanismo contra a exploração e a marginalização social. Mantendo um diálogo com a sociedade atual e se inserindo em uma produção que tem por finalidade incluir por meio da palavra poética as classes que estão à margem da sociedade, reconhecendo-se no escritor as formas contra a discriminação racial.

Na parte final do artigo, demonstra que a vida intelectual de Solano Trindade e sua atuação nas décadas de 30 a 50 podem ser consideradas como uma amostra de como os intelectuais afro-brasileiros vêm se constituindo dentro do campo da literatura, artes plásticas, teatro e música, que podem ser vistos e entendidos como locais nos quais emerge um movimento que reivindica para o negro seu lugar de agente no processo histórico brasileiro.

Deduzimos a partir das apreciações feitas sobre esse artigo, que instigada pela vontade de participar da edificação da história da intelectualidade negra no Brasil, é que Florentina Souza traz a trajetória de Solano Trindade como objeto de estudo. Pois segundo ela, tal trajetória serve como exemplo do que ela denomina de “mediador cultural”, que é aquele indivíduo capaz de tecer espaços de diálogos por meio de sua produção e atividade cultural, bem como de sua atuação pessoal.

A terceira produção que elegemos para apresentar é o artigo publicado na Revista da ABPN intitulado: *Autorrepresentação e Intervenção Cultural em Textualidades Afro-brasileiras*. Nesse trabalho, a professora Florentina Souza traz como objeto de análise os dilemas encontrados pelos intelectuais afrodescendentes que decidiram se inserir no universo intelectual brasileiro e produzir obras que problematizaram a dinâmica da racialização e do racismo. Demonstra que, desde o século XIX, essa produção foi constante e que no processo pós-abolição a palavra escrita foi um dos principais meios utilizados pelos afro-brasileiros para expressar seus anseios e necessidades, buscando com isso participar de debates políticos de seu tempo na expectativa de afiançar algumas garantias para si e para seu grupo.

Traz para a cena alguns autores como Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio, Maria Firmina dos Reis, Lia Barreto Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos, Guerreiro Ramos, Martiniano Bonfim, Lélia Gonzáles, Beatriz do Nascimento, Abdias do Nascimento, Milton Santos para demonstrar que, apesar de todas as barreiras impostas, esses intelectuais, cada um agindo no seu campo de produção e no seu tempo, romperam as barreiras culturais hegemônicas e criaram espaços nos quais suas reivindicações puderam se ouvidas, mesmo que muitas vezes tais reivindicações fossem analisadas em forma de crítica, dentro de uma sociedade em que a democracia racial era/é tida como expressão socialmente aceita.

Utilizando-se dos conceitos de Du Bois de “dupla consciência” para argumentar que esses intelectuais negros, ao desenvolverem seus trabalhos, viram-se frente a uma complexa situação: a de lidar com a difícil tarefa de inscrever seus trabalhos dentro da tradição ocidental, que poderia dar legitimidade às suas produções, e a de usá-los para dar visibilidade

a uma linha de crítica social que denuncia a posição de exclusão a que o negro vinha sendo submetido na sociedade. Ou seja, “impelidos a apresentar performances legitimadora e, ainda, empenhados em projetos político-pedagógica foram obrigados a agir em duas frentes” (SOUZA 2010, p. 02).

Assim, explica Florentina Souza que esses intelectuais foram capazes de integrar essa duas frentes e criar meios pelos quais seus trabalhos, puderam constituir estratégias para questionar a estrutura do pensamento vigente como forma a romper com o discurso social que relegava o negro à posição de brasileiros de segunda classe e, ao mesmo tempo, inscrever sua produção no cenário intelectual do país.

Trazendo, portanto, como um de seus principais papéis servir como instrumento de engajamento político por meio da “articulação entre textos caracterizados por certo modo negro de ver e sentir o mundo e pela utilização de uma linguagem marcada pelo empenho em resgatar uma memória negra esquecida, tanto ao nível de vocabulário, quanto dos símbolos usados” (BERND, 1988, p. 18).

Diante dos trabalhos expostos, percebemos a ação que a professora Florentina vem desenvolvendo em seu campo de conhecimento, produzindo pesquisa acerca de autores e produções literárias negras, com vistas a examinar os caminhos trilhados pelos intelectuais negros que tomaram a cultura e especificamente o uso da palavra escrita como espaço de combate ao racismo e à discriminação que foram colocados à margem da produção literária por terem tomado outra posição frente aos mitos e à ordem estabelecida, criando um novo discurso inscrito na contra corrente literárias dominante.

Seguindo os mesmos passos dos autores por ela examinados, Florentina Souza se submete à empreitada de, por meio de sua produção intelectual, dar voz àqueles que por muito tempo emudeceram perante a uma sociedade marcada por preconceitos e estereótipos construídos que retratam o negro pelo crivo da inferioridade, seja por meios dos projetos de pesquisa que desenvolve, pela sua produção escrita ou ainda em sua atuação em sala de aula quando insere nos conteúdos programáticos ministrados autores negros.

Assim, ao fazer suas análises em seus trabalhos esboçados acima, que serve como exemplo das demais produções desenvolvidas por esta pesquisadora, ela deixa visível que a literatura é um campo fértil para discutir a questão racial, por perceber que tal campo pode ser utilizado para rediscutir e reconfigurar as identidades. Bem como também, é um local que possibilita entender as relações de poder que coloca a África e seus aspectos culturais,

políticos e sociais como subalternos, criando um imaginário de inferioridade acerca de todos que dela são provenientes.

CONCLUSÃO

Observamos neste trabalho, que as transformações sucedidas no Brasil, em termos políticos, com a mudança de um regime de exceção – colocada em prática pelos governos militares – para uma democracia, ocorrido no final da década de 1970 e os anos 1980 e 1990, foram primordiais para questão do racismo por permitir que os debates acerca do preconceito e da discriminação adentrassem o cenário nacional.

Vimos também que nos referidos períodos, se fortaleceu o entendimento de era necessário a interferência do Estado no sentido de criar políticas públicas que visassem superar a dívida social para com a população negra, como por exemplo, políticas de ações afirmativas e marcos regulatórios.

Assim, as discussões trazidas à tona apontavam principalmente para a valorização da cultura negra e a criação de uma identidade positiva para a superação da marca racial.

Neste cenário de debates, de lutas contra o racismo os pesquisadores negros que no período adentraram as Universidades, foram de suma importância, pois se preocuparam em estudar a causa negra de forma mais profunda. Passando então, a serem sujeitos pesquisadores de suas próprias temáticas.

Esses intelectuais por meio de suas produções procuraram demonstrar à sociedade brasileira a situação em que a população negra estava relegada, e que, principalmente em termos educacionais, havia uma grande lacuna entre o negro em relação ao branco, que, na maioria das vezes, nem conseguia concluir o ensino fundamental.

Assim, baseados nos dados empíricos produzidos por eles, o movimento negro foi capaz de provocar as diversas instâncias do Estado em busca de políticas de combate ao racismo e a discriminação.

Para entender como se deu a entrada e a permanência desses intelectuais nas universidades utilizamos a trajetória acadêmica da professora Florentina da Silva Souza como fio condutor. Tal trajetória nos forneceu subsídios para elucidarmos os obstáculos enfrentados pelos negros no espaço acadêmico.

Assim, com seu depoimento, Florentina da Silva Souza pode nos demonstrar que as dificuldades encontradas por ela ao se inserir no espaço universitário foram muitas. E que elas se iniciaram desde o momento de sua entrada como aluna do curso de Letras na Universidade Federal da Bahia (UFBA), quando teve que conciliar estudo e trabalho, pela necessidade de

manter seus estudos e também por ter que ajudar sua família. O que não é uma prerrogativa estritamente dos negros, porém entre eles esse fato é ainda mais recorrente.

Entretanto, a despeito de todas essas dificuldades enfrentadas por ela, chegou até o fim de seu curso obtendo título de graduação e, posteriormente pelo seu extremado esforço, conseguiu ingressar na universidade como docente e seguir a carreira acadêmica.

Porém ao adentrar a universidade como e assumir o *status* de professora, observou-se que os desafios não diminuiram. Pelo contrário continuaram a existir.

Um exemplo disso foi o fato de lhe exigirem o tempo todo, a comprovação de sua capacidade. Tanto para alguns alunos que duvidavam de sua competência, colocando à prova sua aptidão de estar ocupando aquele lugar. Assim como também, por seus colegas de trabalho, quando hesitavam sobre o caráter de suas pesquisas, que não eram vistas por eles como ciência, e sim como militância.

Esses desafios enfrentados por Florentina da Silva Souza são corroborados por Coelho (2005) e Santos (2008), quando asseveram que apesar do negro alcançar prestígio ao adentrar espaço acadêmico, práticas institucionais os submetem a processos discriminatórios, tendo que provar a todo o momento que merecem estar nesse ambiente, que, por ser um espaço de elite branca, originalmente não é considerado lugar de negro.

Isso evidencia as dificuldades enfrentadas pelos intelectuais negros nas universidades, que vão desde a afirmação de sua identidade, até a transposição de barreiras que são impostas quando optam em trazer a temática racial como objeto central de suas pesquisas. Confirmando o lugar de inferiorização a qual os negros foram relegados.

As argumentações de nossa pesquisa demonstraram que essa subalternidade foi construída historicamente por meio de teorias que os colocavam como seres inferiores. E que tais teorias, apesar de terem sido desqualificadas, ainda persistem no imaginário social, trazendo como consequência o preconceito e a discriminação que se manifestaram nas diversas instâncias sociais do país, inclusive na universidade.

Assim, as barreiras enfrentadas pela professora Florentina da Silva Souza na academia, confirmam que à própria instituição universitária reflete o preconceito e a discriminação existentes na sociedade, pois são vários os obstáculos encontrados pelos professores negros dentro desse espaço.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades, a universidade como um local onde se produz ciência é vista como importante aliado para a luta empreendida pelos negros, onde

podem produzir conhecimentos capazes de apontar caminhos para que muitas ações sejam desenvolvidas para combater o racismo na sociedade.

O que foi observado na produção acadêmica de Florentina da Silva Souza, que por meio da inserção de autores negros em seu campo de estudo, buscou dar voz ao negro como sujeito da história. Subvertendo assim, a hegemonia identitária da cultura branca tida como referência.

Porém, apesar da reconhecida importância dos estudos impetrados pelos pesquisadores negros no que diz respeito à questão racial, continuamos a perceber que a quantidade deles nas Universidades é considerada pequena, conseqüentemente pelas dificuldades enfrentadas na hora do ingresso nas Universidades.

É o que ressalta os estudos realizados por Cunha Jr. (2003), os quais examinam os históricos de cerca de dois mil mestres e doutores negros existentes no país, revela que a faixa etária das candidaturas e os regimes de trabalho estão fora dos perfis privilegiados pelas políticas e pelos programas de pós-graduação. Indicando que os negros sofrem discriminação dentro da academia, principalmente por não terem orientadores que se disponham a orientar suas temáticas e por não existir, na grande maioria das Universidades, linhas de pesquisas que abordem a questão étnico-racial.

Assim, surge a necessidade de se pressionar o Estado na elaboração de políticas públicas com objetivo de criar e financiar linhas de pesquisas nas Universidades a fim de permitir a democratização científica. É imperativo também, que obstáculos ideológicos existentes nessas instituições sejam superados, pois eles dificultam a entrada e a permanência de pesquisadores nesse espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil**: entrevistas com lideranças do movimento negro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Palmares, 2006.
- ANDREWS, George Reid. **Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano**. Tradução de Vera de Paula Assis. Disponível no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo-IEA – USP: www.iea.usp.br/artigos. acessado em 23/03/2010
- _____. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988), **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, Rio de Janeiro, 1991, p. 32.
- APOSTOLO NETTO, José. Os Africanos no Brasil: Raça, Cientificismo e Ficção em Nina Rodrigues. **Revista Espaço Acadêmico**. v. 05, agosto de 2005: www.espacoacademico.com.br. Acessado em 12/10/20110.
- BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. **Enfrentando preconceitos**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.
- BARCELOS, Luis Cláudio. Educação: um quadro de desigualdades raciais. **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n.23, p. 37-39, 1992.
- BENDA, Julien. **A traição dos intelectuais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2007
- BERNARDINO, Joaze; GALDINO Daniela (Orgs.). **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro DP&A, 2004.
- _____. Ação Afirmativa e a rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, n.02, p.247, 2002
- BERD, Zilá. **Negritude e literatura na America Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- BENTES, Nilma. (org.) **“CEDENPA: um breve histórico dos 30”**. Belém: Graplitte. 2010.
- BONNEWIZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In. Carla Bassanezi Pisky (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo científico. In: ORTIZ, R. (Org) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática 1983.

- _____; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. A ilusão biográfica, Paris: 1986. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, p.167-182, 2006
- _____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.
- _____. **Razões práticas: sobre teoria e ação**. Tradução Mariza Corrêa. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- _____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Trad. Aparecida Joly Gouveia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 10, dez. 1989a, p.3-15.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- _____. **Lei nº 10.639/2003 altera a lei 9.394**. Brasília, 2003
- CAMPOS, M.C.C. **Movimento negro no Brasil**. Revista Diálogos Latino american. v. 7, p. 55-77, 200.
- CARDOSO, Antônio Marcos. **Movimento negro em Belo Horizonte: 1978 – 1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- CARDOSO, Nádia. **Movimento negro pós-70**: Capítulo II da Dissertação de Mestrado Instituto Steve Biko – Juventude Negra Mobilizando-se por Políticas de Afirmação dos Negros no Ensino Superior aprovada pelo Mestrado em Educação e Contemporaneidade - Universidade Estadual da Bahia, 2005.
- CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos palmares**. São Paulo: Cia. Ed, Nacional, 1988
- CARVALHO, José Murilo. O exército e os negros. In: **Forças armadas e política no Brasil**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2005.
- CARVALHO José Jorge; SEGATO, Rita Laura. Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. **Rev. Série Antropologia**, 314. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia. 2002.
- _____. O Confinamento racial no mundo acadêmico. **Rev. Série Antropologia**, Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia. 2006.
- _____. Exclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras. **Rev. Série Antropologia**, Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-racismo na educação**: repensando a escola. São Paulo: Summus, 2001.

_____. Discriminação Racial e pluralismo em Escolas Públicas da Cidade de São Paulo. In: Sales Augusto dos Santos. SECAD/MEC. (org.). **Educação Anti-Racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasil, Ministério da educação e Cultura – MEC, 2005

COELHO, Wilma Nazaré Baía Coelho. **A cor ausente**: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores, 1970-1989. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

_____. O PROFESSOR NEGRO NA UNIVERSIDADE: notas preliminares. **Revista Trilhas (UNAMA)**, Belém, v. 4, n. 1, p. 29-35, 2003

CONSORTE, Josildeth Gomes. A questão do negro: velhos e novos desafios. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.5, n.1 p. 85-40, 1991

CRUZ, Sebastião Velasco; MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 13-61

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: Teoria social anti-racista, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2006.

CUNHA JUNIOR. Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: Edicon, 1992.

DAVIS, Darien j. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

D'ADESKY. Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos Passos Já Foram Dados? A Questão de Raça nas Leis Educacionais - Da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: Jeruse Romão. (Org.). **História da Educação do Negro e Outras Histórias**. Brasília - DF: MEC/BID/UNESCO, 2005, v. 6, p. 49-62

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Dissertação de Mestrado em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

____Florestan; BASTIDE, Roger. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**: ensaios as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. São Paulo: Anhenbi, 1995.

FICO, Carlos . **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FILHO, José Barros. Indo a Nina Rodrigues. **Revista Pós-Ciências Sociais**. v.2, n.4. São Luiz/Ma, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 12. ed. Brasília: UNB, 1963.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. Estudo Monográfico. Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de Ciências da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1982.

GASPARI, Hélio. **A ditadura derrotada**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

GERMANO, José Willington. **Estado militar e a educação no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha B. G.; BARBOSA, Lucia M. de Assunção (Orgs.). **O Pensamento negro em educação no Brasil**: expressões do Movimento Negro. São Paulo: UFSCAR, 1997.

____; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (orgs.). **Experiências étnico-culturais para formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson; LOBATO, Fátima (orgs.). **Ações Afirmativas**: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, Luis Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Movimento Negro e Educação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 15, p. 134-158, 2002.

GORENDER, Jacob. Sob o signo da nação. In: **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. A questão racial na política brasileira: os últimos quinze anos. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v 13, nº 2, p. 121-142, 2001

____. **Democracia Racial**. Cadernos Penesb, Niterói, n. 4, p. 33-60, 2002.

____. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo: Editora 34, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1995.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Tradução de Vera Ribeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdade racial no Brasil**. Tradução de Patrick Burglin. 2º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

_____; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-89, 1990.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

_____, Ricardo; CAVALLEIRO Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas. Elementos da agenda do Ministério da Educação (pg.211-228). In: SANTOS, Sales Augusto dos Santos (org.) **Ações Afirmativas e Combate ao racismo nas Américas**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2005.

HERINGER, Rosana Rodrigues. Promoção da igualdade racial no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, v. 42/42, p. 285-302, 2003.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Difel, 1962.

JACCOUD, Luciana ; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2002. v. 1. 152 p.

KÖSSLING, Karin Sant' Anna. As lutas anti-racistas de racistas de afro-descentes sob vigilância do Deops (1964-1983). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – USP, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante. **Diretas Já: quinze meses que abalaram a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEVI, Giovanni. Usos e abusos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

LÉVILLAIN; Philippe. Os protagonistas: sobre a biografia. In: REMOND, René. **Por uma história política**. FGV: Rio de Janeiro, 1996.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**: Belo Horizonte. vol. 15, nº 03, 2005.

MARTINS, Roberto Borges. **Desigualdades raciais e políticas de inclusão racial: um sumário da experiência brasileira recente.** Estudo CEPAL. Santiago do Chile, 2004.

MARTINS, João. Batista . Contribuições epistemológicas da abordagem multireferencial para compreensão dos fenômenos educacionais. **Revista Brasileira de Educação.** Agosto de 2004, p. 85 – 94.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro.** São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

MELLUCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** In: Revista Lua Nova, n. 17, jun/1989, p. 49-66.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes 1999.

_____. **Superando Racismo na Escola.** Ministério da Educação. 3. ed. Brasília, 2001.

_____. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.** Entrevista. **Estudos Avançados,** São Paulo, p. 51 - 56, 01 jan. 2004.

_____. O anti-racismo no Brasil. In. MUNANGA. Kabengele. (Org.) **Estratégias políticas de combate ao racismo e a discriminação racial.** São Paulo: Editora USP; Estação Ciência, 1996.

_____. Prefácio. SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas.** Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

_____. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil – Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas. **Revista Espaço Acadêmico.** Maringá: UEM, ano II, n. 22, mar.2003. cessado 14/07/2010.

NASCIMENTO, Abdias. **O negro revoltado.** Rio de Janeiro: Edições GRD, 1968.

NOGUEIRA. Oracy. **Preconceito de marca.** Edusp: São Paulo, 1998

OLIVEIRA, Silvio Roberto dos Santos . Luiz Gama, o poeta invisível. In: Gildeci de Oliveira leite. (Org.). **Vertentes culturais da literatura na Bahia.** Salvador: Quarteto Editorial, p. 20 -27. 2006

PEREIRA, Ligia Leite. **Algumas reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias.** Revista da Associação Brasileira de História Oral nº 03. São Paulo, 2003, p 117-127.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970- 1995).** Tese de doutoramento. Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. 2010.

PETRUCCELLI, José Luis. **Mapa da cor no ensino superior brasileiro**. Rio de Janeiro: Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira/UERJ, 2004

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINTO, Regina Pain. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1993.

_____, Movimento negro e educação. Ênfase na identidade. **Cadernos de Pesquisa**, nº 86, 1993. p.25 – 38.

_____. A questão racial e a formação de professores. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Relações Raciais e Educação. Temas contemporâneos**. Niterói: EDUF. 2002, p.115 – 111

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas de. Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. *Novos Toques*, Salvador, v.05 p. 13 – 77, 2002.

_____. **Desigualdade no ensino superior: cor, status e desempenho**. In: 27ª Reunião da ANPED, 2003, CAXAMBU. NOVO GOVERNO. NOVAS POLÍTICAS?. CAXAMBU, 2003.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. SP: Cia. Das Letras, 1999.

RIOS, Flávia Mateus. Movimento negro nas ciências sociais (1950 – 2000). **Rev. Sociedade e Cultura** vol.12, nº 2, 2009 p. 263-274.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **Pesquisa sobre o negro e a educação no Brasil: Uma análise de suas concepções propostas**. Dissertação de mestrado. Mestrado em Educação. Universidades de São Carlos - UFSCar, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações raciais e rendimento escolar. **Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 63, p. 0-0, 1987.

_____. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão. www.acoesafirmativas.ufscar.br. *Acessado em 25/10/2009*.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. **Movimento negro e estado na política educacional**. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Caxambu. 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004.

RODRIGUES, Elisa. Raça e controle social no pensamento de Nina Rodrigues. **Revista Múltiplas Leituras**, v.2, p. 81-107, 2009

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAID, Edward W. **Representações do Intelectual: as conferências de Reith 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento negro e crise brasileira**. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares: Brasília, 1994.

SANTOS, H. *et al.* **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999.

SANTOS, Ivair Augusto A. **O movimento negro e o Estado: 1983-1887**. Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretária da Cultura. 2001.

SANTOS, Pedro de Souza; SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Cidadania e educação dos negros através da imprensa negra em São Paulo 1915-1933**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. **De militantes negros a negros intelectuais**. Congresso Português de Sociologia. Universidade Nova Lisboa, 2008

_____. "A lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro" in: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/SECAD, 2005

SANTOS, Tereza Josefa Cruz. Professores universitários negros: Uma conquista e um desafio de permanecer na posição conquistada. In: OLIVEIRA, Iolanda de. **Cor e magistério**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2006. p. 167 – 192.

SCHWARCZ, Lília Katri Moritz. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Anpocs. v 1, p. 267-326, 1999.

_____.De festa também se vive. Reflexões sobre o centenário da abolição em São Paulo. **Estudos Afro-Asiático**: Rio de Janeiro, nº 18, p. 13-25

_____. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993

SEYFERTH, Giralda. "O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo". In: **Racismo no Brasil**. São Paulo: Petrópolis Vozes, 2002.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade**. **Cadernos CEDES**, v. 26, p. 373-391, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: *Superando o racismo na escola*. MUNANGA, Kabengele (org.) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

_____. **A discriminação do negro no livro didático** dois. ed. Salvador, BA: EDUFBA, 2004.

SILVA, Antonio Ozaí da. Por que a universidade resiste às cotas raciais. **Revista Espaço Acadêmico**. nº 65, 2006.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. *Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA JUNIOR, Juarez da. **Não queríamos ser racistas: uma reação aos que insistem em dizer que não somos uma nação com problemas de cor**. www.movimentoafro.amazonida.com. 2000. Acessado em 29/10/2010.

SILVEIRA, Oliveira Ferreira da. “Outra Nega Fulô”. In. **Cadernos Negros** nº11. São Paulo: Quilombhoje, 1998

SILVÉRIO, Valter Roberto. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; _____, Valter Roberto. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

_____. (Org.). **De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2003.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Intelectualidade negra e pesquisa científica**. Bahia: EDUFBA, 2006

SKIDMORE, Thomaz. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Tradução Mario Salviano Silva, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **O Brasil visto de fora**. Tradução Smênia Duarte Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Florentina da Silva. Intelectual Negro e medições culturais. **Scripta** (PUCMG), Belo Horizonte, v. 8, p. 226- 239, 2004.

_____. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

_____. Autorrepresentação e intervenção cultural em textualidades afro-brasileiras. **Revista da ABPN**, v. 1, p. 183-194, 2010

TEIS, Denise Terezinha; TEIS, Mirtes Aparecida. **Abordagem qualitativa: a leitura no campo da pesquisa**, 2006. www.bocc.ubi.pt. Acessado em 17/03/2009

TEIXEIRA, Moema de Poli. **Negros na Universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. 2º ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

THEODORO, Mario; JACCOUD, Luciana . Raça e Educação: os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, Sales Augusto . (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: MEC-SECAD, 2005, v. , p. 103-119.

VYGOTSKY, L S. O problema de método. In. _____ **A formação social da mente**. S. Paulo: Martins Fontes, 1991, p.67-88.

ANEXOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS COMPLETAS DE FLORENTINA DA SILVA SOUZA

Quadro I – Livros publicado/organizações ou edições

SOUZA, Florentina da Silva (Org.); Barbosa, Márcio (Org.); Ribeiro, Esmeralda (Org.). Cadernos Negros: Três décadas. São Paulo: 2008.
SOUZA, Florentina da Silva. (Org.); LIMA, M. N. (Org.). A literatura afro-brasileira. 1.ed. Salvador/Brasília: Centro de Estudos Afro-Orientais/Fundação Cultural Palmares, 2006.
SOUZA, Florentina da Silva. Afra-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

Fonte: Plataforma Lattes (2010).

Quadro II – Capítulos de Livro

SOUZA, Florentina da Silva.; Pereira, Edimilson de A.; Maria Nazareth Fonseca; Eduardo Assis Duarte . Cadernos Negros: literatura afro-brasileira. In: Edimilson de Almeida Pereira. (Org.). Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, v. 01, p.212-227
SOUZA, Florentina das Silva.; Maria Nazareth Fonseca ; Almeida, MC ; . 30 anos de leitura. In: Esmeralda Ribeiro; Marcio Barbosa. (Org.). Cadernos Negros: três décadas (ensaios, poemas, contos). São Paulo; Brasília: Quilombhoje; SEPPIR, 2008. p. 43 – 56
SOUZA, Florentina da Silva.; CHAVES, R.; MACEDO, T.; Eduardo Assis Duarte; Carmem Tindó. Áfricas na literatura brasileiras: esquecimentos e lembranças. In: Carmem Tindó. (Org.). III encontro de Professores de literatura Africana: pensando África. Rio de Janeiro, 2008, v. 1
SOUZA, Florentina da Silva; RUFINO, J. E. Apresentação. Ari Barroso e a invenção do Brasil brasileiro. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2008, p. 17 – 19
SOUZA, Florentina da Silva. Memória e performance nas culturas afro-brasileiras. In: Alexandre, Marcos Antonio. (Org.). Representações performáticas brasileiras: teoria, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
SOUZA, Florentina da Silva.; Eneida Leal Cunha; RIBEIRO, M. F. . Viagens e Trânsitos. In: Evelina Hoisel e Fátima Ribeiro. (Org.). Viagens: Vitorino Nemésio e intelectuais portugueses. Salvador: EDUGBA, 2007.

SOUZA, Florentina da Silva.; MACEDO, T.; CHAVES, R. ; Maria Nazareth Fonseca. Vozes femininas no Atlântico negro. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia. (Org.). Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa. 1ed. São Paulo: Alameda; FAPESP, 2006, p. 339 – 348
SOUZA, Florentina da Silva. A flor e a espada. In: Lande Onawale. (Org.). O vento - poemas. Salvador: Edufba, 2003, p. 11 – 15
SOUZA, Florentina da Silva. Laços poéticos forjados pelo Atlântico negro. In: Ângela Vaz Leão. (Org.). Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 27 – 42.
SOUZA, Florentina da Silva. Laços literários forjados no Atlântico negro. In: Chaves, Rita; Secco Carmen; Macedo, Tânia. (Org.). Brasil/África: como se o mar fosse mentira. Maputo: Imprensa Universitária Universidade Eduardo Mondlane, 2003, p. 251-265
SOUZA, Florentina da Silva. Malês - prefácio. In: Pedro Calmon. (Org.). Os Malês. 2a ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2002, p. 2-6
SOUZA, Florentina da Silva; Maria Nazareth Fonseca; FIQUEREDO, M. C. L.. Discursos identitários afro-brasileiros: o Ilê-Aiyê. In: Figueiredo, Maria do Carmo Lanna; Fonseca, Maria Nazareth Soares. (Org.). Poéticas afro-brasileiras. Belo Horizonte: Mazza Edições e Editora PUC Minas, 2002, p. 81-98.
SOUZA, Florentina Souza. O Ilê-Aiyê e o discurso de construção identitária na Bahia. In: Godet, Rita; Souza Lícia.(Org.). Identidade e representação na cultura brasileira. J. Pessoa: Ideia, 2001, p.199-210.
SOUZA, Florentina Souza. A importância dos estudos da cultura para a leitura e análise de textos. In: João Antônio de Santana Neto. (Org.). Discursos e análises. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2001, v. 01, p. 48-53.
SOUZA, Florentina Souza. Quilombo de Palavras. In: Jônatas Conceição; Lindinalva. (Org.). Quilombo de Palavras- poemas afro-brasileiros. Salvador: 2000, p. 11-12.
SOUZA, Florentina Souza. A poesia social de Castro Alves. In: Lizir Arcanjo Alves. (Org.). Poesia de Castro Alves; antologia comentada. Salvador: 1977.

Fonte: Plataforma Lattes (2010).

Quadro III - Artigos completos Publicados em periódicos

SOUZA, Florentina da Silva Souza. Autorrepresentação e intervenção cultural em textualidades afro-brasileiras. Revista da ABPN, v. 1, p. 183-194, 2010.
SOUZA, Florentina da Silva.; DALCASTAGNE, R.. Gênero e raça na literatura brasileira. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, v. 32, p. 103-112, 2008.

SOUZA, Florentina da Silva. Literatura afro-brasileira: algumas reflexões. Revista Palmares (Brasília) v. 1, p. 64-72, 2006.
SOUZA, Florentina da Silva . Solano Trindade e a produção literária afro-brasileira. Afro-Asia (UFBA), Salvador, n. 31, p. 277-293, 2004.
SOUZA, Florentina da Silva. Intelectual negro e mediações culturais. Scripta (PUCMG), Belo Horizonte, v. 8, p. 226-239, 2004
SOUZA, Florentina da Silva . Revertendo lugares e sentidos: Trovas burlescas de Luis Gama. Afro-Ásia, Salvador, v. 24, p. 397-404, 2001
SOUZA, Florentina da Silva. De contas e rosários. Revista do CRH, Salvador, 2001
SOUZA, Florentina da Silva. Trânsitos da diáspora. Jornal A Tarde - Caderno Cultural, Salvador, v. 1, p. 06-06, 2000.
SOUZA, Florentina da Silva. A construção de auto-imagens em textos de literatura africana de língua portuguesa. Cadernos CESPUC de Pesquisa, Belo Horizonte, v. 5, p. 19-28, 1999.
SOUZA, Florentina da Silva. A construção de auto-imagens em textos de literatura africana. Cadernos CESPUC de Pesquisa - série ensaios, Belo Horizonte, v. 1, p. 19-28, 1999.

Fonte: Plataforma Lattes (2010).